

Marxismo Vivo

Revista de Teoria e Política Internacional - Nº 14 - Ano 2006

ISSN: 1806-1591



**O Estado de Israel
em questão**

**Cuba:
o que virá
depois de Fidel?**

Marxismo Vivo

Revista de teoria e política internacional

Nº 14 – 2006

Expediente

Marxismo Vivo é uma revista do Instituto José Luís e Rosa Sundermman
CGC 73282.907/0001-64
Atividade principal 61.81.
Rua dos Caciques, 265 Saúde - São Paulo - SP
CEP 04145-000 - Fone (11) 5581-5776

Impressão

Bartira Gráfica e Editora SA

Jornalista responsável

Maria Cecília Garcia
MTb 12.471

Editor

Martín Hernández

Capa

Nazareno Godeiro

Diagramação

Eduardo Perez

Marxismo Vivo – Revista de teoria e política internacional

São Paulo – Brasil – Instituto José Luís y Rosa Sundermman
ISSN 1806-1591

2000, nº 1, julho/setembro

2001, nº 2, outubro/janeiro

2001, nº 3, maio

2001, nº 4, dezembro

2002, nº 5, abril

2002, nº 6, novembro

2003, nº 7, novembro

2004, nº 8, março

2004, nº 9, julho

2004, nº 10, novembro

2005, nº 11, junho

2005, nº 12, dezembro

2006, nº 13, maio

2006, nº 14, outubro

Conselho Editorial

Alejandro Iturbe

Cecília Toledo

Bernardo Cerdeira

Martín Hernández

Nazareno Godeiro

José Welmowicki

www.litci.org

www.marxismalive.org

marxismalive@marxismalive.org

Para entrar em contato com os autores dos artigos:

Gabriel Massa

gabzad@uahoo.com

Alejandro Iturbe

iturbesite@gmail.com

Martín Hernández

martinhernandez@terra.com.br

Jerônimo Castro

jeronimopstu@yahoo.com.br

Josef Weil

josweil@ig.com.br

Valério Arcary

arcary@uol.com.br

Alejandro Pereira

pereiraalejan@gmail.com

Paulo Aguenta

sindical@pstu.org.br

Colaboraram nesta edição como tradutores e revisores:

Alejandro Iturbe (Argentina)

Alicia Sagra (Argentina)

Betty Belavia (Venezuela)

Márcio Palmares (Brasil)

Marcos Margarido (Brasil)

Miriam Osuna (Brasil)

Laura Sanchez (Peru)



Ano 2006

Cuba: o que virá depois de Fidel? MARTÍN HERNÁNDEZ	5
Castriismo: da expropriação à restauração MARTÍN HERNÁNDEZ	16
O guevarismo e a Revolução Permanente JERÓNIMO CASTRO	26
A derrota de Israel no Líbano provoca uma mudança qualitativa no Oriente Médio ALEJANDRO ITURBE e JOSEF WEIL	33
O que é o Estado de Israel e por que deve ser destruído? ALEJANDRO ITURBE e JOSEF WEIL	44
Palestina laica, democrática e não-racista Bandeira democrática que pode abrir caminho para a revolução operária NAHUEL MORENO	54
Colômbia: autoritarismo e corrupção ALEJANDRO PEREIRA	61

Dossiê

Conlutas: expressão do processo de reorganização dos trabalhadores PAULO AGUENA	72
Balanço e resoluções do Conat PAULO AGUENA	83
Polêmica sobre a construção da Conlutas: o problema da unidade PAULO AGUENA	88
Concepções doutrinárias, táticas ultimatas e políticas sectárias As três tentações do ultra-esquerdismo VALÉRIO ARCARY	91

Pontos de vista

Economia: paralisia global GABRIEL MASSA	99
A teoria do valor e as ondas largas GABRIEL MASSA	106

Clássicos do marxismo

A atitude do partido operário diante da religião V. I. LENIN	108
---	-----

Livros

Guerra Civil Espanhola. Uma revolução silenciada FELIPE ALEGRÍA	117
--	-----



Na revista **Marxismo Vivo** 2, de 2000, fizemos um convite às diversas correntes do marxismo revolucionário para participar de um debate sobre a questão do papel de Israel no Oriente Médio e, nessa mesma revista, fizemos uma pergunta: “é possível a paz no Oriente Médio enquanto existir o estado de Israel?”

Infelizmente, nesse momento, ninguém respondeu nossa pergunta, mas hoje as massas libanesas o fizeram de forma contundente. Para garantir a paz na região se viram obrigadas a enfrentar militarmente o poderoso exército sionista, financiado e armado pelos EUA e, o que é mais importante, o derrotaram, política e militarmente.

Dessa forma, a luta pela destruição do estado de Israel se coloca agora em um novo nível. O balanço dessa nova realidade só se pode entender no marco da situação revolucionária mundial que nos coloca, de forma candente, a necessidade de dar passos sólidos em direção à construção das direções revolucionárias da classe operária em âmbito nacional e internacional.

Tentando responder a essa necessidade, esta nova edição de **Marxismo Vivo**, além de analisar a derrota de Israel e suas consequências, aborda, a partir de dois ângulos diferentes, a questão da construção da direção revolucionária. Por um lado, analisando as razões que levaram a direção castrista, que em seu momento dirigiu uma revolução, a estar, neste momento, dirigindo a restauração do capitalismo em Cuba e, por outro, analisando o nascimento e desenvolvimento de uma nova alternativa de direção para a poderosa classe operária brasileira, a Conlutas.

Este importante debate sobre a construção da direção revolucionária, como não podia deixar de ser, é polêmico e uma parte dessa polêmica se expressa nas páginas de nossa revista. Como o leitor poderá ver, nos artigos de Martín Hernández e Jerônimo Castro se expressam dois balanços diferentes sobre o castrismo e, mais especificamente, sobre o papel de Che Guevara. Este debate é fundamental e nos alegra que se desenvolva em nossa revista; sem um balanço claro que explique o naufrágio do que foi, em seu momento, a esperança de uma alternativa de direção revolucionária em âmbito internacional é impossível construir a nova ■

CUBA

O que virá depois de Fidel?



BRAQUE

MARTÍN
HERNÁNDEZ

Nos últimos anos, as especulações sobre o que será de Cuba sem Fidel ficaram mais fortes. Essas especulações deram um salto e se transformaram em importantes enfrentamentos políticos a partir do momento em que Castro foi submetido a uma intervenção cirúrgica que o obrigou a passar o comando para seu irmão Raúl.

Tradução
Cecília Toledo

No momento em que escrevemos este artigo ainda não se sabe se Fidel irá reassumir suas funções no governo cubano ou se, pelo contrário, seu afastamento será definitivo. As autoridades cubanas mantêm sigilo sobre o tema enquanto representantes de outros governos dão informações contraditórias. Hugo Chávez, presidente da Venezuela, que visitou Castro no hospital, disse que ele está se recuperando e em pouco tempo retornará às suas antigas funções. Em contrapartida, alguns representantes do PT brasileiro, estreitamente ligados ao governo cubano, informaram que o afastamento de Castro é definitivo.

É lógico que esta situação provoque tantas especulações e debates. Fidel foi o máximo dirigente da revolução e esteve à frente do governo de seu país durante quase 50 anos. Por outro lado, é preciso levar em consideração que a

Martín Hernández
é membro da
Direção da
LIT-QI

partir dos “processos do Leste europeu” (restauração e revolução) é difícil pensar que em Cuba a sucessão de Fidel Castro ocorrerá sem confrontos e crises.

Volta ao capitalismo?

A grande maioria da esquerda considera que na ex-URSS e em todo o Leste europeu o capitalismo foi restaurado, mas não em Cuba. Ninguém nega as pressões restauradoras, mas acham que o capitalismo não foi reintroduzido em Cuba devido a resistência da direção, principalmente do próprio Fidel.

Sendo assim, Cuba seria um dos últimos “redutos socialistas”. As provas apresentadas para demonstrar essa caracterização são muitas: os discursos de Fidel contra o imperialismo e pelo socialismo; a manutenção por parte dos EUA do bloqueio econômico e a permanente e crescente hostilidade contra o governo cubano por parte da burguesia exilada nos EUA (os “gusanos”).

Para quem pensa dessa forma, o temor pelo que possa ocorrer a partir do afastamento de Fidel está amplamente justificado: o imperialismo norte-americano, junto com os “gusanos”, poderia se aproveitar da situação para restaurar o capitalismo na Ilha.

Sem dúvida, é verdade que estão tentando tirar proveito da atual situação, mas não é correto dizer que seu objetivo seja restaurar o capitalismo, pela simples razão de que em Cuba o capitalismo já foi restaurado.

Nunca houve acordo, no âmbito da esquerda, sobre o caráter do Estado cubano depois da revolução que levou Fidel Castro ao poder. Uns falavam de um estado “socialista”, outros, de uma “economia popular” e não faltaram os que caracterizaram Cuba como um “capitalismo de Estado”. De nossa parte, consideramos que a partir da expropriação do capitalismo, Cuba transformou-se em um “Estado operário burocratizado”.

Não é o objetivo deste artigo demonstrar qual das definições é a mais correta, mas queremos ressaltar um fato sobre o qual há bastante acordo: a partir da ruptura com o imperialismo e a expropriação da burguesia, o Estado cubano passou por uma mudança de qualidade. Deixou de existir uma economia capitalista. Surgiu um estado de um novo tipo, onde não reinava a anarquia do capital, mas uma economia planificada. Com isso, o estado cubano fazia parte da economia mundial, mas era, como a China e o conjunto dos estados do Leste europeu, uma parte contraditória dessa economia.

Esta sintética descrição do Estado cubano pós-revolução possivelmente seja respaldada pela ampla maioria da esquerda. Mas em nossa opinião um estado desse tipo, independente do nome que tenha, já não existe mais. Por isso, dizemos que o imperialismo não tem o objetivo de restaurar o capitalismo, porque ele já foi restaurado. Então, o verdadeiro debate que existe em Cuba e que envolve a direção castrista, os “gusanos”, o governo norte-americano e o imperialismo europeu não é sobre se o possível afastamento de Fidel levará ou não à restauração. O debate é sobre como continuar a restauração, e aí surgem diversas posições políticas em função dos diversos interesses econômicos em jogo.

A restauração

Há uma enorme resistência no conjunto da esquerda mundial em reconhecer que o capitalismo foi restaurado em Cuba. No entanto, se analisamos a realidade, e não somente os discursos da direção castrista, a restauração surge como um fato incontestável.

A existência de uma economia “não-capitalista” não estava sustentada em discursos, mas fundamentalmente em três pilares econômicos. Em primeiro lugar, a maior parte dos meios de produção era de propriedade estatal; em segundo lugar, a quantidade e qualidade do que se produzia não era determinado pelas leis do mercado e sim por um plano econômico central, ao qual todas as empresas estavam subordinadas e, por último, todo o comércio exterior, tudo o que o país comprava e vendia estava monopolizado pelo Estado.

As conquistas econômicas e sociais de Cuba se assentaram nesses três pilares econômicos, mas esses três pilares já não existem. Por isso, hoje não podemos dizer que em Cuba existe uma economia “não-capitalista”, e também por causa disso estão perdendo, uma a uma, as conquistas da revolução.

No final da década de 70 começaram a ser feitas concessões ao capitalismo, mas foi em 1990, em consonância com o processo que estava ocorrendo na ex-URSS e no Leste europeu, que em Cuba a restauração deu um salto qualitativo. A partir desse momento, seguindo o exemplo do que ocorreu na China depois de 1978 e na ex-URSS depois de 1986, as medidas para desmontar o antigo Estado operário vieram uma atrás da outra. Em pouco tempo o governo acabou com o monopólio do comércio exterior por parte do Estado, e a economia deixou de ser planejada centralmente. Com isso, as antigas empresas do Estado foram deixando de operar em base a um plano central e passaram a responder aos desígnios das leis do mercado. Um único fato comprova isso facilmente: a Junta Central de Planificação, que dirigia a economia planejada, foi simplesmente dissolvida.

No marco desse processo de restauração um fato de grande importância foi a lei aprovada pela Assembléia Nacional em setembro de 1995: a Lei de Inversões Estrangeiras. Por meio dela, o terceiro pilar econômico do antigo Estado operário (a propriedade estatal dos principais meios de produção) foi destruído. As empresas estatais começaram a ser privatizadas, não em base a um capital nacional, mas ao capital proveniente fundamentalmente do imperialismo europeu. A partir dessa lei praticamente todos os setores produtivos do país foram postos à disposição do capital estrangeiro, que passou a associar-se a empresas do Estado para explorar os recursos do país. Os principais “sócios de Cuba” hoje são, nesta ordem, a Espanha, o Canadá, a Itália, a França e o Reino Unido.

A entrada do capital estrangeiro ocorreu em praticamente todos os setores de produção em um ritmo assustador. Hoje as empresas mistas (entre o Estado e o capital estrangeiro) dominam 100% da exploração de petróleo, de minério de ferro, da produção de lubrificantes, de serviços telefônicos, da produção de sabão, de perfumaria e da exportação de rum. 70% das



agroindústrias e de cítricos e 50% da produção de níquel, de cimento e do setor de turismo.¹

Apesar de todos esses dados, muitos analistas dizem que em Cuba não há um Estado capitalista porque ainda existem muitas empresas estatais e porque na maioria das empresas mistas o estado conserva 51% das ações.

Essa análise não tem o menor rigor científico. Em todos os estados capitalistas existem empresas estatais e mistas. Mas não é a quantidade de empresas estatais, o a porcentagem que o estado tem nas empresas mistas o que determina o caráter dessa economia (operária ou capitalista). A questão é saber, no caso de Cuba, se essas empresas, mistas e/ou estatais, estão subordinadas a um plano econômico central ou se estão subordinadas às leis de mercado, da oferta e da demanda. Em Cuba, até o final da década de 80, as empresas estavam subordinadas a um plano econômico central, mas essa realidade mudou depois dos anos 90 e isso é o que explica a entrada em massa de capital estrangeiro nesse momento. Por exemplo, em 1990 só existiam em Cuba sete acordos de associação econômica com o capital estrangeiro por um volume total de 100 milhões de dólares, e esses acordos estavam restritos à área de turismo. Cinco anos depois, em 1995, existiam 212 acordos de associação econômica com o capital estrangeiro, com um investimento da ordem de 2.100 milhões de dólares, abarcando 34 ramos da economia.

As relações de Cuba com a burguesia mundial

Durante muitos anos, Cuba teve de suportar uma permanente agressão política, econômica e inclusive militar por parte do imperialismo norte-americano e seus aliados. A revolução que derrubou o ditador Batista triunfou em 1º de janeiro de 1959 e já no mês de outubro desse mesmo ano o presidente dos Estados Unidos, Dwight Eisenhower, aprovou um plano da CIA para promover ações terroristas na Ilha. No início de 1960 as refinarias de petróleo norte-americanas instaladas em Cuba começaram a boicotar a produção. Nos meses e anos seguintes, essas agressões se multiplicaram.

Em dezembro de 1960 os Estados Unidos suspenderam a compra do açúcar cubano. Em janeiro de 1961 rompeu relações. Em abril desse mesmo ano, cerca de 1.400 exilados cubanos, treinados e armados pela CIA, desembarcaram em Playa Girón (Bahía de los Cochinos) com o objetivo de derrubar o governo. Em janeiro de 1962 Cuba foi excluída da Organização dos Estados Americanos (OEA). Em fevereiro, o presidente Kennedy ordenou o bloqueio econômico total a Cuba. Em todos esses anos a CIA preparou tantos atentados para matar a Fidel Castro que o obrigou a viver praticamente na clandestinidade. Só em 1960 foram descobertos oito complôs para assassiná-lo.

Depois de tantas agressões contra Cuba e contra Fidel, hoje muitos temem que a crise provocada pela possível morte de Castro possa chegar a ser aproveitada pelos Estados Unidos para invadir a Ilha. No entanto, as declarações do governo dos EUA não parecem confirmar esses temores. Apesar

1 Fonte:
Ministério de
Inversão
Estrangeira e
Cooperação.

de toda a política agressiva do governo Bush, Condoleza Rice foi muito categórica ao declarar que sob nenhum ponto de vista pretendem invadir Cuba. A política é outra. É pressionar para que sejam legalizados os partidos políticos e o processo sucessório de Fidel seja decidido nas urnas. Nesse marco, Caleb McCarry, o homem de Bush para garantir a “transição em Cuba” chegou a declarar que se a maioria dos cubanos votarem no Partido Comunista, os Estados Unidos respeitarão o resultado. Se observamos a atual política norte-americana e a comparamos com a anterior (atentados contra Fidel, desembarque de Playa Girón, bloqueio etc) fica evidente que há uma mudança.

Em relação à URSS e o governo de Stalin, Trotsky dizia: *“Enquanto o monopólio do comércio exterior não seja abolido, enquanto o direito do capital não seja restabelecido, a URSS, apesar de todos os “méritos” de seus governantes, continuará sendo para a burguesia do mundo inteiro um inimigo irreconciliável...”*²

O mesmo podemos dizer em relação a Cuba. Enquanto o monopólio do comércio exterior era estatal e os direitos do capital não eram restabelecidos, a burguesia do mundo inteiro considerava Cuba um inimigo irreconciliável.

O governo castrista, a partir da década de 70, abandonou a idéia dos primeiros anos, de tentar repetir em outros países a experiência cubana. Dessa forma, quando os sandinistas tomaram o poder na Nicarágua, Fidel Castro aconselhou a não expropriarem a burguesia (“não façam uma nova Cuba”). Mas essa mudança não serviu para nada. A maioria da burguesia continuou considerando Cuba um inimigo irreconciliável.

A burguesia mundial só mudou de atitude quando os “direitos do capital” começaram a ser restabelecidos na Ilha. Depois disso, o respaldo foi tão grande que a maioria dos governos, não só da Europa como do mundo inteiro, passaram a questionar o bloqueio americano. Por exemplo, em novembro de 2005 a ONU condenou pela 14ª vez consecutiva o bloqueio a Cuba por parte dos Estados Unidos, e contou com o respaldo de 182 países. Esta nova relação com uma boa parte da burguesia mundial foi “abençoada” pelo Papa João Paulo II, que em 1998 visitou a Ilha, e pelo patriarca Bartolomeu I, líder espiritual de 140 milhões de cristãos ortodoxos, que esteve lá em 2004.

A política da burguesia norte-americana foi diferente, mas não muito diferente da burguesia européia. Há importantes setores que reivindicam o fim do bloqueio e o restabelecimento de plenas relações com Cuba, o mesmo que reivindica o governo cubano. Se isso ainda não foi alcançado se deve à pressão da poderosa burguesia cubana exilada nos EUA. Possivelmente a maioria desse setor só aceita relações com Cuba em base à recuperação do poder e de suas antigas propriedades. No entanto, eles não conseguiram impedir a ampliação dos setores que estão a favor de restabelecer relações com o atual regime cubano.

De imediato, é um fato que o número de americanos que visitam Cuba não pára de crescer. Só em 2002 foram 230.000 (40.000 de forma ilegal).

2 León Trotsky,
A Revolução Traída
(Fontamara,
Espanha,
1977) p. 192.

Mas não são só turistas que visitam a Ilha. Em maio desse mesmo ano, Jimmy Carter, ex-presidente dos EUA, visitou Cuba e em dezembro de 2004 mais de 300 empresários norte-americanos viajaram para Havana para reunir-se com Fidel Castro.

Outros fatos também mostram que existe uma nova relação entre Estados Unidos e Cuba. Em 1988 o FBI desarmou uma conspiração de exilados cubanos para assassinar Fidel Castro, enquanto o juiz norte-americano James L. King condenou seis exilados a mais de 20 anos de prisão por participação no seqüestro de um avião na Ilha. Por outro lado, a partir do próprio governo, o bloqueio econômico começou a ser questionado. Hoje, os EUA ocupam o quarto lugar no mundo em exportações para Cuba. Isso se deve fundamentalmente ao fato de a poderosa indústria farmacêutica americana exportar a Cuba com o argumento de que se trata de “ajuda humanitária”. Essa manobra contra os “gusanos”, defensores incondicionais do bloqueio, só se pôde consumir porque contou com o respaldo do governo.

O objetivo desses setores da burguesia norte-americana é claro: não ficar de fora do processo de recolonização da Ilha, encabeçado atualmente pelo imperialismo europeu.

Bonapartismo e democracia burguesa

Para qualquer analista, fica evidente que se Fidel Castro morre ou fica impossibilitado de continuar no governo, o regime cubano ficará sumamente fragilizado. Seria esta uma oportunidade excepcional para que o imperialismo se apossara do poder por meio dos “gusanos”. No entanto, não há nada que indique que a política dos norte-americanos, e muito menos do imperialismo europeu, seja a de desestabilizar o regime. Hoje a política parece ser **“pressionar sem desestabilizar”**.

Por que não querem desestabilizar o regime cubano? Porque é com esse regime que está sendo restaurado o capitalismo. Então, por que pressionam por uma saída “democrática”? Porque os diversos setores da burguesia mundial buscam, mediante a legalização dos partidos políticos e as eleições, ganhar terreno no interior do processo de restauração, tanto em relação aos outros setores burgueses como frente ao próprio governo que hoje tem o controle do processo, o que está dando origem a uma nova burguesia ligada ao Estado. Nisto se resume, em relação à burguesia e o governo cubano, o debate sobre a sucessão de Fidel.

A imprensa mundial abriu espaço às mobilizações dos exilados cubanos em Miami e isso deu força à idéia de que os EUA estariam preparando uma invasão ou ao menos uma ofensiva brutal para derrubar o regime atual. No entanto, não é o que opinam os analistas mais informados. O jornalista e escritor argentino Andrés Oppenheimer ³, um expert em Cuba e com muitos anos de trabalho nos Estados Unidos, escreveu: *“Observando os últimos acontecimentos em Cuba desde esta parte do mundo, fica a impressão de que a comunidade internacional—incluindo os Estados Unidos—*

3 Andrés Oppenheimer, jornalista e escritor argentino, trabalhou para a Associated Press e Miami Herald. É autor do livro *La hora final de Castro*. Em 1987 ganhou o prêmio Pulitzer.

não terá muita pressa em buscar uma transição rápida para a democracia na ilha".⁴

Por outro lado, o mesmo Oppenheimer cita uma declaração de Emilio Cárdenas, ex embaixador argentino nas Nações Unidas: "*Ninguém está apressado por ver grandes mudanças em Cuba. Num primeiro momento, isso poderia significar apoio à direção de Raúl Castro*".⁵

Para entender essa contradição (não desestabilizar o regime bonapartista e pressionar por mudanças) é preciso fazer uma comparação entre Cuba e os demais países capitalistas. As saídas bonapartistas, ditatoriais, são uma alternativa para a burguesia quando, em função da intensidade da luta de classes e/ou dos choques interburgueses é necessário colocar ordem nos negócios da burguesia. Nesses momentos, até os mais "democráticos" setores da patronal optam por bater na porta dos quartéis. Por outro lado, o bonapartismo é a expressão, na superestrutura política, da existência dos monopólios; por isso, há uma pressão constante da economia mundial por saídas desse tipo. No entanto, esses regimes não conseguem se manter porque normalmente intervêm três fatores contrários. Os próprios setores burgueses que buscam maior espaço para se expandir, uma tendência dos governos que encabeçam esses regimes a tornar-se independentes da burguesia que os colocou no poder e a ação das massas contra esses próprios regimes. Sempre que um regime bonapartista é derrubado é porque um desses fatores esteve atuando, com maior ou menor força.

Na maioria dos países capitalistas os regimes bonapartistas surgiram depois que o mecanismo tradicional da burguesia para exercer sua dominação de classe, a democracia burguesa, foi questionado. Mas no caso de Cuba não estamos falando de um estado burguês típico, e sim de um estado burguês que surgiu como produto da restauração do capitalismo em um estado operário. Nesse caso, esse tipo de regime é uma necessidade já desde o momento do nascimento do Estado capitalista. Esta é a lição que o conjunto da burguesia parece haver aprendido dos outros processos de restauração.

Na ex-URSS, por exemplo, depois de iniciada a restauração do capitalismo, as massas foram às ruas para enfrentar esses regimes e o grosso da burguesia mundial apoiou "alegremente" esse movimento, que acabou derrubando o aparato stalinista. No entanto, essa realidade trouxe graves problemas para o processo de restauração. Na China, pelo contrário, a restauração que começou em 1978 não produziu um choque entre as massas e o regime. Isso permitiu que a restauração fosse se dando sem sobressaltos. Em 1989, quando as massas foram às ruas e ameaçaram liquidar com o regime ditatorial do PC, surgiu a possibilidade de que na China se repetisse a experiência russa e que o processo de restauração passasse por dificuldades, mas o governo chinês conseguiu, mediante um massacre, controlar a situação. Isso levou ao aprofundamento do caráter bonapartista do regime.

Aparentemente a burguesia mundial conseguiu uma grande vitória no Leste europeu com o surgimento, nos países mais importantes da região, de regimes democráticos burgueses e, pelo contrário, fora derrotada na China porque lá, mediante a repressão, reafirmou-se o regime ditatorial do Partido

4 Andrés Oppenheimer, "La sucesión cubana en el mundo". *Nuevo Herald*, 10 de agosto de 2006.

5 Idem

Comunista. No entanto, as coisas não foram nem são vistas dessa maneira pela burguesia e isso é o que explica que em todos esses anos tenha sido a China (apesar das diferenças culturais e de idioma) e não o Leste europeu, o destino das principais inversões imperialistas.

Um dado recente exemplifica essa postura do imperialismo. O custo da mão de obra para produzir um automóvel na China é de 170 dólares por veículo, enquanto que nos Estados Unidos supera os 2.000. Este é o “milagre chinês”, que só pode ser atingido sob uma ditadura sanguinária, onde os trabalhadores não têm os menores direitos trabalhistas. Isso é o que explica porque a GM, em âmbito mundial, conseguiu sair de sua crise em 2005 graças às suas fábricas na China, e isso também explica porque 50% de todos os produtos exportados pelas 500 multinacionais mais importantes do planeta são fabricados na China.

Do ponto de vista dos interesses das potências imperialistas, não teria sentido uma política para derrubar o regime do PC chinês ou do PC cubano. O governo cubano dá todas as garantias às empresas imperialistas para explorar os recursos da Ilha. Lhes oferece a possibilidade de contratar uma mão de obra altamente qualificada, pagando os menores salários do continente e, além disso, o estado garante às empresas que esses trabalhadores não farão greve nem qualquer exigência. Isso gera uma enorme mais-valia, que pode ser enviada ao exterior praticamente sem restrições. O que mais pode desejar o capital internacional?

No entanto, a existência de um processo de restauração dirigido por uma ditadura do Partido Comunista cria contradições não só para o imperialismo norte-americano como também para o europeu. Ambos quiseram manter o controle total desse processo e hoje em dia não o têm. Isso faz com que, a partir do Estado, vá surgindo uma nova burguesia nacional que nenhum setor imperialista tem interesse em desenvolver. Daí as pressões para “democratizar” o Estado.

Já observamos anteriormente a contradição da burguesia norte-americana com a burguesia cubana, o que a impede de disputar de igual para igual com o imperialismo europeu a recolonização de Cuba. Mas também a contradição observada anteriormente afeta o imperialismo europeu e por isso também, assim como os norte-americanos, se bem não trabalham para derrubar o regime cubano, não param de pressioná-lo por saídas “democráticas”. Por exemplo, em novembro de 2004, o Parlamento Europeu exigiu de Cuba a liberação dos presos políticos e o presidente da Espanha, José Luís Zapatero, exigiu “passos rápidos na democratização”. Em outubro de 2005 o Parlamento Europeu entregou o Prêmio Sakharov de Direitos Humanos às “Damas de Branco”, um grupo de esposas de dissidentes cubanos presos em 2003.

Nesse marco, o governo cubano não ficou imune às pressões e os norte-americanos estão começando a reconhecer esse fato. Por um lado, o governo cubano tem deixado em liberdade uma série de dissidentes e, por outro, em maio de 2005 permitiu que a realização em Habana de um encontro de 150 representantes de grupos opositores que discutiram um pla-

no para a transição política na Ilha. Frente a esses fatos, o chefe da Seção de Interesses dos Estados Unidos em Habana (Sina) Michael Parmly declarou: “...algum dia o povo cubano concretizará as transformações, **já iniciadas**, que conduzirão à democracia”, e Caleb McCarry disse que a questão da restituição das propriedades a seus antigos proprietários (os “gusanos”) ou a indenização por elas, que sempre foi a bandeira central dos cubanos exilados, é um tema que deve ser “discutido”, ou seja, negociado.

O verdadeiro temor do governo cubano

Independentemente se Fidel se reintegra ou não às tarefas de governo, a sucessão já começou. Como se fosse uma dinastia, indicou o irmão Raúl como seu sucessor e nomeou um triunvirato, com dirigentes mais jovens, para assumir o poder de forma conjunta. São eles: Ricardo Alarcón, presidente da Assembléia Nacional, Carlos Lage, atual vice-presidente e Felipe Pérez Roque, ministro de Relações Exteriores. Todos esses movimentos estão sendo feitos sem que se saiba o real estado de saúde de Fidel Castro. Qualquer informação a respeito virou segredo de estado.

Por que tanto mistério? Por que não se divulga um boletim médico sobre a saúde de Fidel? Se o imperialismo não está tentando derrubar o regime castrista, o que explica essa atitude do governo? Por que foram reforçadas as medidas de segurança? De que o governo cubano tem medo?

Um fato ocorrido em 1994 nos ajuda a desvendar tanto mistério e preocupação. Jon Lee Anderson ⁶, um jornalista e escritor norte-americano que viveu dez anos em Cuba, descreve desta forma o que aconteceu no verão de 1994 durante a crise dos “balseros”:⁷ “...no auge do “período especial”, depois dos choques entre as autoridades e os que pretendiam emigrar, centenas de homens e jovens fizeram uma manifestação no Malecón. Castro foi até lá com seus guarda-costas nervosos e entrou no meio da multidão. Os manifestantes carregavam pedras e tijolos, mas quando viram Castro, jogaram tudo no chão e começaram a aplaudir. O tumulto, que começou a se expandir perigosamente, dissipou-se.” E Anderson, depois de fazer esta descrição, chega à seguinte conclusão: **“É difícil imaginar que algum sucessor de Castro tivesse autoridade para tomar essa medida e a rebelião poderia expandir-se por toda a ilha...”**⁸

Uma possível rebelião das massas é a principal preocupação do governo cubano. Para os leitores pode parecer estranho pensar que uma rebelião possa chegar a ocorrer em Cuba, mas o governo tem razão de estar preocupado, porque foram justamente as rebeliões de massas a norma em praticamente todos os processos de restauração do capitalismo.

Existe a falsa idéia, difundida pelos meios capitalistas e assimilada pela maioria da esquerda mundial, que os processos de restauração não provocaram reações na população. Pior, diz-se que as massas foram para a rua exigir a volta do capitalismo. Isso não é verdade. O capitalismo foi restaurado e isso teve efeitos devastadores no nível de vida dos trabalhadores e

6 Jon Lee Anderson é autor do livro *Che Guevara. Uma biografia*.

7 “Balseros” - movimento de milhares de pessoas que, devido à penúria econômica, se lançaram ao mar em embarcações improvisadas para chegar aos Estados Unidos.

8 “A última batalha de Fidel Castro”, Jon Lee Anderson. Caderno Mais, jornal Folha de S. Paulo, 6 de agosto de 2006.

do povo e por isso as massas foram para as ruas enfrentar os regimes restauracionistas. Na ex-URSS o desmantelamento do estado operário começou em 1986 e isso provocou, em 1989, o início de uma reação generalizada das massas que durou por vários anos e culminou com a derrota do regime de partido único, o PC. Na China, a destruição do estado operário começou em 1978 e gerou uma insurreição em 1988 que, ao contrário da ex-URSS, pôde ser controlada por meio de um massacre.

Em Cuba a restauração do capitalismo teve as mesmas consequências para o nível de vida das massas que na ex-URSS e na China e isso gerou um profundo descontentamento. No entanto, em Cuba, assim como no Vietnã, esse descontentamento não se concretizou, até agora, em grandes enfrentamentos contra o governo restauracionista e isso não foi por acaso. Tanto na URSS como na China, o processo de restauração foi feito em nome do socialismo e do bem-estar dos trabalhadores e do povo. Mas essas mentiras não se sustentaram por muito tempo porque quem dizia isso eram burocratas sem passado e afastados das massas. Mas em Cuba e no Vietnã a realidade foi diferente. Nesses países também a restauração do capitalismo foi feita em nome da luta pelo socialismo, mas quem estava à frente dessa campanha não eram burocratas afastados das massas e sim os antigos líderes da revolução e da expropriação da burguesia.

Essa é justamente a crise que se avizinha com a possível morte de Fidel. Se ele morre, quem poderá impedir a rebelião contra as consequências da restauração? Poderá Raúl Castro substituir Fidel nessa tarefa?

Além de Fidel Castro, a revolução cubana só gerou dois grandes líderes de massas: Camilo Cienfuegos e Che Guevara, mas ambos estão mortos. Raúl Castro é parte dessa mesma geração, mas nunca teve o carisma e a influência dos outros. O governo cubano sabe desse grave problema e isso é o que explica que o jornal oficial do PC e do governo, o *Granma*, tenha começado a fazer uma apologia de Raúl Castro. Em uma de suas últimas edições, republica uma notícia do jornal *Oriente*, de 30 de julho de 1953, informando a prisão de Raúl por ter participado, junto com Fidel, do assalto ao quartel de La Moncada em Habana. A intenção é clara: recordar a participação de Raúl no processo revolucionário que levou à derrota de Batista. Essa apologia mostra, por outro lado, que a direção cubana, mais que temer o imperialismo, teme sua própria população, porque é a ela que estão dirigidas essas notícias mostrando o passado revolucionário de Raúl Castro.

Como dizíamos anteriormente, o imperialismo não quer desestabilizar o regime cubano, mas não pode garantir que as massas não o façam. Se isso vier a ocorrer, um novo cenário estará criado e, com certeza, o imperialismo vai tentar intervir, porque uma rebelião de massas, em sua dinâmica, não só vai questionar o regime como o próprio processo de restauração capitalista.

Se isso vier a ocorrer em Cuba, a esquerda mundial estará frente a uma nova disjuntiva: de que lado vai se colocar? Até agora, a maioria da esquerda (reformista e revolucionária) em função de seu apoio à suposta

“Cuba socialista”, tornou-se cúmplice de uma ditadura capitalista e também dos planos de recolonização do imperialismo europeu. Quando começarem as mobilizações contra o governo cubano essa esquerda continuará com a mesma política ou estará do lado dos trabalhadores e do povo, lutando contra o regime ditatorial do Partido Comunista e contra os novos conquistadores europeus e norte-americanos? O futuro da esquerda, sobretudo da esquerda revolucionária, vai depender de como, na prática, responda a esta pergunta ■

CUBA

Direção castrista: da expropriação à restauração



DUCHAMPS

MARTÍN
HERNÁNDEZ

Houve muita resistência nas organizações de esquerda a reconhecer que o capitalismo fora restaurado na ex-URSS e no restante do Leste europeu. De certa forma, isso é lógico, porque o triunfo da Revolução Russa foi a maior vitória da história do proletariado mundial, e não é fácil reconhecer que ela tenha terminado em uma derrota. No entanto, hoje, vinte anos depois de iniciada a restauração, essa questão está deixando de ser polêmica. Quase ninguém se dispõe a negar a realidade. Mas em relação a Cuba a coisa é diferente.

Embora a realidade cubana não possa dar margem a dúvidas, tanto sobre a restauração quanto sobre o papel de protagonista de Fidel Castro nessa tarefa, são muito poucos aqueles que reconhecem esses fatos. A maioria do movimento trotskista, por exemplo, opina que Cuba continua sendo um Estado operário e que a direção cubana, com Fidel Castro à frente, continua, no mínimo, antiimperialista. Contudo, nem uma coisa nem outra é verdadeira.

Como falar de um Estado operário onde não há monopólio do comércio exterior, onde a economia não responde a uma planificação central e onde imperam as leis do mercado capitalista? E em relação à direção cubana:

como afirmar que continua sendo antiimperialista no momento em que está entregando o país ao imperialismo europeu e justo quando Fidel faz elogios escancarados a seus governos, em especial ao rei da Espanha?

Seria possível dizer que Fidel não é antiimperialista, e sim antiamericano, mas isso tampouco é verdadeiro. Fidel Castro, como 80% das pessoas do planeta, é anti-Bush. É contra o governo dos EUA, mas atualmente não está contra o imperialismo americano. Um exemplo: não está contra o Partido Democrata dos EUA, pelo contrário, busca um acordo com ele. Por isso, em seu recente livro em forma de entrevista *"Fidel Castro. Biografia a duas vozes"*, faz todo tipo de elogios aos seus dirigentes. Entre outras coisas, diz do ex-presidente John Kennedy (o mesmo que iniciou a Guerra do Vietnã, mandou invadir Cuba e ordenou dezenas de atentados contra o próprio Fidel): *"(...) o presidente Kennedy, realmente uma pessoa de talento, teve a desgraça de enviar essa expedição contra nós, a da Praia Girón e teve que assumi-la. Foi corajoso frente à derrota"*.¹ Sobre a família do ex-presidente, afirma: *"(...) depois do assassinato de John Kennedy, mantiveram contato conosco e travamos relações realmente amistosas. São provas de que não nos deixamos levar pelo ódio"*.² Sobre Jimmy Carter ³, ex-presidente pelo Partido Democrata, diz: *"(...) Carter era um homem ético. Sua política foi construtiva em relação a Cuba e ele foi um dos presidentes mais honrados dos EUA. Tinha uma ética, uma moral. Carter não era capaz de dizer sequer uma mentira. Era um homem bom, decente... poderíamos ter discutido a Lei de Ajustes, mas não o fizemos porque não queríamos perder tempo e prejudicá-lo. Resolvemos até os seqüestros de aviões... chegavam a Cuba aviões seqüestrados nos EUA."*⁴ *Nós os devolvemos a Carter. Tenho a impressão de que os seqüestradores foram condenados a 40 anos de prisão... tomamos a decisão de entregá-los às autoridades americanas."*⁵

Os fatos, e muitas das declarações de Fidel, são categóricos. Por que então é tão difícil aceitar que em Cuba o capitalismo foi restaurado e sua direção, atualmente, não tem nada de anticapitalista e é muito pouco antiimperialista? Porque, por um lado, Cuba foi, no continente americano, o mesmo que a Rússia no mundo: a maior vitória da história do proletariado, e, por outro, porque à frente de Cuba encontra-se Fidel Castro, o homem que dirigiu a luta contra o ditador Batista, a ruptura com o imperialismo, a expropriação da burguesia, e que justamente por ter feito tudo isso se converteu na direção de milhões de trabalhadores, camponeses e jovens não só de Cuba mas também da América Latina e do mundo. Justamente por isso, para milhões de seus seguidores é inaceitável sequer pensar que o homem que dirigiu a revolução e expropriou os capitalistas possa ser agora o chefe da restauração.

Os argumentos para justificar o injustificável são os mais variados. A maioria opina que não há restauração porque Fidel e o povo cubano são contra. Muitos, possivelmente a maioria, consideram que Fidel, dado o isolamento da Ilha, se viu obrigado a fazer concessões ao capitalismo, mas consideram essas concessões inevitáveis para manter o caráter socialista da revolução. Também há os mais críticos, que opinam que as medidas restauracionistas estão crescendo, mas o responsável por isso não é Fidel, e sim aqueles que o rodeiam. Por fim, há uma importante minoria opinando que realmente o capitalismo está

1 *"Fidel Castro. Biografia a duas vozes."* Entrevista de Ignacio Ramonet, Editorial Boitempo, São Paulo, Brasil, p. 272

2 Idem.

3 Jimmy Carter, convidado por Fidel Castro, visitou Cuba entre 12 e 17 de maio de 2002. Realizou uma conferência na Universidade de Havana, transmitida ao vivo para toda a Ilha, em que desferiu um duro ataque contra a Revolução Cubana. Posteriormente, Fidel fez uma homenagem a Jimmy Carter diante de milhares de pessoas em um estádio de beisebol.

4 Depois do triunfo da revolução houve muitos casos em que ativistas antiimperialistas seqüestravam aviões nos EUA e os levavam a Cuba e pediam asilo político.

5 *"Fidel Castro. Biografia a duas vozes."* pp. 370/371

sendo restaurado e Fidel é o principal responsável, mas chegam à nostálgica conclusão de que tudo seria diferente se Che Guevara estivesse vivo.

Os indivíduos na história

Para o senso comum é muito difícil acreditar que a mesma pessoa que dirigiu uma revolução que expropriou a burguesia possa chegar a dirigir a restauração do capitalismo. É verdade que esta é uma contradição, mas também é verdade que se trata de uma contradição muito freqüente.

Stalin, ninguém pode negar, foi um abnegado militante revolucionário, construtor do Partido Bolchevique e, como tal, em mais de uma oportunidade, colocou sua vida em risco. A esse respeito basta recordar que de todos os dirigentes bolcheviques ele foi quem passou mais tempo nas prisões do czarismo. No entanto, esse mesmo Stalin haveria de se transformar no verdugo da revolução e do Partido Bolchevique. Ninguém pode negar também que na Nicarágua, Daniel Ortega e seus companheiros da Frente Sandinista de Libertação Nacional foram heróicos militantes na luta contra a ditadura de Anastasio Somoza. Porém, hoje, o mesmo Daniel Ortega disputa as eleições presidenciais de seu país como candidato de uma aliança entre a FSLN e o PLN (Partido Liberal Nacionalista), fundado por Anastasio Somoza (pai), o assassino do general Augusto Cesar Sandino. A história está cheia desse tipo de situações. Por isso é impossível entender o que está ocorrendo em Cuba em função do passado revolucionário de Fidel Castro.

Para o senso comum, a história é a resultante da luta entre homens bons e maus. Para os marxistas, a história, desde que existe a sociedade dividida em classes, é a resultante do enfrentamento entre as classes sociais: *"A história da sociedade é a história da luta de classes"*.⁶ O marxismo não nega a importância dos indivíduos na história, como Hitler, Lênin, Perón, Lula, Fidel Castro, Francisco Franco ou Che Guevara. Mas para o marxismo esses indivíduos, mais ou menos talentosos, mais ou menos valentes, nunca tiveram uma existência alheia à luta de classes. Por isso, para entender o comportamento dessas personalidades, nesse caso o de Fidel Castro, é necessário fazer não só uma análise política desses indivíduos e dessas direções, como também uma análise de classe. Qual é sua origem social? A que classes representam ou representaram? Em que classe se apoiavam ou se apóiam?

O caráter de classe da direção castrista e do Estado cubano

Se analisamos a direção castrista do ponto de vista de suas propostas políticas encontraremos uma profunda contradição entre seu passado e seu presente. Mas se analisamos essa mesma direção do ponto de vista social, tal contradição desaparecerá.

O Movimento 26 de Julho, que levou adiante a luta contra o ditador Batista, era um movimento de origem e caráter pequeno-burguês, que se apoiou fundamentalmente nos camponeses pobres, no movimento estu-

⁶ *Manifesto Comunista*, Karl Marx.

dantil e nas classes médias das cidades. Como tal, foi um movimento extremamente progressivo e teve um papel revolucionário, a tal ponto que avançou muito além de suas intenções originais, chegando a expropriar o imperialismo e a burguesia e dando origem assim a um Estado de novo caráter, um Estado operário, já que estava baseado em uma economia estatizada e planificada.

Entretanto, esse Estado operário nasceu com uma grave contradição: à sua frente não estava a classe operária com seus organismos e menos ainda havia qualquer vestígio de democracia operária. Por isso, do ponto de vista científico, era equivocado definir o Estado cubano simplesmente como “operário”. O correto era defini-lo, desde seu nascimento, como um Estado operário burocratizado. O caráter do novo Estado cubano é uma continuidade do caráter do Movimento 26 de Julho, um “partido-exército”, cheio de corajosos lutadores mas no qual não havia a menor democracia, nem operária e nem de nenhum outro tipo.

O caráter de classe da direção castrista deu origem a muitas controvérsias no interior do movimento trotskista. Muitos setores dizem que é verdade que o Movimento 26 de Julho e sua direção tinham caráter pequeno-burguês, mas ao efetuar uma ação revolucionária (expropriar a burguesia e o imperialismo e construir um Estado operário) modificou seu caráter social, convertendo-se em uma direção operária revolucionária. Esse tipo de raciocínio nega o marxismo porque um indivíduo pode chegar a mudar de classe, mas um movimento social não pode fazer o mesmo. Como diz Nahuel Moreno: *“Nenhum setor social privilegiado aceita perder seus privilégios e transformar-se em outro setor social inferior, diferente. Pelo contrário, todo setor social com privilégios tende a aumentá-los”*.⁷ A direção de um setor privilegiado, burguês ou pequeno-burguês, pode *“obrigada pelas circunstâncias objetivas, ir mais longe do que pretendia no terreno político para defender seus privilégios e aumentá-los, quando se vê ameaçada de perdê-los, mas nunca combaterá seus próprios privilégios unindo-se aos setores mais explorados que lutam contra eles.”*⁸

É justamente essa análise de Moreno que explica porque o Movimento 26 de Julho, contradizendo seus planos políticos originais, chegou a expropriar a burguesia e o imperialismo. Mas é também essa análise que explica porque essa direção foi incapaz de levar até o fim o processo revolucionário e a partir daí começou a retroceder até chegar à restauração do capitalismo.

O castrismo foi além de suas intenções

A direção castrista foi muito mais conseqüente em sua luta contra a ditadura que a direção sandinista na Nicarágua. Por isso, não se conformou com a derrubada da ditadura, e procurou recuperar a economia destrozada pelo governo corrupto de Batista. Sua intenção não era expropriar o imperialismo e a burguesia, mas se viu obrigada a fazê-lo em função do boicote de ambos.

Assim, por exemplo, o novo governo cubano fez um acordo muito vantajoso com a URSS para importar petróleo. O governo dos EUA se opôs a esse acordo e as destilarias instaladas em Cuba, que eram todas ame-

7 *Teses para a atualização do Programa de Transição*, Nahuel Moreno, CS Editora, São Paulo, Brasil, p. 61

8 Idem, pp. 61/62

ricanas, negaram-se a destilar o produto importado da URSS. Essa medida deixou o governo cubano sem alternativas, o que o levou a expropriar as destilarias americanas. Esse processo foi ocorrendo gradualmente e, em pouco tempo, atingiu o conjunto da economia.

A luta conseqüente por apoiar o novo governo surgido da luta contra Batista levou a direção do Movimento 26 de Julho não só a expropriar o capitalismo e a burguesia como também a diferenciar-se inclusive da URSS e do stalinismo a nível mundial. A direção castrista tinha consciência de que Cuba estava isolada e para se defender precisaria atacar. Assim, no mesmo momento em que a URSS e todo o stalinismo mundial defendiam a “*coexistência pacífica com o imperialismo*”, Fidel Castro dizia que era necessário “*transformar a Cordilheira dos Andes na Sierra Maestra do continente americano*”⁹ e Che Guevara clamava pela construção de “*dois, três, muitos Vietnãs*”. Essas não eram frases de efeito ao estilo daquelas que pronuncia atualmente Hugo Chávez. Para concretizar seu projeto, Fidel Castro colocou Manuel “Barba Roja” Piñeiro, que era vice-ministro do interior, à frente do secreto Departamento de Libertação, encarregado de organizar o treinamento político e militar de centenas de guerrilheiros de vários países latino-americanos e coordenar as medidas de apoio a vários movimentos de libertação nacional, como foi o caso do movimento encabeçado por Ben Bella na Argélia.

As limitações do castrismo

Quando os bolcheviques dirigiram a tomada do poder, buscaram a todo o momento, por intermédio dos Soviets e dos sindicatos, e com base na democracia operária, assegurar que a classe trabalhadora tomasse em suas mãos a construção do novo Estado. Por outro lado, a direção bolchevique aproveitou o prestígio adquirido por sua revolução para chamar a construção do estado-maior da revolução mundial, a III Internacional, em que os bolcheviques se integraram como parte minoritária da direção.

Revolucionários de muitas partes do mundo procuraram, depois do triunfo da Revolução Russa, sem levar em consideração a realidade da luta de classes, construir soviets e tomar o poder. A direção bolchevique, Lênin em particular, combateu duramente esses falsos bolcheviques e chamou-os a respeitar o movimento real da classe operária e das massas.

Com a direção castrista aconteceu o oposto e, por isso, tudo o que fez de progressivo acabou se transformando em seu contrário. Expropriou a burguesia e o imperialismo, mas em nenhum momento lutou para que a própria classe operária e o povo, por intermédio de suas organizações, estivessem à frente do novo Estado.

A direção castrista buscou impulsionar a revolução em outros países mas, ao contrário da direção bolchevique, nunca viu a revolução cubana como algo tático em função da revolução latino-americana e mundial. Encarou a revolução nos outros países como uma tática para defender a revolução cubana; isso significa que a direção cubana sempre viu a revolução mundial desde uma ótica nacional.

⁹ Discurso de Fidel Castro, 21 de julho de 1961, Santiago de Cuba.

A máxima expressão do caráter nacionalista dessa direção é o fato de que nunca defendeu, apesar de seu prestígio no mundo inteiro, a construção de uma direção internacional da qual ela deveria fazer parte. Assim, o caráter nacionalista e pequeno-burguês da direção castrista acabou afetando o conjunto da política internacional do castrismo e fazendo com que a Revolução Cubana se isolasse cada vez mais.

Por toda a América Latina surgiram jovens, na maioria das vezes provenientes da pequena-burguesia, dispostos a repetir a experiência cubana em seus países. A direção cubana, longe de orientá-los em direção à classe operária, suas organizações e suas lutas, os convocou a organizar focos guerrilheiros, sem levar em conta a situação da luta de classes, para “criar” as condições para a revolução.

Essas posições da direção castrista penetraram profundamente entre muitos lutadores, especialmente na vanguarda estudantil latino-americana e, como não poderia deixar de ser, essa experiência terminou em tragédia. Processos revolucionários foram abortados. Golpes sangrentos foram provocados. Milhares de honestos militantes morreram nessa aventura. Entre eles o próprio Che Guevara, assassinado na Bolívia. Frente a esses desastres, a direção cubana, dada sua natureza de classe, foi incapaz de fazer um balanço e reorientar sua política em direção à classe operária e suas lutas. Pelo contrário, acabou se integrando de forma definitiva ao bloco dirigido pela URSS e sua política de “coexistência pacífica” com o imperialismo.

A nova política de Cuba passou por sua maior prova em 1979. Nesse ano, a Frente Sandinista de Libertação Nacional, depois de destruir a Guarda Nacional de Somoza, tomou o poder na Nicarágua. As simpatias que existiam na Nicarágua pela Revolução Cubana eram muito grandes. Por outro lado, os dirigentes sandinistas se consideravam discípulos de Fidel Castro. Depois de tomar o poder, a direção da FSLN viajou a Cuba para conversar com Fidel, que os felicitou e lhes deu um conselho: “*Não façam da Nicarágua uma nova Cuba*”. O conselho foi claro. Em outras palavras, Fidel disse aos sandinistas: não avancem além da derrubada da ditadura, não expropriem o imperialismo e a burguesia, não construam um Estado operário. Com esse conselho o destino da Nicarágua estava selado — e o de Cuba também.

Da “coexistência pacífica” à restauração capitalista

A teoria utópica e reacionária de Stalin do socialismo em um só país levou à política contra-revolucionária da *coexistência pacífica com o imperialismo* e esta, como não poderia deixar de ser, conduziu à restauração do capitalismo no conjunto dos ex-estados operários. A coexistência pacífica com o imperialismo significou, na prática, permitir que as maiores potências econômicas do planeta não apenas mantivessem sua superioridade, e com isso seu domínio sobre a economia mundial, como também ampliassem esse domínio em detrimento dos Estados operários. Esse fato levou os novos estados a uma crise crescente, do ponto de vista econômico e social, de tal forma que terminaram frente a duas alternativas: ou retomavam, mediante a luta pela



revolução mundial, a batalha por recuperar suas economias, ou se entregavam, mediante a restauração do capitalismo, aos braços do imperialismo. A crise era tão grave que não lhes restava mais do que essas duas alternativas. A história é bastante conhecida. Por razões de classe, as burocracias governantes não estavam dispostas a pôr em risco seus privilégios, por isso, de conjunto, caminharam em direção à segunda opção.

Como os demais Estados operários, Cuba estava diante dessas mesmas alternativas, e é evidente que não optou por expandir a revolução. Basta ver a experiência da Nicarágua que citamos anteriormente. Dessa forma, frente ao isolamento que ela mesma havia contribuído para criar, só lhe restava a restauração como opção. E assim, por essa razão, estamos presenciando o triste fim de uma direção que, por suas limitações políticas e especialmente de classe, foi incapaz de levar sua própria experiência às últimas conseqüências.

E se o Che estivesse vivo?

Como dizíamos anteriormente, há muita gente, mesmo em Cuba, que diz que tudo seria diferente se o Che estivesse vivo. De certa forma, isso também é lógico, porque Che Guevara morreu quando ainda prevalecia a linha de exportar a revolução cubana por meio da guerrilha. Por outro lado, a imagem do Che está associada à sua valentia, a seu desprendimento em relação aos bens materiais e à sua luta contra qualquer privilégio pessoal.

Evidentemente, não se trata de fazer ficção política, mas é bastante difícil imaginar que se o Che estivesse vivo o capitalismo não teria sido restaurado em Cuba, ou que o Che estaria encabeçando, contra Fidel, a luta contra a restauração. Por que dizemos isso? Porque a direção cubana seguiu o curso que seguiu por suas profundas limitações, que não eram essencialmente políticas ou teóricas, e sim de classe, e o Che não era diferente do resto. Muito pelo contrário, era quem mais expressava essas limitações. Che Guevara fazia parte de uma geração de jovens de esquerda argentinos, da década de 50, que foi o que de mais reacionário existiu nesse país. A juventude universitária, de “esquerda”, em função de seu antiperonismo, odiava o movimento operário. A juventude universitária, dirigida pelo radicalismo e pelo PC, desfilava nas ruas com a bandeira: “Livros sim alpargatas, não!”

A respeito do Che e de sua falta de relação com o movimento operário há um fato muito significativo: ele era um jovem muito simples e ficou impactado com a luta para derrubar o ditador Batista. Entretanto, não se sentiu tão impactado pela revolução boliviana de 1952, apesar de ter passado pela Bolívia alguns meses depois de iniciado o processo. A maior revolução operária do continente, a derrota do exército pelos mineiros, a fundação da COB, as milícias operárias e camponesas que impuseram o duplo poder na Bolívia, não causaram grande impressão em Che Guevara. Ele nunca estudou esse processo e muito menos extraiu qualquer conclusão do mesmo; a tal ponto que quando voltou à Bolívia em 1966 para organizar o foco guerrilheiro, em nenhum momento procurou entrar em contato com os minei-

ros, vanguarda incontestável por décadas da revolução boliviana e latino-americana.

Guevara, como toda a direção castrista, nunca lutou para que a classe operária cumprisse um papel destacado na revolução e na transição ao socialismo — e muito menos lutou pela construção do partido revolucionário da classe operária a nível nacional e mundial. Para sermos mais precisos, a direção castrista e o Che em particular, com sua teoria do “foco guerrilheiro”, tinham uma posição contrária à tradição marxista nesse terreno. Por outro lado, com frequência Che Guevara é retratado como um lutador contra a burocratização do Estado operário cubano. Isso é um equívoco. O Che foi um exemplo vivo de uma luta contra privilégios materiais para os dirigentes da revolução e do Estado, mas nunca lutou contra a burocratização do Estado; nunca defendeu a democracia operária, a única possibilidade de lutar, com possibilidades de êxito, contra a burocratização.

O Estado operário cubano não se degenerou anos depois da tomada do poder; ele nasceu burocratizado e Ernesto Guevara foi, desde o início, um dos principais dirigentes desse Estado.

As direções russa e cubana diante da restauração

No decorrer deste texto mostramos a diferença qualitativa entre a direção bolchevique, de Lênin e Trotsky, e a direção cubana de Fidel Castro e Che Guevara. No entanto, uma leitura superficial poderia nos levar a pôr um sinal de igual entre o comportamento de ambas as direções frente à restauração. Em ambos os processos houve uma direção que encabeçou a expropriação do imperialismo e da burguesia e ambos terminaram com a restauração do capitalismo. Entretanto, a diferença é qualitativa, já que a ex-URSS só pôde chegar à restauração com a destruição prévia do Partido Bolchevique pelas mãos do stalinismo. Pelo contrário, em Cuba não foi necessário destruir a antiga direção para restaurar o capitalismo. A mesma direção que dirigiu a expropriação da burguesia foi a que, sem crises, encabeçou a restauração. Isso demonstra que sempre houve uma profunda unidade de classe entre a direção russa e a cubana, mas não entre a direção de Lênin e Trotsky com a de Fidel, e sim entre a direção stalinista e a de Fidel, unidade que existiu mesmo nos momentos em que a direção castrista tinha posições políticas diferentes das posições stalinistas.

O balanço da direção castrista e a construção da direção revolucionária

Em meio a uma situação revolucionária como a que se vive atualmente na América Latina, a batalha por construir uma direção revolucionária é a “mãe de todas as batalhas”, mas essa construção não começa do zero. Trotsky, fazendo o balanço da Revolução Russa, dizia: *“Sabemos com certeza que qualquer povo, qualquer classe e mesmo qualquer partido se instruem principalmente por experiência própria; mas isso não significa, de modo algum, que seja de pouca*

monta a experiência dos demais países, classes e partidos. Sem um estudo da grande Revolução Francesa, da revolução de 1848 e da Comuna de Paris, jamais teríamos levado a cabo a Revolução de Outubro.”¹⁰ É impossível chegar à vitória no continente americano se não formos capazes de estudar e extrair todas as conclusões da única revolução socialista triunfante no continente, a Revolução Cubana. Essa é a importância desse balanço histórico da direção castrista, não só para o presente, mas sobretudo para o futuro.

Há conclusões fundamentais a extrair da grande Revolução Cubana que iluminam nossa batalha no continente, tanto no terreno objetivo como no subjetivo. Em primeiro lugar, a Revolução Cubana mostrou que é possível enfrentar e derrotar a burguesia e o imperialismo. Se isso foi possível em um pequeno país situado a poucos quilômetros dos EUA, por que não seria possível em países muito mais importantes do continente, como Argentina, Brasil, Colômbia, Chile ou México? Em segundo lugar, as conquistas da Revolução Cubana, na eliminação da pobreza e na melhoria da saúde e da educação, mostram que esses problemas, que pareciam endêmicos do continente, podem ser resolvidos com a expropriação da burguesia e do imperialismo. Em terceiro lugar, a realidade mostrou que sem a extensão da revolução ao resto do continente e do mundo, o caminho de toda revolução vitoriosa que exproprie o capitalismo é inevitavelmente a restauração do próprio capitalismo. Em quarto lugar, a realidade também mostrou que a direção cubana, que apareceu em seu momento aos olhos de milhões de lutadores de todo o mundo como uma alternativa de direção revolucionária frente à decadente burocracia stalinista, sucumbiu vítima de suas graves contradições políticas e de classe. Em quinto lugar, e a título de conclusão: é inegável que a Revolução Cubana potencializou no mundo inteiro as energias revolucionárias da classe operária e dos povos, mas, contraditoriamente, em relação à superação da crise de direção revolucionária, o castrismo cumpriu um papel nefasto. O prestígio adquirido pela direção castrista por haver dirigido a revolução foi tão grande que atrasou por décadas a grande tarefa de superar a crise da direção revolucionária. O castrismo cumpriu um papel objetivo de afastar a vanguarda das duas grandes tarefas estratégicas dos revolucionários: a relação com a classe operária e a construção do partido da revolução a nível nacional e mundial.

O castrismo influenciou e confundiu várias gerações de lutadores bem como organizações inteiras e importantes dirigentes marxistas revolucionários. Nahuel Moreno, sem dúvida o mais importante dirigente do trotskismo latino-americano, não conseguiu escapar da pressão do castrismo nos primeiros anos da revolução. Assim, por exemplo, em um texto de polêmica com Che Guevara, expressava idéias como esta: *“Fidel e Che demonstraram nos fatos e popularizaram várias questões políticas e teóricas de fundamental importância, que nos permitem dizer deles, parafraseando o que Sartre disse da filosofia de Marx, que não há hoje em dia outra corrente revolucionária na América a não ser o castrismo”*.¹¹

Nahuel Moreno, ao contrário da ampla maioria dos outros dirigentes do trotskismo, manteve-se fiel à classe operária e ao marxismo e, por essa via,

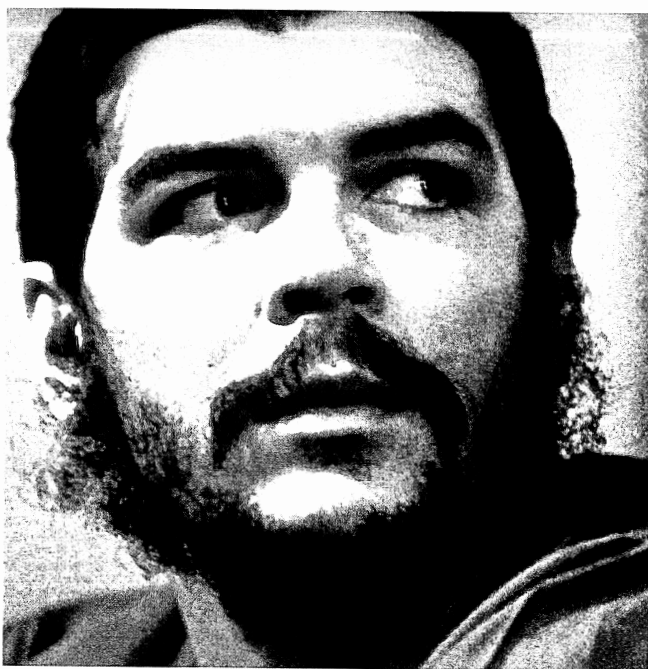
11 Lecciones de Octubre, León Trotsky, El Yunque Editora, Buenos Aires, p. 15.

12 “Dos Métodos Frente a la Revolución Latinoamericana”, Nahuel Moreno.

foi rompendo qualquer tipo de relação com o castrismo. Prova disso é que as reflexões que expusemos neste artigo estão inspiradas nas elaborações de Moreno das décadas de 70 e 80. No livro *Conversando com Nahuel Moreno*, ele faz uma reflexão muito profunda sobre esse processo de sua relação e ruptura com o castrismo, que deve ser levada em conta por todos aqueles que lutam pelo poder da classe operária. Moreno diz: *“Ao longo de minha vida política, depois, por exemplo, de observar com simpatia o regime que surgiu da Revolução Cubana, cheguei à conclusão de que é necessário continuar com a política revolucionária de classe, ainda que atrase nossa chegada ao poder em vinte ou trinta anos ou o quanto for necessário. Nós desejamos que a classe operária chegue ao poder verdadeiramente, por isso queremos dirigi-la”* ■



O guevarismo e a Revolução Permanente



JERÔNIMO
CASTRO

A revolução cubana foi, provavelmente, o acontecimento político mais importante da história da América Latina. Pela primeira vez na história das Américas, triunfou uma revolução onde o conjunto das classes dominantes foi derrotado e onde surgiu, em um processo permanente e contraditório, um estado operário, ainda que burocratizado. A revolução cubana foi, assim, a vanguarda das revoluções operárias ou socialistas no continente e a única que triunfou e permaneceu no poder.

No entanto, essa revolução não se deu de maneira direta ou consciente. Che Guevara a descreve como uma revolução de contragolpes. A cada golpe da burguesia ou do imperialismo contra a revolução, ela respondia aprofundando ainda mais o seu curso revolucionário. Ou, em suas próprias palavras sobre o Partido Marxista Leninista: *“Para o desenvolvimento e aprofundamento de nossa ideologia, o imperialismo foi um fator muito importante; cada golpe que nos dava necessitava de uma resposta; cada vez que reagiam os yanques, com sua soberba habitual, tomando alguma medida contra Cuba, tínhamos que tomar a contra medida necessária e, desta maneira, aprofundava-se a revolução”*.¹

Tradução:
Alejandro Iturbe

1 “El partido marxista leninista”, Ernesto Che Guevara, *Obras Escogidas 1957-1967*. Editorial de Ciencias Sociales, La Habana, 1991.

Jerônimo Castro é
militante do PSTU

Houve ainda uma outra peculiaridade na revolução cubana: diferentemente de todos os outros países que chegaram a expropriar a burguesia e planificar sua economia, a revolução cubana só sofreu influência direta do aparato mundial stalinista depois de sua vitória e relativa consolidação. Enquanto nos países invadidos pelo Exército Vermelho da URSS a expropriação se deu sob o comando direto dos burocratas soviéticos, totalmente ligados ao aparato central do stalinismo, e enquanto nas revoluções chinesa e iugoslava (e depois nos países do oriente, como Vietnã) foram organizações stalinistas, os PCs, que dirigiram a revolução, o caso cubano é o único onde uma organização absolutamente independente do stalinismo dirigiu a revolução, tomou o poder e avançou na expropriação da burguesia e do imperialismo. Tal peculiaridade gerou, no bojo da revolução cubana, fenômenos que são únicos ou que só podem ser comparados aos da própria revolução russa.

O mais importante deles é que em Cuba, dentro da direção da revolução, surgiu uma corrente internacionalista que tentou levar a revolução ao resto do continente e do mundo. Esta corrente, cujo principal expoente é Che Guevara, mesmo com incríveis limitações teóricas e políticas, chegou empiricamente à revolução permanente e ao internacionalismo revolucionário.

Esse não é qualquer fenômeno. Somente a revolução Russa gerou uma corrente internacionalista conseqüente. Nenhuma revolução, inclusive aquelas que deram origem a correntes internacionais, como a chinesa com o Maoísmo e a iugoslava com o Titoísmo, ocasionou o surgimento de organizações que desde dentro dos aparatos dos estados nacionais, tentassem de forma conseqüente levar a revolução a outras partes do mundo.

É verdade que, ao final, o Guevarismo, como expressão do internacionalismo revolucionário, foi derrotado e desapareceu do aparato cubano. Sobrou uma forma caricata deste guevarismo, que tem duas características básicas, a saber, o culto à imagem de Che Guevara e um guerrilheirismo abstrato, totalmente dissociado da estratégia de Guevara.

Este texto procura analisar as verdadeiras características do guevarismo, aquelas com as quais temos acordos e desacordos, e junto com isso o desenvolvimento histórico dessa corrente e de seu expoente, o Che, até sua morte. Dedicamos especial atenção ao discurso de Argel, à mensagem à Tricontinental e ao conjunto de textos sobre o Partido.

O internacionalismo

Como dissemos acima, no desenvolvimento do pensamento político do Che, o imperialismo cumpriu um papel fundamental. Não podemos afirmar de forma categórica, mas provavelmente seu internacionalismo se desenvolveu da conclusão prática da impossibilidade de levar adiante qualquer projeto independente enquanto o imperialismo existisse.

Já no início de sua carreira de estadista, quando era o chefe de uma das seções do Instituto Nacional de Reforma Agrária, Che patrocinava grupos guerrilheiros pela América Latina. Na medida em que as contradições com o imperialismo americano se acirravam, Guevara vai formulando uma

opinião política mais clara sobre o problema, até chegar a conclusões devastadoras, não só contra o imperialismo e a necessidade de enfrentá-lo em qualquer parte do mundo, mas também contra a burocracia sino-soviética e seus satélites. Essas conclusões aparecem claramente no seu texto “Mensagem à Tricontinental”, ao falar do Vietnã: “*Não se trata de desejar êxito ao agredido, mas sim de sofrer sua própria sorte; acompanhá-lo até à morte ou até à vitória*”.²

O Guevara que retornou do Congo em 1965 não se dirigiu somente ao imperialismo, pois para ele a crítica ao imperialismo era a crítica das armas; era necessário destruí-lo. Seu alvo era também o stalinismo em geral: “*O imperialismo norte-americano é culpado de agressão; os crimes são imensos e repartidos por todo o globo. Já o sabemos, meus senhores! Mas também são culpados os que, no momento de se definirem, vacilaram em fazer do Vietnã parte inviolável do território socialista, correr os riscos de uma guerra de alcance mundial, mas também obrigando os imperialistas norte-americanos a uma decisão. E são culpados os que mantêm uma guerra de insultos e ardis, iniciada, há algum tempo, pelos representantes das maiores potências do campo socialista*”.³

Crítica que ele mantém quando, já na guerrilha na Bolívia, observa em seus diários no dia 11 de setembro de 1967: “*Um diário de Budapeste critica Che Guevara; figura patética ao parecer irresponsável e saúda a atitude marxista do Partido Chileno que toma atitudes práticas frente à [situação] prática*”. E continua: “*Como eu gostaria de chegar ao poder, mesmo que fosse apenas para desmascarar covardes e lacaios de todas as espécies e esfregar-lhes no focinho suas porcarias*.”⁴

Para Guevara, o globo era o espaço de uma conflagração mundial contra o imperialismo. Tanto no seu livro *Passagens da Guerra Revolucionária: Congo*, como no texto *Mensagem à Tricontinental*, faz menção a um Exército Proletário Internacional quando diz: “*A experiência inaugurada por nós não deve ser desperdiçada e a iniciativa do Exército Proletário Internacional não deve morrer no primeiro fracasso*”⁵ e “*Que se desenvolva um verdadeiro internacionalismo proletário; com exércitos proletários internacionais*”⁶. Che Guevara caminhou resolutamente em direção a posições cada vez mais internacionalistas e, na Bolívia, comentaria sobre o que carregava em sua mochila de guerrilheiro: “*(...) perderam-se 11 mochilas com (...) o livro de Debray anotado por mim e um livro de Trotsky (...)*”⁷, essa observação demonstra que, paralelo a um progresso empírico, Guevara avançava teoricamente em direção à revolução permanente.

Neste sentido vale citar o professor Pericás, que conta que Guevara, nos idos de 1965, recebia em sua sala de Ministro da Indústria a publicação trotskista *Voz Proletária*.⁸ Pode-se ver nisto, e de fato o há, certo militarismo, é verdade, mas como dissemos, o Che se aproximou da maioria de suas posições em um misto de experiências pessoais e estudo político. Nele, as experiências empíricas tiveram uma grande importância, mas nesse avanço nem sempre retilíneo chegou à maior de todas as conclusões, a de que “*não há fronteira nesta luta de morte; não podemos ficar indiferentes perante o que acontece em qualquer país do mundo; uma vitória de qualquer país sobre o imperialismo é*

2 Mensagem à Tricontinental.

3 Idem.

4 *Diários de Che Guevara na Bolívia* (tradução do autor).

5 *Passagens da guerra revolucionária: Congo*.

6 Mensagem à Tricontinental.

7 *Diários de Che Guevara na Bolívia* (tradução do autor).

8 Luiz Bernardo Pericás – *Che Guevara e o debate econômico em Cuba*, p.203.

uma vitória nossa, tal como a derrota de uma nação qualquer é uma derrota para todos nós.”⁹

A luta contra os privilégios e o burocratismo

Na medida em que a revolução cubana avançava e assimilava mais e mais os quadros oriundos do PSP (nome do Partido Comunista Cubano antes de Fidel Castro tomar o poder) e que técnicos do estado soviético começaram a ditar as normas de funcionamento do estado cubano, começou-se a fazer sentir a existência da burocracia.

Guevara o identifica principalmente nos privilégios materiais a que o “*ser dirigente*” dá origem, como observa ao falar que é necessário acabar com a idéia de que “*ser eleito membro de alguma organização de massas ou do partido dirigente da Revolução – dirigente em algumas das distintas facetas que toma – permite a estes companheiros ter a menor oportunidade de conseguir algo mais que o resto do povo.*”¹⁰

Regis Debray, intelectual francês que acompanhou Che na primeira fase da guerrilha boliviana, e que depois passou com “armas e bagagens” para a social-democracia, guarda uma imagem bastante forte do Che. Ele conta que a igualdade havia se tornado para o Che um credo e uma pedra de toque, e narra, para demonstrá-lo, o seguinte diálogo que ocorrera na guerrilha da Bolívia:

— *Vê este pão doce, Debray? — Era depois da janta, já de noite, em torno à brasa. Estava apoiado relaxadamente no chão.*

— *Digamos que pese 200 gramas. Com o que poderias fazer dois bons pedaços. Duzentas calorias para cada um e nada mais. Digamos que tenhas dez esfomeados e todos dependam de você, o que faria?*

— *Sortearia os dois beneficiados.*

— *Por quê?*

— *Mais vale dois companheiros que tenham a oportunidade de sobreviver comendo um pouco que dez que não tenham nenhuma, comendo dez vezes nada.*

— *Você está equivocado, Debray. Cada um deve ter suas migalhas e seja o que deus quiser. A Revolução tem seus princípios. E sempre haverá dois burocratas a menos.*

— *Você acredita com toda segurança que é melhor que caiam 10 revolucionários em absoluta igualdade de condições?*

— *Sempre que a moral esteja a salvo, a revolução também estará. Se não, que sentido tem?*¹¹

Che carregou essa marca de igualitarista fanático por toda a sua vida política. Há centenas de histórias que a demonstram, desde sua descompostura diante de um cozinheiro da guerrilha que lhe queria beneficiar com um bife a mais, porque ele era o comandante, até sua indignação, no Congo, com o responsável pela divisão de comida dos cubanos que teria ficado com uma

9 Discurso de Argel

10 Sobre a construção do partido. (tradução do autor)

11 Do livro de Paco Ignacio Taibo II – Ernesto Guevara, também conhecido como Che.

porção maior de alimentos.

Famosa é sua crítica à sua companheira, Aleida March, que teria feito compras usando os benefícios concedidos aos altos funcionários do Estado. Ao descobrir o fato, indignado, Guevara proibiu a esposa de gastar mais do que o salário que eles ganhavam.

Ao se tornar ministro e responsável por várias tarefas em Cuba, levou essas opiniões também para o critério administrativo.

Guevara exigia de seus auxiliares dedicação e sacrifício; um deles conta que o Che teria dito que no ministério da indústria fazia trabalho voluntário quem quisesse, porém, quem não fizesse, não evoluiria dentro do ministério.

Aliás, para Guevara, a questão da luta contra a burocracia estava extremamente ligada ao trabalho voluntário, e ao estímulo moral.

Para ele, os quadros deveriam invariavelmente oferecer algo mais, um sacrifício a mais para a revolução, para a sua construção e superação do capitalismo.

Ardoroso participante dos trabalhos voluntários, é possível vê-lo em fotos nas mais diversas atividades, ensacando ou transportando sacos de açúcar, colhendo cana, trabalhado no cais, em poços de petróleo, etc.

Essa “experiência” de estar junto com os trabalhadores tinha algo de singular na sua forma de encarar as tarefas dos dirigentes, aliás, como se veria mais tarde em sua visão de solidariedade aos povos em luta contra o imperialismo, para o Che não bastavam as declarações, era necessário compartilhar a experiência prática.

A crítica ao socialismo que se desenvolveu no Leste Europeu

Guevara, no seu último período, que aparentemente começa no discurso de Argel, de fevereiro de 1965, é um crítico ácido deste modelo. Neste discurso, que levou à ruptura definitiva entre ele e os principais dirigentes da Revolução Cubana¹², define sua crítica e seu modelo de relações internacionais entre os países socialistas.

Primeiro, a crítica: *“Os países socialistas têm o dever moral de pôr cobro à sua cumplicidade tácita com os países explorados do Ocidente”*.¹³ Depois, seu modelo: *“(…) a tarefa consiste em fixar os preços que permitam o desenvolvimento. Uma grande mudança de concepção consistirá em mudar a ordem das relações internacionais; não deve ser o comércio externo a fixar a política, mas, pelo contrário, ele deve estar subordinado a uma política fraterna para com os povos.”*¹⁴

Sua indignação alcançava a máxima expressão quando falava do Vietnã e o via como: *“a solidariedade do mundo progressista ao Vietnã é semelhante à amarga ironia que significava para os gladiadores do circo romano o estímulo da plebe.”*¹⁵

Para Guevara, era necessário tomar parte na luta, tomar parte fisicamente, inclusive. Não bastavam as declarações, os protestos dos países socialistas. Ele não esperava nada menos que a doação gratuita de armas para os povos que se rebelavam: *“Deve-se tratar o aspecto da libertação de um poder político opressor pelas armas segundo as regras do internacionalismo proletário: se é um*

12 Segundo Benigno, Dariel Alarcón Ramirez, citado no livro de Jorge Castañeda *Che Guevara a Vida em Verme-lho*: “O Che foi acusado de Trotskista e pró-chinês (...). Argudín me contou que o Che ficou uma fera, que quase partiu para cima do Raul, e que falou para ele ‘você é um imbecil’ três vezes e aí virou para o Fidel e o Fidel não disse nada. Ou seja, quem cala, consente”. Segundo Carlos Franqui: “O certo é que Guevara, ao chegar a Cuba, é recebido no aeroporto por Fidel Castro, Raul e o presidente Dorticos e é energicamente censurado, acusado de indisciplina e irresponsabilidade, de comprometer as relações de Cuba com a URSS, com Fidel furioso por sua irresponsabilidade em Argel, como disse a muitos, entre ele o cronista.”

13 Discurso de Argel.

14 Idem.

15 Mensagem à Tricontinental.

absurdo pensar que um diretor de empresa de um país socialista em guerra vai duvidar em enviar os tanques que produz para uma frente onde não há garantias de pagamento, não menos absurdo deve parecer que se averigüe a possibilidade de pagamento de um povo que luta pela libertação ou que necessita dessas armas para defender sua liberdade.”¹⁶

E continua: *“As armas não podem ser mercadorias nos nossos mundos; devem ser entregues gratuitamente (...) aos povos que as pedem para disparar contra o inimigo comum.”¹⁷*

A guerra de guerrilhas e o papel do partido

Não seria muito dizer que Guevara jamais chegou à completa compreensão do partido leninista, na forma defendida por Lênin.

Guevara conviveu com partidos comunistas extremamente burocratizados e stalinizados e de uma maneira geral defensores da coexistência pacífica.

Para que se tenha uma idéia, o PC cubano de antes da revolução, o PSP, apoiou Fulgencio Batista, o ditador que a revolução cubana derrubou. O PC guatemalteco, outro que Guevara conheceu, foi contra resistir ao golpe de estado que derrubaria o presidente daquele país na época em que Guevara se encontrava por lá.

Mesmo assim, após a revolução cubana, Che seria um entusiasta da aproximação com o leste europeu, e daí teria contato com os manuais stalinistas sobre o Leninismo.

A revolução cubana foi feita por fora da concepção do partido leninista, pelo menos no sentido de que era uma organização centralizada mas sem democracia que cumpria o papel de dirigente da revolução. Isso foi possível porque o partido comunista cubano e o stalinismo em geral haviam abandonado seu papel de direção das lutas revolucionárias.

Foi daí que Che tirou sua conclusão fundamental de que a Guerrilha poderia ser não só a forma de luta para se fazer uma revolução, mas também que a guerrilha era a forma político-organizativa dessa luta.

Mais ainda, dando um passo à frente de Mao e Gyap, para o Che não fazia falta haver um partido para dirigir a guerrilha, não, era a guerrilha quem deveria dirigir ao partido.

Essa idéia fica clara em sua famosa polêmica entre *llano* e *sierra* (planície e montanha) quando ele advoga veementemente o direito de ser aqueles que lutam com armas na mão os que decidam e dirijam a revolução.

Quando, depois da tomada de poder, começa a se gestar a fusão entre o M 26 e o partido comunista, vai ficando claro que era um partido quase formal.

Guevara chega a propor que os militantes do partido fossem eleitos nas fábricas e fazendas, dando a entender que ser membro do partido já era por si mesmo um cargo.

Por outro lado, quando se propunha a levar a revolução a outras partes do mundo, jamais propôs a construção de um partido para isso, sua política sempre foi a de estimular a guerra de guerrilhas, a de construir guerrilhas e

16 Discurso de Argel.

17 Idem.



não partidos.

Quiçá essa seja a maior crítica a ser feita ao Che, a de nunca ter visto a necessidade da construção dos instrumentos políticos que dirigissem a luta armada.

Sua desconfiança do stalinismo — justa, diga-se de passagem — levou-o a se afastar cada vez mais da concepção de um partido militante que intervisse na luta de classe cotidiana. Ao ver a estratégia da luta armada, e perder o norte do Partido, a guerrilha do Che se dissociou do leninismo e pôs em primeiro lugar o problema militar, ainda que a serviço de uma estratégia político-revolucionária.

O legado do Che

Para o Che, a solidariedade internacional não podia ser apenas um discurso. Na medida em que ele percebia que era exatamente isso que as direções das potências socialistas faziam, foi-se afastando delas e buscando seu próprio caminho.

Neste sentido, a mensagem à Tricontinental é seu canto de cisne. É um pujante chamado à guerra total contra o imperialismo. É a tentativa de criar dois, três, muitos Vietnãs.

A mensagem à Tricontinental é também seu testamento, onde declara seu ódio mortal ao imperialismo e diz não se importar com o momento onde a morte o surpreenderá, *“desde que outras mãos se estendam para empunhar nossas armas, e outros homens se disponham a entoar os cantos de luto com o matraquear de metralhadoras e novos gritos de guerra e vitória.”*¹⁸

Mas isso não é tudo, não se pode deixar de ver a importante contribuição do guevarismo no debate econômico cubano, na luta contra a burocracia, na defesa de uma moral militante austera e humana.

Guevara e seu grupo, pois como dissemos antes, toda uma camada de quadros o segue em sua luta política e nas batalhas pela África e Bolívia¹⁹, foram a mais alta expressão de uma luta política travada no seio da revolução cubana, entre aqueles que acreditavam na necessidade da revolução se expandir e os que queriam adequar a revolução cubana aos interesses e necessidades da burocracia soviética.

O desaparecimento físico desta camada de quadros internacionalistas, e a derrota daqueles que ficaram em Cuba foi parte fundamental da luta que se deu pela revolução na América Latina. Hoje mais do que nunca se pode afirmar que Guevara foi não só herói e mártir da revolução permanente: Guevara foi e continua sendo parte fundamental da revolução socialista na América Latina e já é mais do que hora de resgatarmos sua contribuição fundamental para nossa revolução



18 Mensagem à Tricontinental.

19 Segundo Paul J. Dosal havia com Guevara na Bolívia dezesseis cubanos, três eram do CC do PCC, todos foram do exército rebelde M 26, dez deles sob o comando do Che. Três tinham posto de comandante, cinco eram tenentes, seis eram capitães; havia dois vice-ministros e um chefe do serviço de informações, o G-2.

A derrota de Israel no Líbano gera uma mudança qualitativa no Oriente Médio



LEGER

ALEJANDRO
ITURBE E
JOSEF WEIL

A recente invasão do Líbano por Israel e sua derrota para o Hizbollah não foi uma guerra a mais entre as muitas que o estado sionista travou em seus 58 anos de existência. Uma **nova realidade** foi desenhada durante a invasão e a derrota de Israel, sob o comando da resistência libanesa. Tanto a natureza genocida deste estado quanto sua crescente fragilidade política e militar ficaram patentes, na medida em que enfrenta o repúdio cada vez maior e uma maior resistência dos povos árabes e muçulmanos. A demonstração de que “é possível derrotar o sionismo” expandiu-se por todo Oriente Médio. Inclusive no interior de Israel, vozes de personagens sionistas e do aparato de estado declaram sua preocupação com a própria sobrevivência do estado racista.

Aqui se faz necessário recordar o papel de cada um deles na região e a história de 58 anos de conflitos bélicos entre Israel e seus vizinhos. Apesar do mito de ser o “pequeno país”, o *Davi* contra *Golias*, Israel nunca esteve, na verdade, sob um perigo real nas guerras anteriores. Com o apoio total das potências imperialistas, frente a inimigos com governos corruptos, como os dos países árabes, as batalhas foram curtas e demolidoras, como na famosa Guerra dos Seis Dias, em 1967, ou na *blitzkrieg* da Península do Sinai, em 1956.

Tradução:
Marcos Margarido

Alejandro Iturbe
e Josef Weil
são membros
da Direção da
LIT-QI

Nesta última guerra, não enfrentou um exército regular, mas uma organização de resistência, o Hizbollah, que utilizou a clássica guerra de guerrilhas. Israel foi derrotado, e tanto seu governo quanto as forças armadas, antes consideradas “invencíveis”, entraram em crise. Até os famosos “comandos israelenses” foram ruidosamente derrotados em dois episódios. O primeiro foi a “ocupação de Bint Jbeil” que, depois de ser proclamada em todas as redes de TV, terminou com um contra-ataque fulminante do Hizbollah, com dezenas de soldados israelenses mortos e feridos e a evacuação do Tsahal (o exército israelense – NT) da cidade.

O outro fato foi uma tentativa, pouco depois do cessar-fogo, de raptar um alto dirigente do Hizbollah no vale de Baalbek: tentaram enganar a população local chegando de madrugada, disfarçados de soldados libaneses e falando árabe. Mas a população desconfiou de seu sotaque e avisou os combatentes do Hizbollah. Uma vez descobertos, foram atacados e tiveram que enfrentar um combate que acabou com a morte de um tenente-coronel, outro comandante israelense gravemente ferido e a fuga precipitada das tropas sionistas num helicóptero sob o fogo da guerrilha, sem conseguir seu objetivo.

Israel lançou uma quantidade impressionante de bombas e mísseis nas cidades e povoados do Líbano; mobilizou mais de 30.000 soldados e utilizou a mais moderna tecnologia militar. Apesar disso, nunca conseguiu quebrar a capacidade militar do Hizbollah que, ainda no final do conflito, continuava disparando mais de 200 foguetes diários sobre o território israelense. As tropas israelenses sofreram um grande número de baixas e também a destruição de numerosos tanques e equipamento militar.

Além disso, Israel não via seu território atacado num conflito militar há décadas. Neste caso, o norte do país, inclusive Haifa, a terceira cidade israelense, foi permanentemente afetado pelos foguetes lançados pelo Hizbollah. Como resultado, milhares de pessoas tiveram que abandonar suas casas e, pela primeira vez na história de Israel, foram formados acampamentos de milhares de refugiados, já que não existiam acomodações especiais para recebê-los.

Apesar do primeiro ministro israelense, Ehud Olmert, e George Bush afirmarem que Israel ganhou a guerra contra os “terroristas do Hizbollah”, é cada vez mais claro que ocorreu o contrário. Mesmo com toda destruição sofrida pelo Líbano, o exército sionista sofreu uma dura derrota e teve de se retirar sem conseguir seus objetivos políticos e militares. Trata-se de um fato de imensa importância, porque coloca na ordem do dia a possibilidade de concretizar uma tarefa histórica: a destruição do estado racista e policial de Israel.

O resultado da guerra

Como dizia o **Correio Internacional** nº 123: *“A melhor demonstração do verdadeiro resultado da guerra é o claro contraste entre o festejo dos habitantes do sul do Líbano quando voltavam a seus povoados, apesar de encontrá-los quase destruídos, e a grave crise política que se abriu em Israel”.*

O ataque israelense tentou dar uma resposta ofensiva a duas crises combinadas. A primeira é a crise da política da “guerra contra o terror” iniciada por

Bush depois do 11 de setembro de 2001. Esta política está totalmente atolada no Iraque e, agora, se reinicia a luta no Afeganistão. A segunda é a crise da política dos Acordos de Oslo, depois do triunfo eleitoral do Hamas na Palestina, que havia agravado a situação geral do imperialismo na região. No entanto, como Bush no Iraque, Olmert enfrentou no Líbano o colossal ascenso das massas árabes e muçulmanas, cuja expressão mais alta são as guerras de libertação nacional contra o invasor imperialista.

Sem dúvida, o Hizbollah construiu uma força militar eficiente e seus milicianos combatem com valentia e determinação. No entanto, as razões políticas foram o fator decisivo no resultado da luta. Quando as massas libanesas perceberam que se tratava da defesa da soberania nacional contra o odiado invasor sionista, respaldaram totalmente a resistência, com o apoio direto ou a simpatia explícita, e se uniram contra os agressores. Em primeiro lugar, foram os xiitas, mas a eles se somaram amplos setores de sunitas, cristãos, ateus, etc. Uma pesquisa feita no auge da guerra mostrou o apoio de 85 % dos libaneses ao Hizbollah, apesar de toda destruição sofrida. Israel tentou utilizar esta destruição para dividir o povo libanês, responsabilizando o Hizbollah pela catástrofe. Mas fracassou em sua tentativa e a luta foi apoiada pelo conjunto do povo libanês. Quando a guerra acabou, os refugiados que retornavam a seus lares destruídos gritavam seu ódio contra Israel e muitos deles davam vivas ao Hizbollah.

A derrota abriu uma grave crise em Israel

Um artigo do jornal sionista israelense *Haaretz* (2/9/06), intitulado *Um estado em perigo*, reflete o duro debate interno depois da guerra, onde o foco das críticas concentra-se no papel do governo e da cúpula militar. O artigo de Yar Sheleg pretende discutir a nova realidade criada pela derrota no Líbano.

Por que uma derrota golpeia tanto um país como Israel? Temos que entender que se trata de um país cuja natureza é ser um “estado policial”. Isto é, deve garantir a ferro e fogo através de uma superioridade militar indiscutível seu predomínio na área para defender os interesses imperialistas.

Israel sempre foi considerado uma peça chave da política imperialista na região e especialmente na “guerra contra o terror”. Mas agora vários comentaristas norte-americanos informaram sobre o descontentamento do governo Bush, porque Israel não havia “pago a fatura” de sua promessa de liquidar o Hizbollah em poucos dias e livrar a região de um inimigo armado e desafiador. Seu fracasso na obtenção dessa meta desacredita Israel perante os olhos do imperialismo, que ameaça relativizar seu compromisso de adesão total.

Olmert e Bush acreditavam que obteriam uma vitória rápida e contundente no Líbano, que lhes permitiria começar a reverter a situação de crise que já analisamos. Mas Israel não apenas não conseguiu essa vitória contundente, como foi derrotado e isso se transformou num bumerangue que aprofundou ainda mais a crise da política do imperialismo.

Também gerou insegurança no interior do próprio estado sionista e uma disputa entre todas as forças políticas, para achar os culpados e encontrar uma



saída. A oposição de direita diz que o problema foi a vacilação em invadir por terra desde o primeiro dia da guerra. Afirmam que a missão de destruir o Hizbollah e o Hamas deveria ser levada até as últimas conseqüências, ainda que isso custasse centenas de milhares de mortos libaneses e palestinos, e baixas muito maiores no exército israelense. Houve manifestações na praça de Tel Aviv pedindo a cabeça de Olmert e/ou do Ministro da Defesa Peretz, e a volta imediata dos soldados capturados. Por outro lado, alguns pacifistas, um setor minoritário, afirmam que era melhor ter negociado a troca dos soldados tomados como reféns com o Hizbollah e o Hamas. Não apenas o governo recebe críticas: o comando do exército também é fortemente criticado e muitos pedem sua cabeça.

Um fato é evidente hoje: o projeto sionista está ameaçado. O duplo caráter do estado de Israel (enclave colonial e policial militar a serviço das necessidades da dominação imperialista) não pode absorver uma derrota que questione sua superioridade militar e coexistir com um ascenso cada vez mais amplo e uma resistência cada vez mais radicalizada e apoiada pelas massas da região. Por isso, sua profunda crise atual e, em especial, a crise de sua instituição fundamental, as Forças Armadas.

Não nos confundamos, a ampla maioria dos israelenses está a favor da destruição do Hizbollah e apoiou a guerra contra o Líbano, inclusive quando era claro seu caráter genocida. Tudo indica que, como reação à derrota, girarão ainda mais à direita numa futura eleição, apoiando o partido Likud contra o Kadima e o trabalhismo, base do atual governo de Olmert. Mas a derrota abriu esta profunda crise e ambas, especialmente a do Exército, como assinalou o *Haaretz*, mostram que Israel é um país vulnerável. Em outras palavras, hoje Israel está muito mais debilitado que antes da guerra.

Os ataques a Gaza e Cisjordânia

O projeto sionista está num pântano. Mas devido a sua essência, Israel só pode responder com mais agressões aos povos árabes. Os ataques contínuos aos territórios palestinos são uma prova disso.

Os Acordos de Oslo e a criação da ANP (Autoridade Nacional Palestina) foram uma tentativa de criar um simulacro de “estado palestino”, na realidade bantustões no estilo do apartheid sul-africano, com o apoio da direção da Al Fatah. Esta política foi completada pela chamada “separação unilateral” de Sharon/Olmert, que propõe a anexação de todas as terras dos assentamentos dos colonos judeus na Cisjordânia e na região em volta de Jerusalém. A partir dali, seriam definidas unilateralmente as fronteiras entre Israel e o “estado palestino”.

O triunfo do Hamas nas eleições da ANP colocou esse plano em crise. É certo que hoje a direção do Hamas parece avançar pelo caminho da capitulação ao aceitar a formação de um governo conjunto com a Al Fatah e Mahmud Abbas, reconhecendo de fato a existência de Israel. Mas parece muito difícil que os Acordos de Oslo possam ser “vendidos” novamente, de forma pacífica, às massas palestinas e árabes após o triunfo das massas libanesas. Por isso Israel

se vê obrigado a agredir cruelmente os territórios palestinos para impor sua política. Mas isto não é uma expressão de sua força, mas de sua fraqueza.

O fim do mito de Davi contra Golias

Durante muitos anos, especialmente entre sua fundação em 1948 e a guerra de 1973, Israel apresentou-se perante a opinião pública mundial como um pequeno estado de ideologia “socialista”, nascido da vontade dos judeus perseguidos na Segunda Guerra Mundial e acossado pelas “hordas árabes e muçulmanas”, que não queriam deixá-lo existir. Isto é, um estado “progressista” vítima do ataque de países quase feudais.

Apoiados na resolução da ONU de 1947, com o respaldo dos EUA e da ex-URSS, em meio à comoção mundial despertada pelo genocídio nazista, os sionistas, o imperialismo e a burocracia soviética souberam manejar esta imagem para fixá-la perante o mundo. Mesmo uma boa parte da esquerda deu seu apoio com o argumento de que, depois de tanto sofrimento, os judeus só queriam criar um país para viver em “paz e com democracia” e que os despóticos governos árabes odiavam esse exemplo de “liberdade e prosperidade”.

Inventou-se a versão de que Israel era o resultado de “um povo sem terra para uma terra sem povo” e se ocultou a realidade das centenas de milhares de palestinos expulsos de suas terras pelo exército e as milícias sionistas com métodos terroristas. Todo aquele que se atrevia a desafiar estas mentiras era rapidamente acusado de “anti-semita”.

Hoje, a máscara que ocultava o monstro cai rapidamente. Na realidade, já havia começado a cair com a repressão à Intifada. Agora, as cenas do ataque ao Líbano mostraram a brutalidade, o desprezo pelas vidas de civis e a destruição da infra-estrutura do pequeno país vizinho de que foi capaz o sionismo para tentar impor a rendição do povo libanês. Até os observadores da ONU e de outras organizações, que sempre evitaram tomar posição sobre este tema, viram-se obrigados a condenar Israel por “crimes de guerra”.

A crueldade dos métodos sionistas é tão evidente que cada vez mais setores médios, da esquerda e da intelectualidade progressista tomam distância e, inclusive, começam a denunciar o papel de Israel como “estado terrorista”. O português José Saramago, Prêmio Nobel de Literatura, declarou que *“aquilo que Israel está fazendo é perder o capital da simpatia, da admiração e de respeito que o povo judeu merecia pelos sofrimentos por que passou. Já não são dignos desse capital”*. O argentino Pérez Esquivel, Prêmio Nobel da Paz, qualificou Israel como “estado terrorista” e Ralph Nader, ex-candidato a presidente pelos EUA, definiu a agressão ao Líbano como um “bombardeio terrorista”.

Creceu muito o repúdio aos métodos de Israel na Europa e na América Latina, apesar de toda campanha dos meios de comunicação culpando os “ataques terroristas do Hizbollah e Hamas” pela situação. Na Inglaterra, uma pesquisa deu uma ampla maioria de 62 % contra a agressão ao Líbano, apesar do apoio incondicional de Tony Blair a Israel. Isto causou um debate público entre os dirigentes do *Labour Party*, o partido de Blair, sobre se seria correto continuar com esta posição. Os povos do mundo associam

cada vez mais Israel à política genocida de Bush e do imperialismo no Oriente Médio.

Os EUA são o único lugar onde uma maioria da população ainda apóia Israel. Neste país, tanto o Partido Republicano quanto o Democrata têm uma postura claramente pró Israel. Mas aqui também o apoio popular a esta postura sofreu um desgaste: 54 % dos eleitores democratas e 39 % dos republicanos estão a favor de uma política de “neutralidade”, oposta ao apoio total a Israel, tanto do governo Bush quanto do Congresso (pesquisa realizada pela Times-Bloomberg, 25/7–1/8/2006). Uma expressão desta nova dinâmica é um abaixo-assinado de judeus norte-americanos contra a agressão de Israel aos povos libanês e palestino, que já tem mais de 1000 assinaturas.¹

Até Zbigniew Brzezinski, ex-assessor de inteligência externa de Carter e Ronald Reagan, e ex-membro da junta de segurança nacional de Bush pai, começou a dizer que são necessárias mudanças na política do “grande aliado”: *“Odeio dizer isso, mas vou dizer. Penso que o que os israelenses estão fazendo agora, por exemplo no Líbano, é na prática, talvez não na intenção, uma matança de reféns. Porque, quando se mata 300 a 400 pessoas que nada têm a ver com as provocações do Hizbollah, e isto é feito na prática deliberadamente com indiferença pela magnitude do dano colateral, se está matando reféns com a esperança de intimidar aos que se quer intimidar. E o mais provável é que não sejam intimidados. Simplesmente serão ultrajados e convertidos em inimigos permanentes cujo número não cessará de crescer”.*²

Em resumo, a crise em Israel é parte da crise geral da política imperialista para o Oriente Médio e do debate que esta situação gera no próprio imperialismo. Ao mesmo tempo, o verdadeiro caráter do estado sionista se faz cada vez mais claro para as massas e intelectuais progressistas de todo mundo, e sua metodologia genocida é crescentemente repudiada até por figuras de prestígio que antes defendiam a existência de Israel. Todos esses fatores também contribuem para debilitá-lo.

A sensação de vitória das massas árabes e muçulmanas

Em compensação, a derrota das tropas sionistas produziu uma alegria imensa nos povos árabes e muçulmanos. Um dirigente árabe expressou isto com muita clareza: *“Durante anos e anos foi dito aos árabes das gerações anteriores que nada se podia fazer contra a força de Israel. Agora todos os árabes estão despertando para uma nova realidade. (...) Muito além do Líbano, esta sensação está correndo como o fogo num campo seco através de todo mundo árabe e muçulmano. (...) É uma sensação de poder que poderia eventualmente selar a sorte não só de Israel, mas também desses governos árabes, que são vistos por sua gente como os ‘vendedores’ da falsa idéia da impotência árabe para ocultar sua própria impotência e corrupção ...”.*³

Esta “sensação de poder” significará seguramente um grande impulso para a luta das massas árabes e muçulmanas, não só contra Israel, mas também contra os governos responsáveis por décadas de capitulação, especialmente os

1 Petition for U.S. Jewish Solidarity with Muslim and Arab Peoples of the Middle East em www.jewishsolidarity.info/petition.php

2 Juan Gelman, *Climas*, 04/08/06

3 Ghayth Armanazi, *The Independent*, 11/8/06, reproduzido no **Correio Internacional**.

mais amigos de Israel ou do imperialismo, como os da Arábia Saudita, Egito e Jordânia. Podemos agregar que também será um estímulo para a luta dos povos iraquiano e afegão contra a ocupação imperialista de seus países.

Os seguintes exemplos mostram isso: *“A rua árabe foi entrando numa situação parecida a quando se atea fogo num caldeirão de água: foi aquecendo pouco a pouco até chegar ao ponto de ebulição. As manifestações no Egito foram significativas, por exemplo, onde os Irmãos Muçulmanos se misturavam com a esquerda do movimento Kefaya (Basta, NA), onde os retratos do xeque Nasrallah se misturavam com os de Nasser e do Che, e onde a TV Al Manar compete sem rodeios com a Al Jazeera. Mas não foi só no Egito. Em todo o mundo árabe centenas de manifestações, cada qual mais massiva, percorreram as ruas com um grito unânime: ‘Sem justiça não há paz’. Esse conceito positivo de paz que tanto assusta o imperialismo em qualquer parte do mundo: solução das causas que geram o conflito. E no Oriente Médio esse conflito tem um responsável, Israel.”*⁴

Na Arábia Saudita houve manifestações muito reprimidas, com vários presos, mas não se pode deixar de assinalar que os xiitas do noroeste estão extremamente descontentes com a monarquia e têm uma enorme simpatia pela luta dos irmãos do Líbano e pelo Hizbollah. Até em Bahrein, sultanato petrolífero onde existe uma base dos EUA, houve protestos exigindo justiça no Líbano.

A ONU desacreditada

A ONU saiu muito comprometida e desacreditada ao mostrar-se como um instrumento da opressão imperialista e de apoio a Israel. Supostamente é uma instituição a serviço “da paz” e do “respeito às nações”. Mas não foi capaz sequer de garantir um cessar-fogo quando havia claras mostras do caráter genocida dos ataques israelenses. Culpou permanentemente ao Hizbollah pelo início da guerra e sempre exigiu seu desarmamento, em cumprimento de sua anterior resolução 1559. Exatamente a política central de Bush e dos sionistas. Nada mais transparente para entender o desgaste desta instituição imperialista do que a manifestação nas ruas de Beirute contra a representação diplomática da ONU. Entre os manifestantes não havia apenas simpatizantes do Hizbollah, mas pessoas de várias posições políticas que invadiram sua sede ao grito de “Morra EUA. Morra Israel”.

Do mesmo modo, a turbulenta visita a Beirute de Kofi Annan, seu secretário geral, depois do cessar-fogo, quando foi cercado por manifestantes com bandeiras do Líbano e do Hizbollah, que lhes exigiam aos gritos que tomasse posição contra Israel. Alguns deles, entrevistados pela TV, diziam que Annan não devia tentar enganar o povo libanês enquanto Israel mantinha o bloqueio naval e aéreo do Líbano. As massas libanesas compreenderam que o direito de veto dos “cinco grandes” no Conselho de Segurança da ONU transformou-se, na prática, pela relação EUA-Israel, em direito de veto do estado sionista ante qualquer aspiração legítima das populações da região. E em seu direito de utilizar toda força militar genocida e o arsenal de armas proibidas pela própria Convenção de Genebra, como as bombas de fragmentação. O governo de Israel diz cinicamente que atuou sem violar as convenções internacionais e estas

4 Alberto Cruz, El grito de la calle árabe: “sin justicia no hay paz”, www.rebellion.org em 31/8/06



afirmações são aceitas pela ONU sem nenhuma ameaça de sanção efetiva contra ele.

Na realidade, a aposta de Bush e Olmert era arrasar a resistência libanesa em poucas semanas, mas o tiro saiu pela culatra e a derrota das tropas sionistas não fez mais que potencializar a crise da política imperialista no Oriente Médio. Um exemplo disso foram as dificuldades e vaivens para formar a “Força de Paz” prevista pela resolução 1701.

Como corresponde ao papel de ferramenta do imperialismo desta organização, esta resolução não condenava a agressão sionista nem a destruição causada. Limitava-se a chamar o cessar-fogo e enviar “capacetes azuis” ao lado libanês da fronteira. Ao mesmo tempo, insistia no mandato da resolução 1559 para “desarmar o Hizbollah”.

O objetivo real da resolução é amortecer a derrota do exército israelense e mandar a “força de paz” para estabelecer uma “zona tampão” entre o Líbano e Israel que impeça os ataques com foguetes por parte do Hizbollah. Muitos dos países convidados a enviar tropas se recusaram ou propuseram um número reduzido. França, a antiga potência dominante no Líbano, com intenções de retomar sua influência, não assumiu a responsabilidade de comandar as tropas e mandar 3000 homens, pois seus generais rechaçaram a proposta. Queriam enviar somente 200, porque ainda têm presente a recordação de sua participação em outra força da ONU nesse país, na década de 1980, que literalmente “voou pelos ares”. Isto gerou protestos de Bush, pressões sobre a França e a oferta de outros países imperialistas da Europa para substituí-la nessa tarefa, como a Itália e Espanha.

Para aqueles que ainda querem ver a ONU como um “instrumento da paz”, é impossível esconder a imagem que ficou nítida para os olhos de militantes árabes e muçulmanos, como o revela este trecho da entrevista de um militante do Hizbollah dada a Mohamad Ali Nayel, Nicole Younness e Jaume d’Urgell.⁵

“As Nações Unidas sempre defendem os interesses dos Estados Unidos e seus amigos, os invasores da Palestina e agressores do Líbano. Ponhamos por acaso o exemplo dos seqüestros. Por que, quando os invasores da Palestina seqüestram alguém e o torturam durante 11 anos, a isso não se chama terrorismo? Por que Annam não aparece na televisão para condenar este tipo de ato? Por que unicamente condenam as ações (proporcionalmente insignificantes) realizadas pelo Hizbollah? Em minha opinião, quando um organismo internacional que aspira ocupar o lugar ao qual as Nações Unidas pretendem chegar, e se mostra como juiz e parte de um modo tão evidente, sua justificação desaparece”.

Uma nova guerra é inevitável

O cessar-fogo negociado no Líbano é sumamente precário. Israel continuou mantendo o bloqueio naval e aéreo por mais de três semanas. Além disso, o governo israelense declarou que o país deve preparar-se “para uma segunda ofensiva” contra o Hizbollah, a não ser que este aceite desarmar-se ou que isto seja imposto pelas tropas da ONU e do exército libanês, o que parece ser muito difícil depois do resultado da guerra.

5 www.rebellion.org
em 05/09/06

Neste caso, Israel não admitirá a presença de um desafio dessa magnitude em sua fronteira. Em algum momento o estado sionista voltará a atacar, e já está se preparando, mesmo lambendo suas feridas para fazê-lo. Mais uma demonstração de que a origem das guerras e conflitos na região é o caráter do estado de Israel, de policial armado do imperialismo. Uma nova demonstração, também, de que não poderá haver paz no Oriente Médio até que Israel seja definitivamente destruído. As condições para levar a cabo esta tarefa histórica são hoje melhores do que nunca em seus quase 60 anos de existência. A derrota que sofreu no Líbano demonstra que, com uma luta unificada das massas árabes e muçulmanas, seria possível fazê-lo ■

Nossos acordos e nossas diferenças com o Hizbollah

A recente guerra do Líbano e a vitória que o Hizbollah obteve sobre as tropas israelenses invasoras colocaram-no como a principal referência para as massas árabes muçulmanas na luta contra Israel. As bandeiras desta organização e as fotos de seu líder, Hasan Nasrallah, aparecem hoje em todas mobilizações da região e também naquelas realizadas pelos emigrantes em outros países do mundo. Podemos dizer que o Hizbollah transformou-se, de fato, numa direção reconhecida pelas massas árabes e muçulmanas. Faz-se necessário, então, definir que tipo de organização é, precisar os acordos e as diferenças que temos e nossa política em relação a ele.

ALEJANDRO
ITURBE E
JOSEP WEIL

Sua história

O Hizbollah é uma organização política libanesa de ideologia fundamentalista islâmica, fundada no início da década de 1980 e apoiada por uma ala da hierarquia xiita ligada ao recente regime iraniano do aiatolá Khomeini.

Desde então, teve um crescimento e um desenvolvimento constantes. Dois fatores influenciaram nesta dinâmica. Em primeiro lugar, o Hizbollah não reconhece a existência do estado de Israel e defende sua destruição, pelo que começou a ocupar o espaço que correntes, como a OLP e o nacionalismo laico árabe, deixavam ao abandonar esta bandeira. Em segundo lugar, sua atitude frente à invasão israelense do Líbano, a partir de 1982, permitiu-lhe ganhar influência de massas neste país, enraizando-se na população xiita dos bairros mais pobres de Beirute e do sul do país.

A partir daí, não se desenvolveu apenas como organização militar, mas também passou a administrar centenas de municípios, hospitais, escolas e empresas de construção de casas populares. Também participou de eleições, conse-

Tradução:
Marcos Margarido

guiu eleger vários deputados e hoje integra o governo do Líbano, com vários ministros. Isto é, não se trata de uma corrente guerrilheira clássica, mas de uma direção burguesa que se integrou aos negócios e ao estado burguês, mantendo uma força policial própria, superior ao próprio exército nacional libanês. Por isso, o imperialismo, Israel, a ONU e setores da burguesia libanesa sempre tentaram desarmá-lo. Esse era o principal objetivo da recente invasão israelense do Líbano e a guerra que a seguiu.

Foi, precisamente, em resposta a esta agressão brutal que o Hizbollah derrotou as tropas sionistas. Isto não só transformou-o, de fato, no exército de libertação nacional do Líbano, mas aumentou enormemente seu prestígio em todo mundo muçulmano.

Os acordos e as críticas

Nossa principal coincidência com o Hizbollah é, portanto, a proposta de destruição do Estado de Israel.

Com sua luta militar e sua vitória contra as tropas sionistas, esta organização fez com que esta tarefa seja possível e concreta hoje, como nunca foi desde a fundação do Estado de Israel. Neste sentido, **estamos sem vacilar no campo militar do Hizbollah em sua luta contra Israel.**

No marco desta unidade de ação, não depositamos nenhuma confiança política em sua direção devido a seu caráter burguês e religioso. É inevitável alertar que, pelo seu caráter burguês, cedo ou tarde a direção do Hizbollah terminará capitulando ao imperialismo.

Alguns elementos dessa capitulação já se expressam hoje. Por exemplo, está sustentando o exército e o estado burguês do Líbano, permitindo-lhes recuperar espaço e prestígio, apesar de não terem movido um dedo para defender o país contra Israel. Da mesma forma que as outras forças do parlamento libanês, aceita a divisão confessional imposta pelo imperialismo francês e a burguesia local, que até hoje obriga os libaneses a votarem de acordo com sua religião.

Tampouco deu passos concretos para unificar a luta das massas árabes e muçulmanas contra Israel, quando tinha todas as condições para chamar a formação generalizada de milícias por todo povo libanês, acima de qualquer divisão religiosa, e especialmente a incorporação ativa nesta luta dos quase 500 mil refugiados palestinos que vivem no Líbano. Isto é essencial, não só por seu peso social, mas porque esta seria uma forma concreta de unir as lutas contra Israel na região. Nem defendeu a derrota dos governos cúmplices de Israel e do imperialismo na região, como os da Arábia Saudita, Egito e Jordânia. Neste sentido, tampouco critica o governo iraniano pelo seu apoio ao governo títere de ocupação do Iraque.

Esclarecemos que falamos, hoje, de “elementos” e não de “capitulação” porque o Hizbollah mantém seu chamado à destruição de Israel e, ao mesmo tempo, negou-se a se desarmar. Por isso, essas críticas se dão, atualmente, no marco do chamado à unidade de ação nessa luta e da exigência à direção do Hizbollah para que impulse tudo que seja necessário para destruir Israel.

Que saída devemos construir?

Outra diferença muito profunda que temos com o Hizbollah e outras correntes islâmicas é sua proposta de construir estados islâmicos na Palestina e nas nações muçulmanas. É certo que, no Líbano, o Hizbollah fale de não aplicá-la como em outros países, mas essa continua sendo sua proposta programática. Consideramos que se trata de uma proposta totalmente equivocada, porque divide os palestinos e outros povos da região entre quem tem fé muçulmana e quem não tem, em vez de uni-los na luta contra o sionismo e o imperialismo. Por outro lado, a experiência iraniana mostra que esta proposta terminou originando uma ditadura burguesa de ideologia teocrática que reprime a esquerda, os trabalhadores, minorias como os curdos e oprime as mulheres, em nome da fé islâmica.

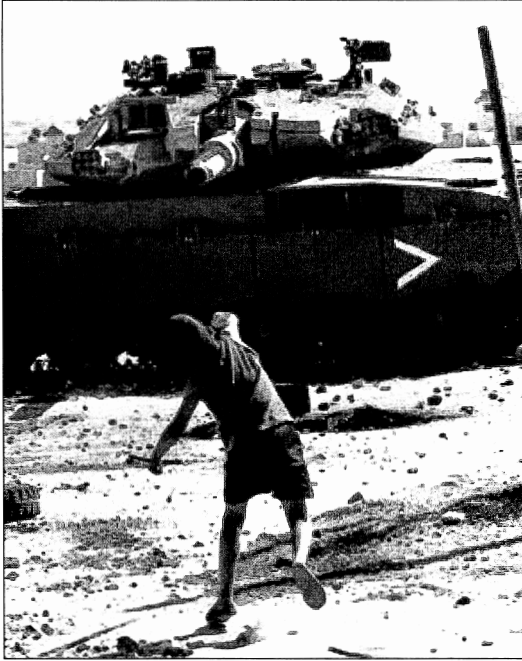
Ao contrário, nossa proposta é que, depois da destruição de Israel deve-se construir um único estado palestino laico, democrático e não racista, como um passo até a formação de uma federação de repúblicas socialistas no Oriente Médio.

É evidente que a bandeira de “estado islâmico” representa um retrocesso em relação à velha palavra de ordem de fundação da OLP. Mas este retrocesso não é culpa das massas árabes, e sim das correntes laicas “progressistas” e de esquerda que abandonaram esta luta. Ao mesmo tempo, temos que assinalar que, mesmo com suas profundas contradições, a posição e a ação do Hizbollah são hoje muito mais progressivas que a de todos aqueles que reconhecem Israel e abandonaram a luta por sua destruição.

Em resumo, no marco da participação unitária da luta contra Israel, nossas críticas à direção do Hizbollah se concentram, em primeiro lugar, em suas consequências nesta luta e, em segundo, nas profundas diferenças que temos com seu programa. A saída de fundo para a região passa pela construção de uma verdadeira alternativa de direção operária e revolucionária para as massas do Oriente Médio ■



O que é o Estado de Israel e por que deve ser destruído?



ALEJANDRO
ITURBE E
JOSEF WEIL

A lenda sionista conta que, em sua criação, o Estado de Israel foi mais uma das nações que conseguiram sua independência política no segundo pós-guerra, com rebeliões ou guerras de libertação nacional contra seus colonizadores imperialistas, como foi o caso da Índia, Indonésia, Argélia, Vietnã e outros países.

Mas o surgimento de Israel difere totalmente desses exemplos, já que ele nasce como um **enclave colonial** instalado na Palestina para defender os interesses do imperialismo em territórios estratégicos. A criação de Israel se baseia no “transplante” de uma população externa à região, os imigrantes judeus. Apoiando-se na perseguição anti-semita, e aproveitando-se do desespero dos judeus perseguidos, a organização sionista mundial organiza uma imigração, em especial da Europa Oriental, financiada por judeus europeus milionários, como Rothschild, e estimulada pelas metrópoles imperialistas, como a Inglaterra, para garantir a fidelidade desses novos ocupantes a seus patrocinadores imperialistas. Contra as mentiras do sionismo, não se tratava de uma “terra sem povo”, mas de territórios habitados há séculos pelo povo árabe palestino.

A instalação dos novos colonos judeus levados pelo sionismo e o imperialismo pode ser comparada então com a de colonos ocidentais instalados no século XIX e início do XX nas colônias inglesas como a Rodésia (hoje Zimbábue) e

Tradução:
Marcos Margarido

Malvinas; francesas como a Argélia, com os *afrikaaners* de origem holandesa na África do Sul etc.

Portanto, **os colonos judeus que se instalaram na Palestina não são uma nacionalidade local oprimida pelo imperialismo, mas uma população estrangeira que se instala nas terras dos nativos e exerce um papel opressor a serviço de seu imperialismo nessa área.** Como são “transplantes” de uma minoria colonizadora têm, para manter-se, um caráter racista e militarista. Isto ficou bem claro no governo *branco* da Rodésia, na colonização francesa da Argélia e no *apartheid* da África do Sul.

O fato de que os primeiros colonos sionistas na Palestina tenham sido judeus perseguidos na Europa não pode ocultar a realidade do projeto do sionismo desde o início, que foi a criação de um enclave colonial. Desde sua fundação em 1948 o Estado de Israel serviu para que as grandes potências imperialistas tivessem um “cão de guarda” de seus interesses numa região estratégica como o Oriente Médio. Ao finalizar a Primeira Guerra Mundial, o líder sionista Chaim Weimann, posteriormente presidente de Israel, garantiu ao imperialismo inglês que *“uma Palestina judaica seria uma salvaguarda para a Inglaterra, em particular no que diz respeito ao Canal de Suez.”*¹ Apoiado nessa população de colonos que se mudou para a Palestina atraída pela prédica sionista, Israel sempre se comportou conforme esse projeto e essa finalidade. Por isso, é impossível analisar o caráter de Israel e a psicologia política de sua população sem tomar como ponto de partida essa “marca de nascimento”.

Um estado racista

Em primeiro lugar, Israel constituiu-se como um estado racista desde sua fundação, dos pontos de vista ideológico e legislativo. Israel é **oficialmente** um “estado judeu”. Isto é, não é um estado de todos os habitantes que residam no país ou hajam nascido nele, mas onde somente podem ser cidadãos aqueles que se considerem de fé ou de descendência judaica. Para deixar mais claro esse caráter, 90 % das terras são reservadas exclusivamente para os judeus por meio do *Fundo Nacional Judeu*, cujo estatuto define que as “terras de Israel” pertencem a essa instituição e não podem ser vendidas ou arrendadas e nem mesmo trabalhadas por um “não-judeu”. Além disso, os palestinos são proibidos de comprar ou, inclusive, arrendar as terras anexadas pelo Estado desde 1948.

Ao mesmo tempo, os judeus do mundo inteiro podem emigrar legalmente para obter a nacionalidade israelense e uma infinidade de privilégios que os nativos não-judeus não possuem. Desde a fundação de Israel existe um sistema de discriminação racial que domina absolutamente todos os destinos das vidas palestinas. Que poderia ser dito hoje de um país que tivesse como política oficial a expropriação de terras dos judeus ou simplesmente proibisse que alguém não-judeu pudesse estabelecer-se nele se casasse com uma judia? Obviamente, seria dito que se trata de um caso flagrante de discriminação, de anti-semitismo, comparável ao nazismo ou ao *apartheid* sul-africano. No entanto, isso é legal em Israel, garantido por uma série de instituições e leis que **afetam somente os habitantes não-judeus** do Estado de Israel.

1 Weinstock, Nathan. *Zionism, false messiah*, p.96

A *Lei de Nacionalidade* estabelece claras diferenças na obtenção da cidadania para judeus e não-judeus. Pela Lei de Cidadania, nenhum cidadão israelense pode casar-se com um residente dos Territórios Ocupados da Palestina. Caso isso ocorra, perde os direitos de cidadania de Israel e a família, se não viver separada, deve emigrar.

Pela *Lei de Retorno*, qualquer judeu do mundo pode ser cidadão israelense. Mas os familiares dos cidadãos palestinos do Estado de Israel que vivem no estrangeiro (muitos deles expulsos de suas terras na Palestina, ou seus descendentes) não podem obter o mesmo benefício **simplesmente pelo fato de não serem judeus**.

A *Lei do Ausente* permite a expropriação das terras que não tenham sido trabalhadas durante um tempo. Mas a terra de um judeu nunca foi expropriada. A maioria das expropriações foi realizada contra refugiados palestinos no exílio, palestinos cidadãos de Israel ou contra qualquer palestino que resida na Margem Ocidental do rio Jordão e tenha terras na área ampliada de Jerusalém.

Essas leis são apenas uma parte da legislação utilizada exclusivamente contra a população árabe de Israel. Além do importante elemento econômico, pela perda de numerosas extensões de terras pelos palestinos, o principal é o componente social: a divisão de muitas famílias, forçadas a emigrar. Outras leis que começaram a ser denunciadas impedem a realização de casamentos entre pessoas não-júdas que habitem áreas distintas dos territórios ocupados ou, mesmo, a reunificação de famílias, marido e mulher, pais e filhos etc.

*“Em 2000, de modo semelhante, eles ‘reavivaram’ regras que diziam respeito aos palestinos cujos cônjuges eram cidadãos de países árabes, isto é, não ocidentais e não tiveram permissão para voltar a suas casas. Entre 1994 e 2000, durante os anos de Oslo, foram dadas instruções para atrasar o processo de ‘unificação familiar’ pelo qual dezenas de milhares de famílias dos territórios ocupados estão esperando. Estas famílias não estão vivendo em Haifa ou Ashkelon (cidades de Israel), mas na Margem Ocidental e na Faixa de Gaza.”*²

Os postos de controle “só para palestinos” impostos pelo exército de ocupação, com longas e irritantes esperas intencionais, contrastam com as modernas e livres auto-estradas “só para judeus”.

Essa política racista agrava-se a cada dia: *“A construção do Muro ao longo e dentro dos limites municipais de Jerusalém impedirá definitivamente a volta dos palestinos expulsos de Jerusalém pelo confisco de suas terras, demolição de suas casas ou pressões de grupos de colonos extremistas. Perderão seus direitos de residência permanente em Jerusalém, segundo a política do ‘centro de vida’ e nunca mais poderão entrar na cidade sem permissões especiais. As propriedades que foram ‘abandonadas’ em Jerusalém podem ser expropriadas segundo a lei israelense de Proprietários Ausentes.”*³

Uma sociedade cada vez mais violenta e militarizada: o genocídio dos povos conquistados

Um estado como Israel necessita exercer uma violência permanente contra a população dominada. Para manter seu caráter colonial e racista, não pode

2 Amira Hass,
Haaretz, 5/9/06.

3 Elodie Guego,
Rebelión, 10/9/06

tolerar nenhuma resistência interna, nem desafios em suas fronteiras. Seu próprio caráter o leva a ser expansionista e a reprimir qualquer questionamento mínimo à sua natureza. Por isso, desde sua fundação, Israel sempre praticou uma política de “limpeza étnica” dos palestinos, arrancando-os de suas terras ancestrais ou reprimindo com dureza tanto os palestinos que vivem em suas fronteiras quanto nos territórios ocupados.

Mais de dez mil presos políticos palestinos apodrecem nas prisões sionistas e centenas deles são menores de idade. A tortura é praticada com autorização da justiça e os “assassinatos seletivos” de lutadores nos territórios são uma rotina diária. A esse estado não se pode dar outro nome que o de “nazista”, porque quando se persegue um povo inteiro com o objetivo de eliminar sua identidade, fazê-lo escravo ou expulsá-lo de suas terras, não há outro nome que expresse melhor essa essência política. A terrível contradição histórica é que são os descendentes dos perseguidos na Europa que agora aplicam esses mesmos métodos contra outro povo.

Para defender esse caráter do Estado sionista, a população israelense sempre vive em “pé de guerra”. Ao cumprir 18 anos, todo cidadão ou cidadã israelense deve cumprir um serviço militar obrigatório de três anos, os homens, e de dois anos, as mulheres. Então se tornam “reservistas” até os 50 anos, com um mês de treinamento a cada ano.

Isto é, trata-se de uma população educada para estar sempre a serviço do exército. E isto é naturalmente aceito pelos israelenses, já que somente a força das armas pode garantir a sobrevivência do enclave colonial. Por isso, as forças armadas são, na realidade, a instituição mais importante do estado. Não é casual que os líderes políticos mais importantes da história do país tenham sido, em sua maioria, comandantes militares previamente.

Para essa população, o uso da violência contra os palestinos ou os vizinhos árabes é um “fato natural”. Por exemplo, a repressão em Gaza e Cisjordânia raramente é informada dentro de Israel. No fim das contas, os palestinos quase não são considerados seres humanos ou, pelo menos, com direitos humanos. Os mortos e os torturados são apenas consequência do “direito de defesa de Israel” contra a Intifada ou os atentados suicidas. Antes, estas questões sequer faziam parte das informações dos jornais israelenses. Era, apenas, um problema *policial* exclusivo dos territórios. Uma moléstia que deve ser evitada com mais repressão ou com o isolamento do *Muro da Vergonha*.

Outra expressão dessa sociedade racista são as divisões e desigualdade entre os diferentes grupos da população judia. Historicamente, a elite é composta pelos asquenazis, os judeus originários da Europa. Abaixo deles estão os judeus orientais ou sefaradis, que recebem um tratamento melhor que os judeus árabes. Recentemente, a imigração de um milhão de judeus russos originou um setor pouco apreciado pelos outros grupos sociais, pela sua fama de aproveitadores dos subsídios do Estado.

Os colonos agrícolas que vivem nos territórios ocupados em 1967 formam outro setor que cumpre um papel de parasita. São base de sustentação da direita e da extrema direita religiosa, que sempre exigem mais benefícios do Estado para atuar como ponta de lança da colonização das terras palestinas e da expul-

são dos palestinos. Em geral, fazem parte das últimas imigrações e vivem em bunkers muito protegidos, ao lado da população árabe, em troca de subsídios e financiamento estatais.

Nos últimos anos também surgiu uma população flutuante de imigrantes temporários não-judeus trazidos de lugares distantes, como as Filipinas e outros pontos da Ásia, para substituir a mão de obra palestina, já que os fechamentos das fronteiras impedem que estes trabalhem nas empresas israelenses. São umas 250.000 pessoas que trabalham em condições de semi-escravidão, em setores como a construção civil. São párias que não têm qualquer direito e vivem à margem da sociedade israelense.

Apesar das crises e divergências, os colonizadores israelenses defendem seu estado

Apesar dessas diferenças sociais, há um laço comum que une todos os cidadãos judeus: eles sabem, de uma maneira ou outra, que vivem da usurpação da terra de outro povo e do apoio que recebem do imperialismo para cumprir o papel de “cão de guarda” na região. Sabem que os povos árabes e muçulmanos são suas vítimas e temem que esses povos se unam e os expulsem. Por isso, a principal coesão dessa sociedade racista, violenta e militarizada é o medo do “inimigo comum”. Algo que é recordado permanentemente e com força pelos dirigentes políticos israelenses de todas as cores. “*Ou eles ou nós*” é a palavra de ordem básica que mantém a união e os vínculos dentro dessa sociedade. Nesse sentido, a idéia sionista de “nosso direito à existência” significa a defesa do estado racista e dos privilégios dos judeus, que saqueiam os nativos e exploram esse caráter.

Isso explica porque a imensa maioria dos israelenses está a favor da “separação unilateral” e da “limpeza étnica” dos palestinos. Também apóiam a destruição do Hizbollah e respaldaram massivamente a guerra contra o Líbano, mesmo quando era claro seu caráter genocida. O certo é que depois de cada guerra, inclusive da última que terminou derrotada, são os políticos mais direitistas do espectro político sionista que se fortalecem.

Esse caráter da população judia israelense tem também uma base econômica. Em grande medida, Israel pode ser definido como uma grande base militar do imperialismo na qual também vivem os familiares dos soldados e se desenvolvem algumas atividades produtivas de apoio. Mas o centro de seu funcionamento é claramente a guerra e a produção de armamentos.

Considerado sob parâmetros “normais”, o estado israelense tem um déficit orçamentário crônico. A balança comercial também é deficitária em quase US\$ 10 bilhões. Mas estes “vazios” são cobertos por fundos do exterior. Em primeiro lugar pelos subsídios de US\$ 3 bilhões anuais que os EUA enviam oficialmente. Estima-se que US\$ 2 bilhões chegam desse país através de outras rubricas e, finalmente, estão os fundos coletados pelas organizações sionistas de todo mundo.

Ao mesmo tempo, a produção de armamentos e da tecnologia associada é, há anos, a principal atividade econômica do país. Esta não só abastece as neces-

sidades próprias, mas representa quase 40 % das exportações do país, aproximadamente US\$ 12 bilhões anuais, em armas e tecnologia militar. Apesar de sua pequena população, Israel é hoje o quinto exportador de produtos militares do mundo, embora nos dados fornecidos pelas páginas oficiais do país isto apareça disfarçado como “produtos de alta tecnologia”. Houve até uma “repreensão” dos EUA pela exportação de radares militares a países como China e Índia. Em outras palavras, a maioria da população israelense vive direta ou indiretamente do orçamento para a guerra e da fabricação de armas.

Um exército em processo de corrupção

Nesse marco, é totalmente compreensível que a derrota no Líbano abrisse uma profunda crise. Porque mostrou que Israel é “*um país vulnerável*”, como se expressou o jornal Haaretz, e que a histórica superioridade militar não lhes dá uma garantia de vida, como sentiram na própria carne os refugiados de Haifa e do norte do país.

É interessante analisar o processo de deterioração que se deu no exército sionista. Uri Avneri, um pacifista israelense da organização Gush Shalom, faz o seguinte diagnóstico: “*A ocupação (dos territórios palestinos, NA) está corrompendo nosso exército (...) A última guerra séria ... foi a de Yom Kipur, em 1973. Depois de vários reveses importantes, obteve uma vitória impressionante. No entanto, quando isto ocorreu, a ocupação tinha apenas 6 anos. Agora, trinta e três anos depois, vemos o dano feito pelo câncer chamado ‘ocupação’, que já se estendeu a todos os órgãos do corpo militar*”.⁴ A atitude do general Dan Halutz, comandante supremo, preocupado pelo destino de seus investimentos na Bolsa, no meio da reunião na qual se decidia a invasão do Líbano, é um sintoma do grau de deterioração da moral da cúpula das Forças Armadas israelenses.

Avneri refere-se ao fato de que a descomunal desigualdade entre as forças armadas sionistas e os resistentes palestinos levou a que os oficiais e soldados israelenses se acostumassem, durante vários anos, a atacar seus objetivos sem preocupação com a resposta. Atacavam, bombardeavam e assassinavam à vontade, quase sem correr riscos. Mas agora tiveram que enfrentar uma verdadeira guerrilha; já sem moral e, também, sem o treinamento necessário; “*Durante trinta e nove anos foram obrigados a realizar o trabalho de uma força policial colonial: correr atrás de jovens que atiram pedras e coquetéis Molotov, encarcerar mulheres que tentam impedir que prendam seus filhos, capturar pessoas que dormem em suas casas.*”

Para um estado com o papel de enclave e polícia colonial como Israel, ter um problema dessa gravidade em suas forças armadas é aterrador e gera uma insegurança em todos os níveis da sociedade. À medida que a tendência da realidade se mostra cada vez mais perigosa, muitos israelenses se cansam deste ambiente e isso é expresso num número não desprezível de pessoas que abandonam o país.

Estas cifras são cuidadosamente escondidas, mas já é fato que um número considerável de israelenses, muitos deles da elite intelectual e profissional, busca uma solução individual na emigração, para sair do inferno da “guerra perma-

4 ¡Buenas dias,
Elijahu!,
Rebelión, 02/9/06

mente”. Muitos deles saem discretamente, alegando projetos de estudo ou trabalhos temporários no estrangeiro (principalmente nos EUA e Europa), mas grande parte fica e somente volta ao país para visitar brevemente suas famílias. A propaganda sionista nunca menciona este fato: só mostra os novos imigrantes judeus que chegam para radicar-se em Israel, mesmo durante a guerra, tentando demonstrar uma ardente fé sionista. Outra cifra crescente é a deserção não explícita: a saída de jovens em idade militar, que tratam de evitar as frentes e o serviço em territórios palestinos ou libaneses.

A base da sociedade israelense ou sua classe operária podem voltar-se contra o sionismo?

A crise em Israel e, especialmente, no exército é muito importante porque enfraquece o Estado sionista, abre brechas para que a resistência árabe possa golpear e prepara sua derrota. Mas não podemos analisar Israel como um país “normal”, mesmo como um país imperialista. Sua população é formada por colonos usurpadores que dependem da existência desse enclave racista para manter seu nível de vida e ser protegidos contra as reivindicações dos povos espoliados.

Vejamos uma crônica de Lidon Soriano, que passou várias semanas com os palestinos e, depois, em Israel e nas colônias sionistas da Cisjordânia: *“O sentimento de prepotência e superioridade dos israelenses e sua concepção dos palestinos e árabes em geral como seres inferiores, incivilizados, violentos, aos quais temem de uma forma totalmente irracional. Este sentimento é reforçado durante o serviço militar e pode ser percebido com toda sua crueza em cada um dos postos de controle que têm que atravessar. É habitual ver como os soldados tratam aos palestinos como animais.”*

Sobre sua visita a uma colônia judia na Cisjordânia, relata: *“(…) O que se vê e se sente quando se passeia por ali é que são lugares sem alma. São lugares tão artificiais, tão albeios ao entorno que os rodeia, que indiscutivelmente a maneira mais acertada de qualificá-los é de ‘câncer’. Câncer, como um tecido que cresce totalmente diferente do tecido sobre o qual se localiza e que, além disso, é daninho e pode ser letal. Outra coincidência entre as colônias e o câncer é seu tratamento. Seu tratamento não pode ser outro que a destruição desse novo, albeio e daninho tecido, sua destruição ou sua extirpação radical. Não há outra saída”*.⁵ Essa vívida imagem de “câncer” e o tratamento para sua cura podem ser aplicados ao conjunto do estado de Israel.

Polêmica sobre a solução para a Palestina

Cada vez mais é maior o número dos que se horrorizam com a ação genocida de Israel, repudiam sua ação e buscam uma solução para esta situação de guerra permanente na região. De modo geral, podemos dizer que existem três posições diferentes.

A mais generalizada é a solução de “dois povos, dois estados”, um judeu e outro palestino, no mesmo sentido da resolução da ONU de 1947 que dividiu o

5 Lidon Soriano, www.rebellion.org, 14/9/06. No mesmo artigo, se conta: *“Ademais, quando se conversa com os colonos, se dá conta da podridão que têm em suas cabeças: -Esta é nossa terra, nos pertence. -Os palestinos são incivilizados e violentos e é impossível falar com eles porque não querem a paz. -Os árabes querem destruir-nos e nós temos o direito e o dever de defender-nos. -Tudo o que o exército israelense faz é defender a população dos terroristas palestinos. Outro argumento que sempre saía ao final da conversação e que da fé de seu sentimento de vítima e sua nula autocrítica política e nula capacidade de reflexão era: ‘todo o mundo nos odeia, não sei por que, mas todo mundo nos odeia’.*

território palestino e criou Israel. A partir dos Acordos de Oslo, foi exercida uma pressão muito forte para que os palestinos aceitassem esta solução. A traição da OLP, sob a direção de Arafat, permitiu a criação dessa “aberração” chamada ANP (Autoridade Nacional Palestina), que legitimava Israel e colocava a tarefa impossível de construir, sobre a base de bantustões isolados, um inviável “estado palestino”, totalmente dominado econômica e militarmente pelo opressor racista. Como bem o qualificou, nestes anos, o intelectual palestino Edward Said, tratava-se de algo assim como “o governo colaboracionista de Vichy sob a dominação nazista da França”, durante a Segunda Guerra Mundial. Esta alternativa coloca o estado racista, o câncer, ao lado das populações excluídas, com um claro domínio do primeiro.

Mas depois de quase 15 anos de aplicação dos Acordos de Oslo, e ante o evidente fracasso desta política para gerar uma verdadeira solução, alguns de seus partidários na esquerda começaram a ver que é cada vez mais inviável pela própria ação de Israel, apropriando-se de mais terras, expulsando mais palestinos e reprimindo nos territórios. O Muro da Vergonha, o roubo de mais da metade das terras da Cisjordânia e das fontes de água fizeram inviável até o “mini-estado palestino” previsto pelos Acordos de Oslo. O enclave sionista não aceita retirar-se dos territórios ocupados em 1967 nem dar nenhuma autonomia real aos palestinos.

A segunda proposta é a construção de um “estado binacional” de tipo federativo, como é o caso da Bélgica. Esta posição foi praticamente esquecida nos dias de hoje, mas foi levantada em seu momento pelas correntes da esquerda sionista como Hashomer Hatzair. Além de apresentar os mesmos problemas que analisamos para os “dois estados”, agrega o fato de que o sionismo não aceitará jamais dar direitos de cidadania aos palestinos, pois temem o “perigo demográfico” de incorporar mais de três milhões de “não judeus”.

A única solução verdadeira: destruir o Estado de Israel

Voltemos então à grande questão posta na ordem do dia: não haverá paz no Oriente Médio nem uma verdadeira solução na Palestina até que o Estado de Israel não seja derrotado definitivamente e destruído. Isto é, até que o câncer imperialista que corrói a região não seja extirpado de modo definitivo. Qualquer outra solução significa a sobrevivência do “câncer” e a continuação de sua ação letal e destrutiva.

Tal como analisamos em outro artigo, essa tarefa histórica, equivalente à destruição do estado nazista alemão ou do estado de apartheid sul-africano, está colocada agora, após a derrota das tropas sionistas no Líbano, como possível e presente, na medida em que uma luta política e militar unificada seja desenvolvida, não somente pelo povo palestino, mas pelo conjunto das massas árabes e muçulmanas.

Aqui queremos desenvolver outro aspecto da polêmica na esquerda mundial: que ações são necessárias para conseguir a destruição de Israel? Nossa posição é que, nesta luta, cada golpe aplicado ao estado e ao exército sionista e

cada ação que provoque sensação de insegurança na população do enclave são positivos. A luta contra uma usurpação colonial sempre é muito dura. Por exemplo, a independência da Argélia exigiu anos de rebelião, ações guerrilheiras e uma campanha mundial de apoio para conseguir a derrota, não só do exército francês, mas dos grupos fascistas, como a OAS, e obrigar os colonos imperialistas franceses a abandonar suas terras no país.

No caso de Israel, esta questão se aprofunda. Por sua natureza de “estado policial”, cujo quartel general é Tel Aviv, todas as estruturas sociais são parte de uma máquina militar: um kibutz é uma fortaleza armada dos colonos, uma cidade israelense também. Por isso, os ataques aos kibutz e cidades com foguetes são ações completamente legítimas e necessárias de uma guerra de libertação nacional. Estes ataques, e a queda do moral dos habitantes do enclave que resulta destes, ajudam o objetivo de destruir o estado genocida. Caso contrário, cairíamos no falso “centro justo” de organizações, como a Anistia Internacional, que condenaram os dois lados por “crimes de guerra”, pondo um sinal de igual entre as ações do estado sionista e da resistência libanesa, de um modo similar às resoluções dessa ferramenta do imperialismo que é a ONU.

Nós defendemos que a destruição do Estado de Israel permitirá a recuperação do território histórico palestino e a construção de uma Palestina laica, democrática e não-racista, bandeira fundamental da OLP na década de 1970. A esta Palestina sem muros nem campos de concentração poderão retornar os milhões de refugiados expulsos de sua terra, e os milhões que permaneceram e hoje são oprimidos recuperarão seus direitos plenos. Também poderão permanecer nela todos os judeus que estejam dispostos a conviver em paz e com igualdade. Por isso, chamamos os trabalhadores e o povo judeu a somar-se a esta luta contra o estado racista e policial de Israel. No entanto, devemos ser conscientes de que, pelo caráter da população judia israelense que analisamos, o mais provável é que somente uma pequena minoria aceite essa proposta enquanto a grande maioria dela, seguramente, defenderá com unhas e dentes “seu estado” e seus privilégios e, portanto, deveremos lutar contra eles até o final ■

A chantagem do “anti-semitismo”

O sionismo sempre utilizou o holocausto nazista e o anti-semitismo como pretextos para defender sua política. Seu argumento era o de que somente a criação e a existência de Israel poderia garantir um refúgio para os judeus perseguidos e, ao mesmo tempo, a segurança para todos os judeus do mundo. A partir dessa idéia, identificou os conceitos de “judaísmo” com “sionismo” e, desde então, todo aquele que critica o sionismo ou o Estado de Israel passa a ser automaticamente denominado “anti-semita”.

Esse argumento falso e hipócrita busca encobrir uma cruel ironia histórica: os judeus israelenses, muitos deles descendentes dos judeus perseguidos pelo nazismo, são precisamente aqueles que aplicam a desumana política de massacre e terror sobre os palestinos. Esse fato não apenas iguala os sionistas com os velhos nazistas como também, segundo o pacifista israelense Uri Avnery, converte-os na “maior fábrica do vírus do anti-semitismo”.

Por outro lado, um estudo da história do sionismo nos mostrará que, na época do nazismo, as correntes sionistas foram cúmplices do holocausto e não fizeram nada para salvar os judeus da Europa ocidental, dado o seu objetivo maior: criar a todo custo um “estado judeu”.

Ao mesmo tempo, é necessário assinalar que o anti-semitismo, embora subsista, deixou de ser uma das principais demonstrações de racismo e discriminação no mundo. A maioria dos judeus integrou-se nas distintas sociedades do pós-Segunda Guerra e alguns setores fazem parte, inclusive, das classes dominantes. Nos países imperialistas, as piores ações de discriminação e racismo são dirigidas contra os negros e os imigrantes árabes, muçulmanos, latino-americanos e africanos. Atualmente, a título de exemplo, os principais alvos dos ataques dos neonazistas alemães não são os judeus, e sim os imigrantes turcos.

Mas, independente disso, repudiamos qualquer manifestação anti-semita e qualquer ataque dirigido aos judeus unicamente pelo fato de que sejam judeus. Caso um acontecimento como esse ocorresse, por exemplo, na Argentina, não teríamos dúvidas de que deveria ser repudiado com uma mobilização unitária. Entretanto, essa posição de princípios não nos pode fazer esquecer que, para os sionistas, “anti-semita” é todo aquele que se opõe ao caráter racista e genocida do Estado de Israel, o verdadeiro nazismo atual ■

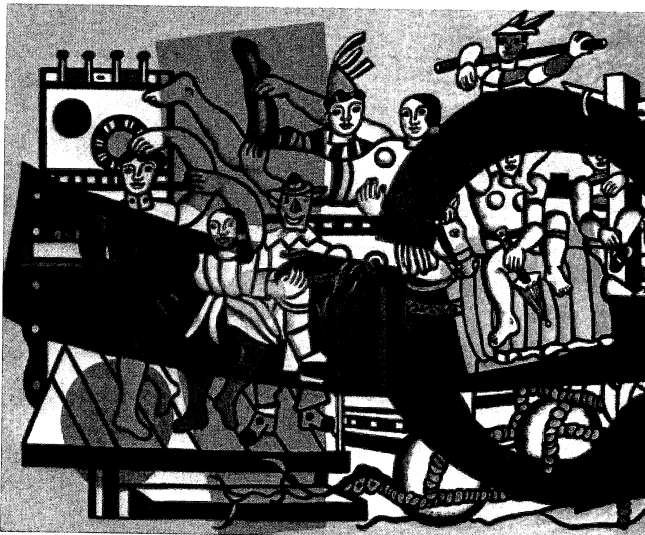
ALEJANDRO
ITURBE E
JOSEF WEIL

Tradução:
Márcio Palmares

Ano 2006

Palestina laica, democrática e não-racista

Reivindicação democrática que pode abrir
caminho à revolução operária (*)



LEGER

NAHUEL
MORENO

A presente carta foi escrita por Nahuel Moreno em setembro de 1982, respondendo à carta de um companheiro chileno que discutia a validade das palavras de ordem propostas pela LIT-QI durante a invasão do Líbano por Israel em 1982 para perseguir a Organização para a Libertação da Palestina – OLP. Concretamente, o companheiro questionava a validade da bandeira “Por uma Palestina laica, democrática e não racista”. A resposta de Moreno esclarece a importância que a LIT-QI dá a tal palavra de ordem, hoje colocada em toda atualidade pelo levantamento palestino nos territórios ocupados de Gaza e Cisjordânia.

(*) Publicado em
março de 1988
no **Correo
Internacional**
n° 32.

Estimados companheiros:

Recebemos sua carta de 31 de julho com perguntas “diretas” e críticas, implícitas e explícitas, com relação a nossas posições sobre o Oriente Médio. A chave de nossas diferenças, inclusive em relação ao método para abordar o problema, está em sua afirmação que a política e palavra de ordem “Palestina laica, democrática e não racista” são burguesas e só podem ser apoiadas “se

Nahuel Moreno,
dirigente trotskista
argentino, morto
em 1987

surgir um estado com estas características, em luta contra o sionismo e o imperialismo”.

Por outro lado, nossas diferenças ficam mais precisas quando, ao final da carta, afirmam que “naturalmente” concordam conosco “na caracterização da guerra do Líbano, nas reivindicações centrais antiimperialistas e em ter como eixo a destruição do estado sionista”. E também quando aprovam nossa palavra de ordem “ordenadora” de apoio militar à OLP e às tropas sírias.

De modo que, numa primeira aproximação, as diferenças parecem ser meramente táticas. Segundo vocês, estaríamos completamente de acordo no “eixo” e na “base”, que seria a “destruição do estado sionista”, e vocês ressaltam seu desacordo no que se haveria de construir “depois”: para nós, seria a reivindicação “burguesa” de um estado palestino, laico, democrático e não racista; para vocês, em troca, a palavra de ordem que consideram “de transição” e “clássica do trotsquismo”: assembléia constituinte palestina sobre base da destruição do estado sionista. Veremos que não é assim.

Quem o destrói?

Ao formular esta primeira pergunta, logicamente derivada de nosso acordo principista, começam as profundas diferenças de método, que depois se refletem nas políticas e bandeiras. Se o objetivo decisivo e fundamental é a destruição do estado sionista, trata-se de estabelecer quais são as forças objetivas que neste momento estão jogadas nesta tarefa progressiva, histórica, e quais são as melhores palavras de ordem para apoiá-las e conseguir que cumpram sua função com o maior entusiasmo e força.

Acaso o estão fazendo os explorados e discriminados sabras e sefaradis de Israel? Ou são os trabalhadores asquenazis¹?

Neste momento, estas forças são um sustentáculo do estado sionista e não a vanguarda de sua destruição. A aristocracia operária azquenazi, através do Partido Trabalhista, apóia com tudo o sionismo. Os sabras e sefaradis são a base eleitoral de Begin e apóiam com entusiasmo seus planos de colonização das terras árabes.

Isto faz do movimento árabe e muçulmano o único setor social atualmente em luta permanente contra Israel, em cuja vanguarda indiscutível estão os palestinos, expulsos de sua pátria pelos sionistas. Faz 34 anos, quando o estado racista foi construído, que a forma de lutar pela sua destruição é apoiar a guerra justa dos palestinos e muçulmanos. Não vemos outra, porque não há outra força na realidade objetiva que enfrente, com armas nas mãos, o sionismo.

Como trotsquistas, devemos tratar de achar, portanto, as palavras de ordem adequadas a esta realidade objetiva, isto é, que ajudem à mobilização a ao combate árabe. Esse é nosso método, mas não o de vocês.

Palavra de ordem para cumprir a tarefa ou para depois de cumprida?

Quando nossas diferenças metodológicas se concretizam em reivindicações distintas, surge o novo problema sobre o papel e o lugar que elas devem



desempenhar na luta. Quando e para que se deve utilizar uma palavra de ordem?

Se nos guiarmos pela sua – *constituente palestina* – seria utilizada para depois de cumprida a tarefa “base”. Não é para ajudar a cumpri-la melhor, mas para resolver um problema posterior a ela, neste caso, a que surgiria depois da destruição do estado sionista.

Essa metodologia foi definida por Trotsky como a dissolução do concreto no abstrato e na futurologia. De fato: vocês estão dissolvendo o concreto, que é a luta muçulmana e palestina para destruir o estado fascista, racista e baseado no Velho Testamento, na abstração futuroológica de que, uma vez que o estado seja destruído, chamarão seus habitantes atuais, que são sionistas e maioria absoluta sobre os palestinos, a uma constituinte para discutir a reorganização do país, dando a cada um deles o direito de um voto, igual aos palestinos.

Nós, por outro lado, cremos que a palavra de ordem deve estar a serviço da tarefa, neste caso, da destruição do estado israelense. Não para dar uma resposta à problemática posterior a essa destruição, mas para mobilizar os palestinos. E menos ainda quando a abstração futuroológica é completamente reacionária.

Sua palavra de ordem não serve para que os únicos agentes atuais da destruição do estado sionista tenham cada vez mais audácia e coragem, mas vai contra esse objetivo. A *assembléia constituinte palestina*, consciente ou inconscientemente, serve hoje ao sionismo, é complacente com ele, e é a causa pela qual Lambert a levanta, mas não todo o trotskismo e muito menos o revolucionário.

A armadilha do apoio envergonhado

Um dos problemas básicos da guerra que, sob diversas formas, desenvolve-se há 34 anos, é a disputa sobre quem tem direito de permanecer em Israel. Ou seja, se os sionistas vão continuar ou não, se o enclave imperialista apoiado nos judeus permanecerá ou será destruído. Os palestinos dizem e lutam para que os sionistas – e os ocupantes que chegaram para fortalecer o enclave – se vão.

Se o enclave permanecer, isto é, se Israel ganhar a guerra, pode adotar distintas formas. Pode vir a assimilar uma minoria palestina colaboracionista e permitir-lhe alguns direitos; inclusive - porque não? - os eleitorais. Mas se for destruído pela guerra palestina significará que os sionistas saiam de Israel e, com eles, quem lhes dá sua base social e política. Esta bandeira: fora os sionistas de Israel é a decisiva, a que dá conteúdo à nossa formulação de destruição do estado sionista. Não há outra maneira de destruir o estado sionista se não for expulsando os sionistas. Que classe de destruidores do estado sionista somos, se nossa bandeira principal for a de permitir que os sionistas ganhem ou participem da eleição para uma assembléia constituinte, pela qual nos comprometemos a lutar junto com eles e contra os palestinos, pois estes não consideram válido o voto dos sionistas?

A assembléia constituinte palestina depois da destruição do estado sionista é precisamente a maneira envergonhada de apoiar os sionistas e validar sua presença, dando um verniz “democrático” à sua usurpação fascista.

Se for insinuado que essa constituinte se faria com a população judia não sionista, já foi contestado implicitamente antes. Estes habitantes imaginários não existem. Se o proletariado judeu vier a romper com seus aparatos sionistas (o que nós incentivamos), deveríamos estudar a melhor maneira de combinar isso com a luta palestina. Mas isso é música para o futuro.

Em sua carta há um erro teórico que conduz à política de assembléia constituinte, apesar de que, como já vimos, não servir para mobilizar os palestinos e ser pró-sionista. Vocês crêem que é “de transição” e por isso superior à nossa, que é burguesa.

Isso é falso. É uma palavra de ordem estritamente burguesa, tão burguesa quanto a nossa. Nenhuma das duas tem um só elemento classista. A constituinte é uma exigência democrática burguesa, que não se baseia em classes, mas em cidadãos. A cada habitante, um voto. É a máxima expressão do direito político burguês.

Como toda reivindicação, independentemente de sua origem histórica, pode desempenhar um papel transicional progressivo, regressivo, revolucionário ou contra-revolucionário, que depende do contexto.

Por exemplo, é criminosamente contra-revolucionária em todos enclaves coloniais, por isso é usualmente empregada pelo imperialismo para defendê-los. Nós não reconhecemos nenhum direito democrático burguês aos habitantes dos enclaves enviados pela metrópole. Quando ocuparmos Guantánamo, não defenderemos uma constituinte com igualdade de direitos entre os cubanos e os colonizadores da base. Nossa palavra de ordem é, desde já, fora americanos de Guantánamo, a mesma que temos em Israel.

Em Israel, atualmente, a constituinte é igualmente contra-revolucionária. Somente poderíamos levantá-la de forma ultrapropagandística - que não serviria para nada -, precedida de uma longuíssima explicação dizendo que somente se realizará se e quando todos os judeus sionistas, fascistas, racistas e que não querem conviver com os árabes forem expulsos de Israel.

Se isto não for esclarecido devidamente, ou se for dissolvida numa fórmula abstrata como a da destruição do estado israelense, sem explicitar que essa destruição implica, obrigatoriamente, a expulsão de seus habitantes atuais, esta palavra de ordem significa aceitar o fato consumado da ocupação judia de Israel e dizer que a partir de agora seremos todos democráticos, inclusive os fascistas.

Por que a direção da OLP a abandona?

Por outro lado, a bandeira burguesa e não classista de *Palestina laica, democrática e não racista*, além de ser a mais progressiva que o movimento palestino levantou, pode abrir caminho à revolução operária. Em outra situação poderia tornar-se contra-revolucionária, mas hoje cumpre um papel preciso, equivalente a *fora americanos de Guantánamo*, ou *fora sionistas de Israel*, que é o que efetivamente significa o “*não racista*” da fórmula. E isso nos parece muito bom: que os racistas judeus sejam expulsos da Palestina. E no dia de amanhã, também os racistas árabes. Mas amanhã, não hoje. Porque hoje o racismo árabe frente a Israel é progressivo, destrói o estado sionista.

Esta bandeira é tão boa que, à medida que os dirigentes da OLP e do movimento árabe tornam-se cada vez mais reacionários, a abandonam e, com ela, a linha política de destruir o estado israelense, para aceitar a criação de um estado palestino em algum lugar do Oriente Médio.

Nós ficaremos sozinhos defendendo a bandeira mais apreciada e avançada do povo palestino. Não é ficar com um “espólio” burguês ou pequeno-burguês. Insistimos que o papel de cada palavra de ordem depende do contexto em que é utilizada. Neste sentido, é bom recordar a tática que Trotsky aconselhou depois que Hitler tomou o poder. O Velho aconselhou estudar a possibilidade de se defender a convocação do parlamento que elegeu Hitler, com a qual se poderia tentar que a pequena-burguesia rompesse com o fascismo e se unisse ao proletariado, através da legitimidade parlamentar. O mesmo na Áustria. Como ali a classe operária não confiava na democracia operária nem na ditadura do proletariado, Trotsky aconselhou a linha de defender a democracia burguesa com métodos de mobilização de classe.

Assim como um parlamento ultra-reacionário, a democracia burguesa ou a assembléia constituinte podem, em determinadas circunstâncias, converter-se em bandeiras progressivas ou de transição, nós acreditamos que, no Oriente Médio, a palavra de ordem burguesa que cumpre este papel é a de *Palestina laica, democrática e não-racista*.

Ela está servindo – na medida em que é abandonada pela direção da OLP – para atacá-la com um bumerangue, bem como a todos os reformistas que entram no pacto com o imperialismo, entregando-lhe a luta contra o estado sionista. Aparecemos como os únicos “democratas conseqüentes”, dispostos a utilizar todos os meios de luta para destruir o estado de Israel, impondo o grande objetivo das massas árabes.

O que é a OLP?

Nossas diferenças metodológicas e políticas estão intimamente ligadas às que temos em relação à caracterização global da situação e da própria OLP. Quando vocês escrevem que *“se surgir um estado com essas características (laica, democrático e não racista), em luta contra o sionismo e o imperialismo, nós o apoiaremos. Mas não fica claro porque reivindicamos como nossa bandeira”*, demonstram que não crêem que já há uma organização laica, democrática e não racista, em guerra contra Israel e o imperialismo. No entanto, ela existe em germe desde 1948 e consolidada desde 1969, quando a OLP foi fundada.

Para nós, a chave da situação do Oriente Médio é a guerra às vezes declarada, outras não, mas permanente, do movimento árabe e especificamente palestino contra o estado de Israel. Essa guerra se expressou sob diversas formas, global ou limitadamente, com enfrentamentos entre estados – como os que foram protagonizados pelo Egito e outras nações árabes – ou com pequenas e grandes ações guerrilheiras.

Das diferentes nações e nacionalidades em guerra permanente contra Israel há uma, a dos palestinos, que quando fundaram a OLP formaram essa organização laica, democrática e não-racista, vanguarda da guerra contra o sionismo.

Devemos apoiá-la já ou esperar que ganhe a guerra, ocupe Israel, recupere seu território e, com isso, volte a conformar-se um estado, para só então apoiá-la?

Se fizessemos isso, a apoiariamos quando a guerra terminasse, quando nosso apoio não significaria nada e, inclusive, quando a palavra de ordem perderia seu caráter transicional.

Vocês caracterizam a OLP como se fosse mais um partido político. Para nós, representa a nacionalidade palestina como organização estatal *sui generis* laica, democrática e não racista, em guerra. É quase um estado: é uma frente única que engloba todo movimento palestino em luta para reconquistar sua pátria e voltar a ser um estado. É um governo de fato: exigimos seu reconhecimento do mesmo modo que o fazíamos pela FSLN na Nicarágua. É uma nacionalidade organizada da qual suprimiram a terra: quando a recuperarem, voltará a ser nação. É uma nação *sui generis*.

Quando vocês desconhecem essa função da OLP, considerando-a uma simples fração política dos palestinos, concedem um fundamento de “esquerda” à caracterização do imperialismo. Ele também não a reconhece como organização nacional palestina, definindo-a como uma corrente terrorista. Em troca, está disposto a negociar com personagens palestinos que ninguém conhece e, eventualmente, com os prefeitos palestinos da Judéia e Samaria, porque eles colaboram com Israel.

Sua negativa em reconhecer esse caráter de nação *sui generis* sem território significa ratificar a usurpação sionista e imperialista desse território e dar-lhes razão, quando sustentam que, ao ser expulsos, os palestinos deixaram de ser uma nacionalidade organizada.

Atualmente, a nacionalidade organizada palestina conta com uns 5 milhões de habitantes, divididos em dois setores: os que estão nos campos de refugiados, dirigidos pela OLP, que são a maioria, e a camada de profissionais e técnicos, a classe média acomodada em geral, a mais avançada do mundo árabe, que trabalha principalmente nos países do Golfo Pérsico. Eles não perderam sua nacionalidade palestina: são militantes e colaboram financeiramente com a OLP, que tem sedes e embaixadas em todos os países árabes e em muitas outras nações.

A OLP e seu governo

Sua caracterização sectária da OLP, na qual confundem sua totalidade progressiva com o fato de ter uma direção traidora, capituladora ou conciliadora, causa várias conseqüências. Em primeiro lugar, com relação à sua guerra histórica, vocês se parecem aos sectários que não queriam apoiar a Argentina contra a Inglaterra, por que era governada por Galtieri.

Tampouco são capazes de golpear a direção por suas verdadeiras capitulações que, ao nosso ver, se baseiam no abandono da reivindicação por uma *Palestina laica, democrática e não-racista*.

Sua crítica de que temos ilusões porque chamamos a OLP a lutar pelo socialismo tem a mesma raiz.

Sem ser esta nossa reivindicação fundamental, já que, como foi dito, ela é a recuperação da terra para reconstituir a nação, expulsando os sionistas e termi-



nando por constituir uma *Palestina laica, democrática e não racista*, nosso chamado à OLP para que lute pelo socialismo se baseia em que a consideramos uma nação *sui generis*. Dizemos OLP socialista como dizemos Chile socialista. Não pedimos à sua direção burguesa ou pequeno-burguesa, assim como no Chile não pedimos a Pinochet. Vocês esquecem de assinalar que, com cuidado, mas sistematicamente – como fazemos com todo governo burguês que dirige uma guerra justa –, criticamos a direção da OLP, e não lhe damos nenhum apoio político.

A mesma confusão os leva a assinalar que não agitamos a necessidade de construir partidos trotskistas na Palestina e no Oriente Médio. Certamente temos que fazê-lo desde já! Mas a primeira coisa para construí-lo é um programa concreto. Nós temos este programa: triunfo militar da OLP, apoiado nas mobilizações das massas árabes contra o sionismo, para destruir seu estado e para que os palestinos voltem, isto é, a OLP. Esse é o ponto fundamental. Junto a ele, fazer com que a OLP rompa com a burguesia, isto é, um estado palestino que rompa com as burguesias árabes e pratique a luta de classes. Isto é o que dizemos sistematicamente.

Podemos discutir qual dos dois pólos do programa devemos ressaltar, se o da ruptura com a burguesia ou o da destruição do estado de Israel. Pensamos que, se quisermos trabalhar sobre as massas árabes e palestinas, se impõe o que temos feito: a frente comum de luta contra os sionistas, dentro da qual exigimos uma nova direção. Com essa orientação trabalhamos e queremos trabalhar na OLP. Parece-nos a mais adequada, a rigor a única para construir, com seus melhores combatentes e com seus setores mais explorados, o partido revolucionário ■

Colômbia: autoritarismo e corrupção



KANDINSKY

ALEJANDRO
PEREIRA

Exatamente um mês depois da posse de Álvaro Uribe Vélez para um segundo mandato como presidente da Colômbia, explodiram vários escândalos que expressam, provavelmente, o início de um processo de desgaste de seu governo. Deixando para trás o alto índice de aprovação de seu primeiro mandato, cuja base foi a propaganda da política de Segurança Democrática, agora questionada pelos fatos e que desmascaram a forma em que está sendo aplicada.

Tradução:
Marcos Margarido

A sucessão de escândalos militares terroristas

Em 7 de setembro, quinta-feira, o general Mario Montoya, comandante do exército, declarou: “(...) O recente atentado com um carro-bomba, no qual vários soldados ficaram feridos e um cidadão foi morto, atribuído naquele momento a grupos fora-da-lei, assim como a suposta apreensão de vários explosivos nos últimos dois meses, não correspondem, ao que parece, à realidade. Esta fraude poderia

Alejandro Pereira é
membro da
direção do Partido
Socialista dos
Trabalhadores da
Colômbia

ter sido cometida por pessoas inescrupulosas entre as quais se encontram dois oficiais do exército.”¹

Um mês antes da posse de Uribe, os militares cantaram vitória em várias ocasiões, anunciando que em Bogotá estavam desmantelando com sucesso uma operação das Farc que incluía vários atentados com carros-bomba. Durante esse mês a cidade esteve militarizada com 30 mil homens, permanentemente privando os habitantes da capital de direitos. Um coronel, um major, um capitão e um tenente da XIII Brigada do exército eram os encarregados de organizar os atentados para então receber recompensas e entregá-las, supostamente, a alguns informantes.

O governo reuniu-se durante três dias para dar uma resposta a fato tão inaudito. O presidente Uribe apresentou-se na televisão em 17 de setembro, domingo, dando uma resposta forçada que gerou mais desconfiança que credibilidade e saiu em defesa dos militares que haviam montado os atentados terroristas.

Rasputin na Procuradoria

Mas, enquanto se discutia o escândalo dos atentados, outro fato veio à tona: um *brujo* contratado pela Procuradoria havia conseguido acumular poder para influenciar decisões importantes da principal instituição de investigação do país. Uma espécie de Rasputin da Procuradoria, que colhia conversas de corretores para utilizá-las em informações e em “recomendações” para despedir altos funcionários dessa instituição e com acesso a importantes informações confidenciais.

Da mesma forma que Uribe com o escândalo dos militares terroristas, o Procurador Geral, Mario Iguarán, apresentou à imprensa uma explicação sobre a existência e a ação do *brujo*. Mas também, igual a Uribe, acabou complicando-se com as explicações.

Corrupção e números arranjados

Estes são os dois escândalos mais destacados, mas não são os únicos. O superintendente do Notariado, Manuel Cuello, compadre de Uribe, teve que deixar o cargo ao ser descoberto recebendo milionárias comissões de tabeliões em nível nacional para apagar do sistema as sanções recebidas, o que os impedia de participar de um concurso para continuar como tabeliões. Por outro lado, Uribe dá ordens para que os números apresentados pelos organismos estatais de estatística sejam modificados, para serem favoráveis a seu governo. Por exemplo, o Departamento Nacional de Planejamento (DNP) publicou um informe no qual indicava que os trabalhadores haviam perdido 10,6 % de sua receita entre o último trimestre de 2003 e o mesmo período de 2005. Com a mudança ordenada por Uribe, a cifra passou a ser positiva, de 2,2 %.

Em meio aos últimos escândalos, Germán Vargas Lleras, o principal dirigente do movimento político uribista *Cambio Radical*, acusou implicitamente

1 Extratos do comunicado do general Montoya em entrevista coletiva.

Juan Manuel Santos, Ministro da Defesa e o principal dirigente do *Partido de la U* (também uribista), de estar por trás dos atentados à sua vida.

Paramilitarismo no DAS

São poucos os que crêem na história de Uribe, no sentido de que os militares são inocentes e que só estavam fazendo o jogo de uma infiltração nas FARC. Entre outras coisas porque houve muitos antecedentes.

Na campanha eleitoral de 2002, o diretor do Departamento Administrativo de Segurança do Estado (DAS), da cidade de Barranquilla, organizou vários autoatentados a Uribe, elaborados com muito cuidado, de tal forma que ele sempre saísse ileso. Isto permitiu que o então candidato presidencial ganhasse votos, afirmando que lutaria contra o terrorismo com sua política de Segurança Democrática.

Em princípios de abril, Rafael García, ex-chefe de informática do DAS, denunciou Jorge Noguera, ex-diretor desse organismo, por haver organizado uma fraude eleitoral na Costa Atlântica para favorecer Uribe na campanha presidencial de 2002, por ser um infiltrado do paramilitarismo e do narcotráfico e, além disso, por elaborar listas de dirigentes sindicais e fazê-las chegar aos chefes paramilitares para que fossem assassinados. Verificou-se que vários sindicalistas das listas foram assassinados.

O exército e a polícia em luta

Em 22 de maio o exército massacrou 10 policiais de um comando de elite antinarcóticos na localidade de Jamundí, ocidente do país, que se preparavam para realizar uma investigação de narcotráfico.

Podemos enumerar muitos outros fatos deste tipo como o ocorrido em 19 de março de 2004 na localidade de Guaitarilla, sul do país, onde houve uma emboscada do exército contra a polícia, resultando no assassinato de 7 membros dessa instituição. Mas os abusos contra a população civil são cotidianos. O assassinato de camponeses pobres apresentados como guerrilheiros pelo exército e prisões massivas sem motivo algum são medidas que fazem parte da política de Segurança Democrática do governo Uribe. Que, por sua vez, é parte da estratégia de aprofundamento dos traços autoritários do regime político colombiano.

Os assassinos estão livres ... e Uribe também

Em outro país, qualquer um dos escândalos mencionados seria suficiente para que o governo caísse e fosse processado penalmente. Mas o governo tem o controle dos organismos de investigação, de inteligência, da maioria do parlamento e dos organismos do judiciário, e recebeu todo apoio dos meios de comunicação de massa durante o primeiro mandato. Todos foram comprados com dinheiro e cargos burocráticos. Por outro lado, tem o apoio da burguesia que se beneficiou com o crescimento econômico conseguido às custas do sangue e do



suor dos trabalhadores; e dos latifundiários, beneficiados com o assassinato e expropriação dos indígenas e do campesinato pobre.

Ao mesmo tempo, a direção do movimento operário e de massas não se propõe a organizar a luta para derrubar o governo, nem sequer para exigir o castigo de assassinos como o ex-diretor do DAS, Jorge Noguera, que continua livre. Já é hora de impulsionar uma campanha para que esse homicida responda pelos assassinatos dos sindicalistas que mandou matar com uma lista à mão.

O governo Uribe teve vários momentos de crise quando os escândalos explodiram. E a burguesia se dá ao luxo de discuti-los sem temer que o movimento de massas aproveite o momento para exigir medidas radicais. A política de acordos das direções majoritárias impede o movimento operário e de massas de realizar uma luta séria contra tanto abuso e corrupção.

Um regime político cada vez mais autoritário

O regime político colombiano, há mais de 50 anos – com um curto período de ditadura militar entre 1953 e 1957 – é caracterizado por combinar instituições próprias da democracia burguesa, como o parlamento e as eleições, com instituições repressivas como as forças armadas e organizações paramilitares e mecanismos repressivos, como o Estado de Sítio. Isso lhe permite apresentar-se como um regime onde reina a democracia, mesmo que a repressão seja cotidiana e as liberdades democráticas estejam mais ausentes que em qualquer um dos demais países do continente.

Ainda mais, desde 1991, com a aprovação de uma nova Constituição, introduziram-se instituições como a Procuradoria que aprofundaram os traços autoritários. As forças armadas foram profissionalizadas – com uma porcentagem importante de soldados mercenários – e as organizações paramilitares passaram a ser uma instituição muito forte e importante do regime.

O governo de Uribe representa uma ala de ultradireita que coincide com os interesses da ala mais conservadora e reacionária do imperialismo internacional, encarnado por Bush, Blair e Aznar. Nesse sentido, Uribe tem a intenção de mudar ainda mais o regime político. Mas um setor da burguesia resiste a essa mudança, não quer entregar todo o poder a um indivíduo. É um dos motivos das disputas interburguesas.

Uribe: a sombra de Bush

Quando Uribe assumiu a presidência da Colômbia, em 7 de agosto de 2002, George W. Bush era presidente dos Estados Unidos há um ano e meio. Desde então Uribe tem sido o mais fiel representante do imperialismo na América Latina, e tratou de copiar a política e os métodos do governo norte-americano para aplicar os planos econômicos. É o único governo da América do Sul que apóia a guerra do Iraque.

A política de Segurança Democrática de Uribe é uma espécie de versão da Lei Patriota do governo Bush, caracterizada por uma grande restrição das liberdades democráticas. É a estratégia de guerra aberta contra os trabalhado-

res, os camponeses pobres e os setores populares para aplicar suas reformas a serviço da grande burguesia nacional, das multinacionais e do imperialismo. Mas é usada, ao mesmo tempo, para ganhar a classe média reacionária como base social, oferecendo-lhe segurança para que possa deslocar-se às suas propriedades nos fins-de-semana longos, através da organização de caravanas militarizadas. Todos os abusos de Uribe contra a população foram realizados em nome da luta contra o terrorismo, e para ele os suspeitos de terrorismo são os dirigentes sindicais que organizam protestos contra seus planos econômicos, os camponeses pobres que vivem nas zonas de influência da guerrilha, os indígenas que lutam pelo direito à terra de suas comunidades, os socialistas e a esquerda. Isto foi sintetizado por ele numa frase pronunciada numa Universidade de Bogotá: o “combate ao comunismo disfarçado”.

O Informe Nacional de Desenvolvimento Humano Colômbia 2003, denominado *El Conflicto callejón con salida*, elaborado por uma equipe de políticos e intelectuais de trajetória reconhecida, resume a relação de Uribe com Bush assim:

“A coincidência de um governo de direita nos Estados Unidos e evidentemente o 11 de setembro estreitaram a aliança entre os dois países, acentuaram o componente ‘garrote’ do Plano Colômbia e lhe adicionaram uma tintura ‘antiterrorista’.”

2

Assassinatos, prisões, ameaças e desaparecimento de dirigentes sindicais

A derrota do movimento operário colombiano não se deu por meio da implantação pacífica das leis trabalhistas. O movimento operário lutou. Mas o governo e os empresários utilizaram o exército paramilitar para eliminar sua vanguarda. Uribe afirma que o número de assassinatos de dirigentes sindicais diminuiu em seu governo. De 184 sindicalistas assassinados em 2001, baixou para 54 em 2003. Estamos falando de números oficiais da presidência da república, que sabemos ser modificados por Uribe. Mas dados da Escola Nacional Sindical assinalam que em 2005 o número de assassinatos e perseguições contra os sindicalistas aumentou.

*“O informe sistematizado pelo banco de dados de Direitos Humanos da Escola Nacional Sindical mostra que na Colômbia, entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2005, foram assassinados 70 sindicalistas, 260 receberam ameaças de morte, 56 foram detidos arbitrariamente, 7 sofreram atentados com artefatos explosivos e armas de fogo, 32 foram hostilizados e perseguidos por sua atividade sindical, 8 foram obrigados a se mudar, 3 desapareceram e um sindicalista foi vítima de invasão (de domicílio, NT) ilegal.”*³ No V Congresso da Central Única dos Trabalhadores (CUT) denunciou-se que: *“Nos últimos 15 anos (1991-2006) foram assassinados 2205 sindicalistas na Colômbia, sendo 1978 homens e 227 mulheres; 3269 sindicalistas foram ameaçados de morte no mesmo período, 189 foram vítimas de atentados, 1285 foram obrigados a se mudar, 156 foram seqüestrados, 515 foram detidos arbitrariamente, 134 desapareceram e outros mi-*

2 Texto mencionado, p. 113

3 www.ens.org.co

lhares foram vítimas de violência cotidiana silenciosa, maltratos, atos desqualificadores, discriminação, entre outros, dados que não aparecem registrados em nenhuma estatística.”⁴

Isto significa que a média mensal de assassinatos de sindicalistas é de 12, um a cada dois dias e meio.

Contra-reforma agrária pela via militar

Na guerra suja contra o campesinato, ao redor de três milhões e meio de camponeses, cerca de 40 % do total, foram desalojados e suas terras expropriadas num processo de contra-reforma agrária armada, cujo instrumento principal tem sido os paramilitares. O número do governo é de 1,7 milhão de desalojados, mas organismos como a CODHES e a Conferência Episcopal Colombiana afirmam que são mais de três milhões.

“O Sistema de Informação sobre Desalojamento Forçado e Direitos Humanos, SISDHES, operado pela CODHES desde 1995 e que acumula a estatística da Conferência Episcopal da Colômbia do período de 1985-1994, indica que 3.832.527 pessoas foram desalojadas nos últimos 20 anos (entre 1º de janeiro de 1985 e 30 de junho de 2006).”⁵

A burguesia agrária colombiana desenvolve, há décadas, grandes projetos agroindustriais que incluem o cultivo extensivo de palma africana, madeira, banana e grandes projetos agropecuários. Também se deve agregar o cultivo da folha de coca e outros projetos energéticos em regiões onde há petróleo e gás. A burguesia e as multinacionais adquiriram grandes extensões de terra para estes projetos, mediante a expropriação do campesinato pela utilização das forças paramilitares, que trabalharam, em silêncio, de forma coordenada com setores das forças militares colombianas.

A concentração da terra em poucas famílias mostra o grau atingido pela contra-reforma agrária. Assim o informam as vítimas num artigo intitulado: “Muitas terras em poucas mãos e muitas mãos sem terra”, apoiando-se num recente estudo do Instituto geográfico Agustín Codazzi, que *“... confirma a tendência de rápida concentração da propriedade da terra, que vem desde os anos 80 até hoje e nos dá como resultado que 0,4 %, isto é, nem sequer meio por cento dos proprietários, detém 61,2 % das terras. Se for comparado com estatísticas anteriores, pode ser visto como os camponeses e também os pequenos e médios agricultores perderam suas terras pela violência e quinze mil grandes proprietários ficaram com elas, um dos quais é o Presidente da República.”⁶*

Em 30 de julho de 2002, sete dias antes de Uribe assumir a presidência, Carlos Castaño, o principal chefe dos paramilitares nessa época, afirmou que sua organização possuía quinze mil membros. Até o momento foram desmobilizados (leia-se aquartelados) trinta e um mil e continuam aparecendo mais grupos paramilitares desenvolvendo atividades criminosas.

Em meio ao chamado processo de desmobilização, vários paramilitares começaram a informar os locais onde há fossas comuns com cadáveres de camponeses assassinados (obrigados a cavar suas próprias tumbas), situadas

4 Resolução sobre política de direitos humanos do V Congresso da Central Única dos Trabalhadores, CUT, agosto de 2006

5 Boletim da Consultoria para os Direitos Humanos e Desalojamento, No. 69, Bogotá, Colômbia, 12 de setembro de 2006, www.codhes.org

6 Informe sobre a situação do Setor Camponês: III Encontro de Vítimas de Crimes de Estado

principalmente nas terras expropriadas pelos paramilitares. Segundo a Comissão Nacional de Reparação e Reconciliação, há cerca de sete mil cadáveres nas fossas a serem abertas.

Mas o assassinato de camponeses não é exclusivo dos paramilitares. Foi registrado o assassinato de 70 camponeses pelas mãos do exército, da posse de Uribe, em agosto de 2002, até março de 2005. Mas esta é a cifra oficial reconhecida, apresentada como parte dos erros cometidos na “luta contra o terrorismo”.

Por sua vez, os indígenas, que também foram expropriados pelos latifundiários, mantêm uma dura luta para recuperar suas terras, mas são combatidos à bala. Nas últimas mobilizações que realizaram no início deste ano receberam tiros de helicópteros das forças armadas.

Se o problema da terra na Colômbia não fosse tão dramático, a guerrilha não existiria. Esta foi a forma pela qual o campesinato pobre se organizou para se defender. E enquanto a expropriação e o desalojamento continuarem, este seguirá sendo a base social das organizações insurgentes.

A Lei da Verdade, Justiça e Reparação

Este é o nome da lei com a qual se pretende perdoar os paramilitares. Mas o que se tem mostrado é que o nome da mesma não corresponde aos fatos.

Não haverá verdade porque já foi descoberto que os paramilitares não vão confessar tudo, e menos ainda quando podem comprometer os burgueses que os financiaram e que os usaram para defender seus interesses.

Não se pode falar de justiça quando os assassinos são mantidos em cómodas propriedades com benefícios mensais de US\$ 350, enquanto as vítimas, os camponeses expropriados e desalojados, são tratadas como delinqüentes e nenhuma condição de sobrevivência lhes são garantidas, apesar de se saber que há orçamento e ajuda estrangeira para fornecer-lhes moradia e alimentação.

Tampouco haverá reparação, o preenchimento dos requisitos por um camponês que queira exigir a restituição dos bens que lhes foram expropriados implica grandes riscos que põem sua vida em perigo. Para legalizar as terras aos assassinos, Uribe elaborou uma lei de prescrição, similar à inventada pelos sionistas para expropriar as terras dos palestinos, ou como a redigida por Pinochet no Chile.

“Agora, para confiscar os desalojados, Uribe promulga a Lei 791 que reduz os prazos de prescrição à metade. Somente por reduzir o prazo de prescrição extraordinária de vinte para dez anos, adicionalmente, a prescrição ordinária baixa para cinco anos. Supostamente a prescrição não tem validade se um desalojado provar que não pôde voltar à sua propriedade devido à violência. Mas como prová-lo, se a primeira coisa a fazer é abrir um pedido de posse ou de propriedade na Prefeitura do município, onde não pode por os pés se não quiser ser morto? Essa Lei de Prescrição foi feita para institucionalizar o confisco dos desalojados e foi denunciada por juristas destacados e intelectuais que a analisaram e disseram: ‘No Chile,



o prazo de prescrição de domínio reduzido à metade serviu para confiscar as casas – sobretudo urbanas – dos operários ou das pessoas de esquerda que tiveram que se exilar para não serem mortos em 1973, no início do golpe de Pinochet’. Isto é o que estamos vivendo na Colômbia: o Pinochetismo!”⁷

A Lei da Verdade, Justiça e Reparação é na realidade uma lei de perdão e esquecimento.

Narcotráfico, a maçã da discórdia

A “luta contra o narcotráfico” desmantelou os grandes cartéis da droga como o de Pablo Escobar e dos irmãos Rodríguez. Mas o narcotráfico não desapareceu. O mercado foi mantido, mas agora é controlado por uma quantidade de cartéis menos poderosos onde convergem latifundiários, paramilitares e setores das forças armadas. Os enfrentamentos e emboscadas entre o exército e a polícia são sintomas claros da contaminação da principal instituição do Estado, as Forças Armadas, pelo mercado do narcotráfico.

As negociações do governo com os paramilitares também estão atravessadas pela participação neste mercado. Todos os chefes paramilitares, sem exceção, estão metidos nesse negócio. Essa é a razão que explica boa parte dos enfrentamentos entre eles. Explica, por exemplo, porque Vicente Castaño mandou matar seu irmão Carlos, o principal dirigente do paramilitarismo no início. Todas as informações conhecidas desde a descoberta do assunto apontam que este último estava em negociações com a DEA que incluíam a entrega de vários líderes do narcotráfico, alguns dos quais eram ao mesmo tempo importantes chefes paramilitares.

Mas tampouco Uribe escapa. Há um setor do imperialismo norte-americano que denunciou sua relação com o narcotráfico e os paramilitares.

“Em setembro de 1991 o departamento americano de defesa compilou uma lista de indivíduos que se acreditava estarem associados ao conhecido cartel colombiano de drogas de Medellín. Há 106 nomes no documento de inteligência recentemente tornado público, e ali se pode ver quem é apontado como baderneiro, assassino, traficante de nível médio ou advogado corrupto. O cruel chefe do cartel, Pablo Escobar, é o principal da lista, claro, com o antigo ditador panamenho General Manuel Antonio Noriega. Mas o que verdadeiramente chama a atenção é o item nº 82, que diz: ‘Álvaro Uribe, político colombiano e senador dedicado à colaboração com o cartel de Medellín nos altos níveis do governo. Uribe vinculou-se a um negócio envolvido em atividades de narcóticos nos Estados Unidos... Uribe trabalhou para o cartel de Medellín e foi amigo íntimo de Pablo Escobar Gaviria.” (Joseph Contreras, jornalista do Newsweek).

Mas a questão é de família. No livro “*Los Jinetes de la Cocaína*”, Fabio Castillo afirma que: “O senador Álvaro Uribe Vélez também é oriundo de Antioquia, cujo pai, Alberto Uribe Sierra, era um reconhecido narcotraficante que outorgou licença a muitos dos pilotos dos narcos, quando foi diretor da Aerocivil... numa ocasião Uribe [pai] esteve detido para ser extraditado, mas Jesús Aristizabal Guevara, então secretário de governo de Medellín, conseguiu

7 Idem

8 Versão digital do livro em: www.derechos.org/nizkor/colombia/libros/jinetes

que o pusessem em liberdade.”⁸ A relação de Uribe com os paramilitares é ainda mais conhecida. Quando foi governador de Antioquia os legalizou com o nome de Cooperativas de Autodefesa Conviver. As atuais negociações de paz com os paramilitares expressam esta relação, da mesma maneira que os parlamentares acusados de fazer parte de suas fileiras os representam como parte da bancada uribista.

Como acabar com décadas de violência?

A burguesia difundiu a idéia de que a miséria de 60 % da população colombiana é produto da violência guerrilheira. A realidade é totalmente oposta. A guerrilha e a enorme miséria são produtos da violência utilizada sistematicamente pela burguesia, os latifundiários e o imperialismo para enriquecerem-se, expropriando e assassinando os trabalhadores, o campesinato e os indígenas. Como resultado final, a Colômbia é vista como um dos países de maior desigualdade na distribuição da riqueza no continente.

A maioria da esquerda colombiana, incluindo a guerrilha, propõe reformas no regime, que “construam a democracia” e estabeleçam o Estado Social de Direito, consagrado como letra morta na Constituição de 1991, como solução para o problema da miséria. Esta aspiração pequeno-burguesa é mais utópica na Colômbia do que em qualquer outra parte do continente.

Em países como Argentina, Uruguai e Chile, com maior tradição de organização e mobilização operária e popular, onde as massas trabalhadoras levaram adiante grandes revoluções democráticas que derrubaram ditaduras e mudaram o regime político, pouco mudou do ponto de vista estrutural. Muito menos se pode esperar que na Colômbia se dêem “mudanças democráticas” pela via reformista da transformação negociada do regime político no fêtido estábulo do Parlamento. Na Colômbia, a mais mínima transformação democrática só pode ser conseguida por meios revolucionários. E qualquer revolução democrática somente poderá consolidar as conquistas alcançadas se for parte de uma revolução socialista dirigida pela classe operária e apoiada incondicionalmente pelo campesinato. Para lá do pensamento reformista, de que subordinar a conquista da democracia na Colômbia à revolução socialista constitui uma utopia maximalista, o que as características do regime político e a história da luta de classes no país ensinaram ao proletariado é que a verdadeira e cômica utopia é constituída pela ilusão pequeno-burguesa da possibilidade de construir um estado democrático ideal sem destruir revolucionariamente até suas bases o reacionário estado real.

O regime bonapartista autoritário colombiano é histórico, não conjuntural. Para transformá-lo num regime democrático (no sentido elementar do respeito às mais básicas liberdades democráticas formais) é necessário dismantlar os aparatos paramilitares, destruir o atual exército e substituí-lo por organismos armados dos operários e camponeses, dismantlar a polícia e todos aparatos colaterais de repressão e arrancar à força as garantias de organização política e sindical dos trabalhadores.

Para conseguir uma reforma agrária radical que solucione os profundos problemas de fome, miséria e repressão que flagelam o campesinato, incluindo o problema do narcotráfico, é necessário ultrapassar as limitações próprias da revolução democrática burguesa.

A burguesia agrária não vai ceder “de forma negociada” o que conseguiu em anos de guerra suja paramilitar.

O regime político colombiano não é um regime político comum. É um regime sob o qual, mantendo a fachada de algumas instituições típicas da democracia burguesa, se produz vinte e sete mil assassinatos a cada ano em média, a metade dos quais são assassinatos políticos de dirigentes, ativistas e cidadãos comuns e de correntes pertencentes aos setores operário e popular. Estes são números que se encontram abaixo, inclusive, dos apresentados pelo próprio Uribe na assembléia da ONU em setembro de 2002.

A experiência da Rússia em 1917 demonstrou que, para mudar o regime autoritário czarista, não foi suficiente a revolução democrática de fevereiro. Os bolcheviques tiveram que pressionar até transformá-la numa revolução socialista em outubro, mediante a insurreição armada e a instalação de um governo operário e camponês.

Enquanto as novas gerações de operários e camponeses pobres não tomem consciência de que na Colômbia a luta para resolver os problemas democráticos é de tal ordem que é preciso uma revolução socialista, as direções reformistas, burocráticas e traidoras as obrigarão a seguir lutando no terreno desfavorável do parlamentarismo e das eleições e a serviço da política de negociação, que só serve à burguesia e ao imperialismo.

Essa estratégia de capitulação das direções majoritárias do movimento de massas está enfaticamente reiterada na declaração do V Congresso da CUT, recentemente realizado, onde se afirma que a mobilização deve estar a serviço da negociação.

“A CUT recorrerá à mobilização como forma principal de luta e praticará a mais ampla unidade de ação com as organizações sociais e políticas, orientadas a fortalecer e pressionar pela solução dos conflitos mediante a negociação e o acordo”.

Nessa política coincidem todas as forças que se aglutinam no projeto de Frente Popular chamado Pólo Democrático Alternativo (PDA), que vão desde os guevaristas e o velho Partido Comunista stalinista até os ex-guerrilheiros do M-19 e oportunistas desgarrados do tradicional Partido Liberal da burguesia local. O PDA obteve dois milhões e meio de votos na última eleição presidencial, além de ser a direção hegemônica da CUT. No médio prazo, condena os trabalhadores a continuarem desgastando suas forças na ilusão de que o Estado Social de Direito lhes dê um respiro à sua dramática situação econômica, política e social.

Mas a realidade da luta de classes continuará deixando claro que para resolver os problemas de fundo das massas se necessita de um partido leninista que, como dirigente do proletariado e do campesinato pobre, derrube o atual regime político, destrua o Estado burguês e se proponha a construir o socialismo a partir de um Governo Operário e Popular.

E essa “utopia revolucionária” só poderá ser alcançada levantando já um programa que, partindo das necessidades mais sentidas pelos pobres, como o emprego e a estabilidade, o aumento dos salários e a conquista de liberdades democráticas, permita aos explorados organizar suas forças para o combate revolucionário do governo Uribe Vélez e de seu suporte fundamental, o imperialismo norte-americano ■

BRASIL

Conlutas: expressão da reorganização dos trabalhadores brasileiros



KANDINSKY

PAULO
AGUENA

Todo partido que se prepara seriamente para a tomada do poder não pode deixar de tratar com a devida seriedade — dentre outros temas — a questão da organização das massas exploradas. Não foi por outro motivo que Lênin, comentando as principais características da Revolução Russa, afirmou que *a condição de seu triunfo é e sempre será a organização das massas proletárias, a organização dos trabalhadores. Esta organização de milhões de trabalhadores, de fato, é a condição mais importante da revolução, a fonte mais profunda de suas vitórias* (Obras Completas, tomo 29, p. 89).

Todavia, pode-se observar que às vezes, na história, a realização dessa condição cruza-se com o fenômeno do surgimento de uma nova direção para o movimento de massas. Isso ocorre quando as antigas direções, prisioneiras de um conservadorismo reacionário, aferram-se às antigas e anacrônicas organizações, e uma nova vanguarda assume a realização dessa tarefa. Por isso, não raramente os períodos de reorganização do movimento de massas, aqueles em que os trabalhadores, por meio de sua vanguarda, constroem organizações distintas das existentes na etapa precedente, combinam-se com o surgimento de uma nova direção.

Paulo Aguena é
membro da
Direção Nacional
do PSTU (Brasil)

Esses momentos são de suma importância para o partido revolucionário, porque lhe abrem a possibilidade de se colocar à frente do processo de reorganização, convertendo-se na nova direção do movimento de massas. Para o trotskismo, é o momento em que surge a possibilidade de se superar a crise histórica de direção revolucionária.

Por isso, desde o momento em que as principais organizações nacionais do movimento de massas, construídas no período histórico precedente à subida do governo Lula, abandonaram, de uma ou outra forma, a luta em defesa dos interesses da classe trabalhadora, o PSTU tem dado toda importância a essa questão. Buscando responder à crise aberta no interior do movimento a partir da traição dessas organizações encabeçadas pelas direções governistas, o PSTU lançou junto com outras forças, em março de 2004, a Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas).

Passados pouco mais de dois anos, os delegados presentes ao Congresso Nacional de Trabalhadores (Conat), realizado em maio de 2006, chegaram à conclusão de que já se encontravam reunidas as condições para dar um passo à frente e transformar a Conlutas em uma nova entidade nacional.

Quais as principais conclusões a extrair dessa experiência? Responder a essa questão é de suma importância para todo aquele que se propõe a tratar com seriedade a estratégia da luta revolucionária pelo poder. Seguem abaixo e nos demais artigos algumas dessas conclusões.

O Conat e a fundação da Conlutas

O processo de reorganização dos trabalhadores no Brasil ainda está em curso, mas a fundação da Conlutas, sem dúvida, já marca a abertura de um novo ciclo histórico. Trata-se do início da superação da crise de direção aberta no movimento dos trabalhadores, desde a transformação da CUT num instrumento de conciliação a serviço das classes dominantes, iniciada nos anos 90 e concluída com a ascensão do governo Lula em 2002.

Podemos dizer que o movimento operário brasileiro conheceu processos de tamanha importância pelo menos três vezes na história. O primeiro foi no início do século, quando os anarquistas dirigiram os sindicatos livres e autônomos no Brasil.

O segundo teve início nos anos 20, quando uma ruptura do anarquismo deu origem ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). A partir dos anos 30 até início dos anos 60 foi o principal partido de esquerda no movimento operário. Acompanhando os diversos períodos de ascenso e refluxos do movimento organizou sindicatos, intersindicais e centrais sindicais, sendo a mais importante o Comando Geral dos Trabalhadores (o CGT) no início dos anos 60. Após o golpe de 64, entra em decadência.

A terceira onda de reorganização ocorreu no final dos 70 e início dos 80. Apoiada no ascenso e numa nova classe operária que tinha seu centro no ABC paulista, é fundado o PT e a CUT. Surge uma nova direção superando o antigo trabalhismo, os pelegos e o partido comunista. Essa nova direção é constituída majoritariamente pela corrente de Lula, que no interior do movimento passou a ser denominada *Articulação*.



Neste novo ciclo que estamos vivendo, novamente dois processos se combinam: a construção de uma nova organização de luta da classe trabalhadora e o surgimento de uma nova direção do movimento operário. Desse ponto de vista, a importância do Conat pode ser comparada, se não com o Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (o Conclat) de 1983 que fundou a CUT, com a Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (a Conclat) de 1981, que elegeu uma Comissão Nacional Pró-CUT com o objetivo de fundar a CUT.

A Conlutas enquanto entidade é hoje a expressão mais consciente e organizada das primeiras experiências dos trabalhadores e de sua vanguarda com o governo Lula e seus representantes no interior do movimento. Sua transformação de movimento em entidade encerra a primeira fase da construção de uma nova organização e de uma alternativa de direção para a classe trabalhadora brasileira.

A existência dessa nova organização — ainda que minoritária se comparada às demais centrais sindicais — encabeçada por uma nova direção, tem uma enorme importância por se tratar da construção de um novo ponto de apoio para que os trabalhadores possam seguir em frente com suas lutas. Sem esse ponto de apoio, tanto o movimento quanto a vanguarda que começaram a se erguer contra o governo, muito possivelmente cairiam no ceticismo, na desmoralização e na dispersão.

A Conlutas começa a cumprir um papel cada vez mais importante

Na esteira do repúdio crescente dos trabalhadores à CUT, o processo de reorganização continua se aprofundando e abrindo condições para a ampliação da influência da Conlutas. Em julho deste ano, o Sindicato Estadual dos Profissionais em Educação (SEPE/RJ) — uma das maiores entidades do movimento sindical do Estado do Rio de Janeiro — realizou um plebiscito para decidir se mantinha ou não sua filiação à CUT. Com a participação de mais de 18 mil votantes, a maioria da categoria (62,64%) disse não à CUT. Junto com o plebiscito ocorreram as eleições para a diretoria do Sindicato. A chapa apoiada pela Conlutas, que disputou com outras quatro chapas, foi a mais votada, obtendo 33,6% dos votos.

Por outro lado, a recente derrota da CUT e da Força Sindical nas eleições do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda, no Rio de Janeiro, bem como a formação da Frente Nacional dos Petroleiros (FNP), um bloco que unifica os sindicatos e oposições que se opõe à FUP (Federação Única dos Petroleiros, dirigida pela Articulação), mostram dois aspectos fundamentais desse processo. Além de confirmar a tendência de ampliação do sentimento anti-cutista na base, indicam uma inflexão no processo de reorganização no movimento operário, sobretudo no setor estatal.

Os trabalhadores da Companhia Siderúrgica Nacional, que fazem parte da base do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda, foram um dos símbolos de luta da CUT. Em 1988 fizeram uma greve de ocupação da siderúrgica que, após enfrentamento com o Exército, que resultou na morte de três operários,

terminou por conquistar o turno de 6 horas. No início dos anos 90, o movimento entrou em declínio, acompanhando o refluxo geral do movimento. A diretoria, então dirigida pela CUT, se dividiu a partir de uma disputa burocrática pelo controle do aparato e o sindicato passou para as mãos da Força Sindical. No governo Itamar, traiu a categoria, apoiando a privatização da empresa. Ao longo dos anos, novas diretorias da CUT e da Força se alternaram na direção do sindicato.

O fato novo é que nas eleições que ocorreram em agosto último, as chapas ligadas a essas centrais foram derrotadas por uma alternativa que se apresentava como “independente”. Na verdade, a chapa, formada em sua maioria por independentes (com um setor minoritário que se reivindica da Conlutas), tinha na presidência um membro da Corrente Sindical Classista (CSC), ligada ao PC do B que, como se sabe, é parte da direção da CUT. Mas o fato de ter que se esconder sob o manto de “independente” e ter que se enfrentar, além da Força Sindical, com a própria chapa da CUT que estava à frente do sindicato, e, por fim, ainda ter que se comprometer diante da chapa com a realização de um plebiscito para que a categoria possa decidir a qual central se filiar, demonstram o repúdio da categoria às direções das demais centrais.

Após a vitória da chapa tanto a CUT quanto a Força Sindical agora querem dividir a base do sindicato fundando, respectivamente, o sindicato dos siderúrgicos e o sindicato dos metalúrgicos das montadoras. Essa luta está em curso e, independente de seu resultado, só fará aumentar o sentimento de repúdio dos trabalhadores a essas centrais.

Entre os petroleiros ocorre um processo semelhante de aceleração da experiência dos trabalhadores com a CUT, mais particularmente com a Federação Única dos Petroleiros (FUP). Sob o governo Lula, a relação da direção da empresa com a FUP se converteu numa parceria praticamente orgânica. Dentre outras coisas, isso se reflete no fato de a direção da FUP defender a proposta da empresa de mudar o plano de aposentadoria complementar da categoria (Plano Petros), o que implicará numa redução do benefício (valor da aposentadoria). Para fazer essa mudança é necessária a concordância individual dos trabalhadores, denominada “repectuação”. Para garantir a adesão dos trabalhadores ao plano, a FUP propôs que a empresa oferecesse um bônus de 15 mil reais para cada trabalhador. Mesmo assim, havia uma imensa resistência à proposta.

Para aprovação da “repectuação” no XII Congresso da FUP, realizado em agosto último, a direção majoritária foi obrigada a recorrer à fraude de delegados. O resultado dos embates ocorridos levou a que 40% dos delegados presentes se retirassem do congresso. A partir daí se conformou um bloco de oposição com sindicatos e oposições sindicais ligados à Conlutas e à esquerda da CUT. Em base a um programa mínimo este bloco constituiu-se num Comando Nacional. Em seguida, se transformou na Frente Nacional dos Petroleiros (FNP), que se propõe a ser uma alternativa à FUP, encaminhando desde já a luta contra a “repectuação” e a campanha salarial da categoria.

No setor do funcionalismo, em particular em federais, o processo de ruptura com a CUT e a ampliação da influência da Conlutas continuam. Na Fenasp (Federação Nacional dos Previdenciários) e na Fasubra (Federação Nacional



dos Funcionários de Universidades Públicas) avançam as discussões em torno da desfiliação da CUT. Por outro lado, a CNESF (Coordenação Nacional das Entidades dos Servidores Federais) aprovou a participação da Conlutas em seus fóruns. Já na última plenária nacional realizada em 6 de agosto, foi aprovado um plano de lutas unificado dos servidores apresentado pelas entidades ligadas a Conlutas. O mesmo ocorreu na plenária nacional da Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União (Fenajufe).

A Conlutas também começa a cumprir um papel concreto na unificação das lutas. Foi o que ocorreu no primeiro semestre com o funcionalismo do Estado do Rio de Janeiro e também com os servidores municipais de Belo Horizonte, capital de Minas Gerais. Mais recentemente, apoiando-se nas direções alternativas que começam a aparecer nas categorias, está tentando unificar as lutas e campanhas salariais a partir de petroleiros, bancários, funcionalismo, correios e metalúrgicos. É uma tarefa difícil, que depende, por um lado, da política do governo e, por outro, da disposição de luta dos trabalhadores. De qualquer maneira, construir-se como uma direção unificadora das lutas é um dos grandes desafios do próximo período.

Expressão nacional de uma reorganização internacional

O surgimento da Conlutas como uma nova alternativa, e agora, sua transformação numa entidade nacional só pode ser compreendida de forma coerente se a enquadrarmos no novo processo de reorganização que vem ocorrendo na luta de classes internacional, desde a queda dos regimes do Leste no final dos 80 e início dos 90.

Se, por um lado, esse fato permitiu a abertura de uma situação reacionária a partir da contra-ofensiva do imperialismo, que soube se aproveitar da crise de direção revolucionária, por outro, é preciso ter em conta que ele provocou também uma crise histórica do próprio stalinismo, que abriu caminho para o desenvolvimento de novas organizações e direções.

No calor do tremendo ascenso revolucionário que vive nosso continente, experimenta-se todo tipo de reorganização. Esses processos se iniciam quando as direções tradicionais do movimento aderem ao neoliberalismo e passam a apoiar os governos pró-imperialistas.

Na Argentina, a adesão da CGT (Central Geral dos Trabalhadores) aos governos neoliberais, em particular ao de Menem, dá origem a novas organizações como a CTA (Central dos Trabalhadores Argentinos), o Movimento dos Piqueteiros, as Assembléias Populares Bairrais e, posteriormente, ao Movimento das Fábricas Recuperadas, surgidas após a queda de De La Rúa. Na Venezuela, após a CTV apoiar a tentativa de golpe, impõe-se a construção da UNT (União Nacional dos Trabalhadores) como alternativa. Da mesma forma, em meio ao ascenso revolucionário protagonizado pelas massas indígenas, camponesas e populares contra os planos neoliberais, nasce no Equador a CONAIE (Confederação das Nacionalidades Indígenas do Equador) e a CMS (Coordenação dos Movimentos Sociais). Mais recentemente, no México, sobre a crise da CTM

(Central dos Trabalhadores do México), ligada ao decadente PRI, nasce a UNT (União Nacional dos Trabalhadores).

Além do surgimento de novas organizações, há também o revigoramento das antigas, quando estas voltam a se colocar à frente das lutas e mobilizações, como ocorreu com a COB (Central Operária Boliviana) e com a CGTP (Central Geral dos Trabalhadores do Peru), que está à frente das mobilizações contra o Tratado de Livre Comércio (TLC), exigindo um plebiscito (agora referendo), a expulsão da empresa petrolífera Oxy e realização de Assembléia Nacional Constituinte.

Mas a falta de respostas aos anseios das massas no curso dos processos revolucionários por parte dessas organizações recém construídas ou revigoradas, que têm à frente novas direções que não atuam em base a um programa revolucionário, já começou a produzir uma segunda onda de reorganização, dando origem a outras novas organizações e direções. É o que começou a ocorrer na Argentina, onde teve início um novo processo entre os assalariados, dando origem a movimentos como o MIC (Movimento Intersindical Classista). Da mesma forma, começa também a ocorrer um novo fortalecimento das novas organizações construídas no período anterior (e que haviam entrado em refluxo), por terem sido capazes de se colocar à altura dos processos revolucionários. É o caso da CONAIE, que depois de entrar em crise ao apoiar, num primeiro momento, o governo Lúcio Gutiérrez, volta à cena ao se colocar à frente das mobilizações que exigem a realização de um plebiscito nacional para rejeitar a proposta de TLC (Tratado de Livre Comércio). Por último, uma nova direção é eleita na COB, a qual denunciando a Constituinte de Evo Morales como uma manobra orquestrada junto a setores da burguesia contra o povo, promete reconstruir a Central boliviana.

Nesse marco mais geral, pelo próprio peso e importância política do Brasil, a Conlutas pode vir a ser um importante ponto de referência para as lutas em nosso continente. Tomar iniciativas no sentido de estabelecer relações com as organizações de outros países para articular iniciativas conjuntas de lutas e campanhas de solidariedade ganha uma enorme importância.

O PSTU e a LIT diante de um desafio inédito

O PSTU e a LIT têm cumprido o papel de sujeitos políticos mais conscientes do processo de reorganização do movimento de massas no Brasil. A experiência tem demonstrado que também no terreno da organização de massas nada é espontâneo. É verdade que se os trabalhadores não sentirem a necessidade de se organizar e sua vanguarda não tiver forças para tal, é impossível ter bases objetivas para a construção de qualquer organização. Mas essa condição necessária ainda não é suficiente. É preciso que exista um elemento consciente que elabore um projeto e se coloque à frente de sua execução.

Assim, em meio ao processo de construção de uma nova organização e uma nova direção do movimento de massas, os trabalhadores vão construindo também uma direção revolucionária. Esta não é uma questão secundária. Na



verdade, é a mais importante das tarefas e da qual depende todo o futuro da revolução.

Sem a confiança dos trabalhadores em sua vanguarda e sem o apoio desta por aquela, nem de longe se pode pensar que está colocada na ordem do dia a questão do poder. As organizações de massas são as formas pelas quais se concretiza a aliança da vanguarda com as massas. O conteúdo revolucionário dessa aliança, no entanto, não pode ser dado senão pelo partido revolucionário. Isso foi demonstrado com toda clareza pela Revolução Russa, a primeira revolução operária e socialista da história. Os soviets, quando ainda estavam sob a direção dos mencheviques, funcionaram como instrumentos a serviço da burguesia.

O processo de reorganização no Brasil coloca o trotskismo frente a uma enorme possibilidade, mas também, é importante que se diga, diante de um desafio inédito e extremamente difícil. Nunca na história nossa corrente internacional cumpriu papel semelhante e teve tal responsabilidade.

É possível vencer? Por um lado, isso não depende somente da vontade, mas da situação objetiva, ou seja, do desenvolvimento da situação mundial, mais precisamente do desenvolvimento da correlação de forças entre as classes em nível internacional e nacional. Mas confirmadas as atuais tendências da situação objetiva, de aprofundamento da situação revolucionária mundial, a vitória dependerá do papel subjetivo, ou seja, da capacidade do PSTU e da LIT construirem ainda nas etapas preparatórias às revoluções, verdadeiros partidos bolcheviques. No Brasil, isso implica trazeremos para as fileiras do PSTU os melhores elementos da vanguarda lutadora e educá-los no marxismo revolucionário, isto é, no mais ardente internacionalismo, na paixão pela teoria revolucionária e na necessidade de se estabelecer laços inquebrantáveis com a classe operária.

Essa é a mais importante lição deixada pelos nossos mestres, extraída a duras penas da experiência de quase dois séculos de luta da classe operária internacional. Pois bem, chegou a hora de levarmos à prática essa lição, agora até suas últimas conseqüências ■

O papel do Conat e o futuro da Conlutas

PAULO
AGUENA

O Conat (Congresso Nacional dos Trabalhadores), realizado nos dias 5, 6 e 7 de maio na cidade de Sumaré, interior de São Paulo, significou uma importante vitória histórica para o movimento dos trabalhadores. Esse congresso fundou uma nova entidade nacional que — apesar de minoritária — se propõe, de forma inédita, a agrupar e ser alternativa de direção das lutas de todos os setores explorados da sociedade. Ademais, pelo próprio peso econômico e político do Brasil em nosso continente, a Conlutas pode ser um ponto de referência para a reorganização não só em nosso país, mas para o conjunto do movimento de massas das nações vizinhas. Esse fato histórico é enaltecido, dentre outros aspectos, pelo número de entidades e delegados presentes — se considerarmos que ainda não vivemos um grande ascenso —, bem como pela importância das resoluções votadas.

Esses aspectos, por sua vez, demonstram que a Conlutas não é apenas produto do desejo do PSTU, como foi alardeado pelas demais correntes de esquerda, mas das próprias necessidades impostas pela luta de classes. Demonstram também que a Conlutas foi produto da ação consciente dos diversos atores políticos que estiveram à frente desse processo, principalmente do PSTU. Se a decomposição/recomposição do movimento expressa o refluxo/retomada das lutas da classe e de sua vanguarda, a reorganização, por sua vez, é produto da ação dos diversos sujeitos políticos que atuam nesses processos, dando-lhes distintas formas que, de uma maneira ou de outra, sempre guardam relação com os objetivos a que esses sujeitos se propõem a atingir.

A sorte da Conlutas dependerá, em última instância, dos futuros embates da luta de classes, mas mais particularmente, dependerá da capacidade de sua direção em consolidá-la e desenvolvê-la.

A presença e a representação no congresso

O Conat contou com 3.232 participantes, sendo 2.794 delegados, 226 observadores e 212 convidados. Não se credenciaram 794 delegados, ou seja, 22% dos delegados eleitos. Essa quebra se deveu sobretudo às dificuldades financeiras e também a uma maior organização na vinda dos delegados. Estiveram presentes no Conat 581 delegações, sendo 205 (36%) entidades sindicais (pela maioria da diretoria); 18 (3%) entidades sindicais (pela minoria da direto-



ria); 118 Oposições Sindicais (20%); 8 Federações Sindicais (1%), 58 delegações (10%) do movimento popular e 174 delegações (30%) da juventude.

O setor sindical foi a principal força do congresso, com 349 delegações (60%). Dentro dele, o funcionalismo público teve o maior peso, com 174 delegações, sendo 92 federais, 35 estaduais e 45 municipais, o que se explica por ser esse o setor que mais ataques sofreu do governo e que nas lutas de resistência acumulou uma experiência maior com as direções governistas.

O setor de educação está computado à parte e contou com 43 delegações, o que é um número bastante significativo e expressa que aqui também o processo de reorganização é bastante avançado.

A categoria industrial vem bem atrás do funcionalismo, com 42 delegações (constituindo 12% do setor sindical e 7,2% do Conat), o que reflete uma menor implantação fabril da Conlutas no setor privado.

Mais atrás estão os trabalhadores estatais, com 32 delegações, seguidos pelos bancários, com 18, transporte (público e privado) com 10, comércio com 5 e trabalhadores rurais também com 5 delegações.

Como se vê, a Conlutas está presente em praticamente todos os setores mais importantes da economia. Cabe ainda observar que as Oposições Sindicais são praticamente 1/3 da representação sindical, com 118 delegações de um total de 349. Disso podemos concluir que o setor sindical da Conlutas já é representado majoritariamente por entidades sindicais, mas as Oposições, que refletem o trabalho por fora da estrutura oficial, têm bastante peso, são um componente bastante importante do processo de reorganização sindical.

A segunda força é a juventude, que contou com 174 delegações, sendo 132 universitárias e 42 secundaristas. Isso demonstra a importância do trabalho nesse setor, sem dúvida um dos mais dinâmicos do processo de reorganização como um todo, o que abre muitas possibilidades, inclusive para concretizar a política votada no Encontro dos Estudantes, que antecedeu o Conat, de realizar um congresso de fundação de uma entidade estudantil no ano que vem, dado o processo de ruptura com a UNE que com altos e baixos tende a se aprofundar.

A terceira força é o Movimento Popular. Entre as 58 delegações presentes estão incluídas 25 do campo, 23 urbanas, 7 culturais, 1 de raça e 2 de gênero. Aqui o importante é ressaltar que a Conlutas começa a organizar esse setor. Hoje já há condições de avançar na elaboração de um projeto para esse segmento. Neste sentido será muito importante realizar os seminários setoriais votados pelo Conat, dentre os quais se encontra o de movimento popular (o que envolve os movimentos urbanos e do campo).

Embora sem uma presença marcante de entidades dos setores oprimidos, a presença de militantes do Movimento Negro Unificado abre a possibilidade de que a Conlutas comece a estruturar um trabalho no movimento negro. Para o ano que vem também estão previstos seminários setoriais (negros, mulheres, etc) visando avançar o nível de organização e intervenção.

Uma análise da composição do Congresso do ponto de vista dos estados e regiões mostra dados políticos interessantes. As delegações presentes no Conat vieram de 22 estados da Federação, mais o Distrito Federal. As maiores delega-

ções foram de São Paulo, com 107 delegações e 835 delegados; Minas Gerais, com 99 delegações e 459 delegados; Rio de Janeiro, com 60 delegações e 456 delegados; Rio Grande do Sul, 67 delegações de 261 delegados; Santa Catarina, 38 delegações e 170 delegados; Rio Grande do Norte, 16 delegações e 114 delegados; Ceará, 24 delegações e 73 delegados; Pernambuco, 25 delegações e 65 delegados e Sergipe, com 11 delegações e 47 delegados. Cabe destaque para o Amapá que, apesar da distância, teve uma boa participação com 8 delegações e 28 delegados, o que reflete o peso da Conlutas nesse estado.

Do ponto de vista das regiões, a Sudeste representa 46,3% (269/581 delegações) das entidades presentes no Conat e 62,9% (1.758/2.794 delegados) dos delegados presentes. Em seguida, quase se equiparando, vem a região Sul e Nordeste, seguidas do Norte e Centro-Oeste.

Disso se pode concluir que apesar das desigualdades o processo de ruptura com a CUT e de construção da Conlutas tem abrangência nacional. Outra conclusão é que a região Sudeste - com São Paulo à frente - é onde a Conlutas tem mais peso, o que demonstra a importante implantação nos estados economicamente mais fortes. No entanto, ainda não se pode concluir que o processo de reorganização nessa região é mais amplo que nas demais, porque seria necessário relativizar o fato de que aí também se concentra o maior número de entidades sindicais do país. De qualquer forma, essa hipótese precisa ser estudada.

Os desdobramentos do Conat

Sem dúvida, após o Conat, que votou a transformação da Conlutas em entidade, ocorrerá uma modificação da sua relação com a vanguarda, as correntes, as demais superestruturas do movimento e também com os setores de massas que a compõem.

Na verdade, parte dessas mudanças já se iniciou no próprio Conat, com o impacto que esse evento causou na vanguarda, nas correntes de esquerda e no próprio PSTU.

O Conat abriu condições para que a Conlutas venha a ganhar mais peso na condução das lutas. Por um lado adotou resoluções que vai neste sentido. Por outro, ele ajudou a fortalecer a vanguarda, dando mais confiança no projeto de construção da Conlutas. A crescente intervenção da Conlutas nas lutas que vêm ocorrendo após o Conat já é um reflexo disso. Esse fato não é secundário na medida em que será no curso dessas mobilizações e greves que a Conlutas irá se afirmando como direção real do movimento.

Por sua vez, as correntes da esquerda da CUT que não participaram do Conat e que estiveram empenhadas na construção de outros projetos, como a ANPE¹ (Assembleia Nacional Popular de Esquerda) e os que agora vieram a conformar mais recentemente a Intersindical,² puderam ver que a Conlutas não era simplesmente uma colateral do PSTU ou algo pelo estilo. Esse argumento, utilizado muitas vezes para afastar a vanguarda e as entidades que rompam ou estavam em processo de ruptura com a CUT, caiu definitivamente por terra.

1 A APNE foi constituída com o objetivo de aglutinar setores da esquerda que ainda permaneciam na CUT como oposição e setores que já haviam rompido com a CUT. Reunia-se sob a forma de assembleia de militantes e ativistas.

2 A Intersindical surgiu após o VIII Congresso Nacional da CUT realizado em julho último. Busca agrupar sindicatos da esquerda que permanecem na CUT como oposição e setores que romperam com a CUT. Em dezembro de 2006 realizará um Encontro Nacional com o objetivo de discutir os rumos do movimento sindical e sua organização.

Por fim, é importante ter consciência de que daqui para frente a Conlutas será mais uma superestrutura do movimento e assim será considerada por todos, inclusive pelos inimigos, que também passarão a levá-la em conta ao fazerem seus cálculos políticos. Assim, a tendência é que a disputa de direção do movimento - seja nas lutas ou nas eleições sindicais - seja cada vez mais acirrada.

As hipóteses de desenvolvimento da Conlutas

Após o Conat existe, a grosso modo, quatro hipóteses para o desenvolvimento da Conlutas, sendo que uma delas ainda poderá se desdobrar em outras duas. A primeira é que a Conlutas se consolide do ponto de vista organizativo e se afirme como direção alternativa das lutas, enquanto os demais projetos alternativos, como a Intersindical e a ANPE, venham a não se desenvolver. Com isso, esses setores poderiam se integrar à Conlutas fortalecendo-a como alternativa.

A segunda hipótese é que as demais alternativas, de uma forma ou outra, também se afirmem. Nesse caso, teríamos dois desdobramentos possíveis. Um é que esses outros projetos, transformados em novas entidades, caminhem para uma futura fusão com a Conlutas, constituindo assim uma entidade superior, prevalecendo ainda a uma hipótese da construção de uma alternativa unitária. Outro desdobramento possível é que não queiram nenhum projeto em comum com a Conlutas. Pelo contrário, privilegiem disputar a hegemonia do processo de reorganização em confronto com a Conlutas. Nessa hipótese se sacramentaria uma divisão extremamente nefasta para o movimento.

A terceira hipótese é que a Conlutas retroceda e as demais alternativas se afirmem. Nesse caso as forças que constituíram a Conlutas deverão se afluir para as demais alternativas.

Finalmente, a quarta hipótese é que a Conlutas e as demais alternativas não consigam se desenvolver ou se afirmar enquanto entidade. Em tal caso, as direções governistas manteriam sua hegemonia, detendo o processo de reorganização que hoje vive o movimento sindical brasileiro. Do ponto de vista da Conlutas, o mais provável, no entanto, é que ela siga se desenvolvendo, acompanhando a linha de resistência do movimento de massas aos planos neoliberais, tal como se ocorreu nos demais processos de reorganização que se deram - e ainda estão se dando - em nosso continente ■

Polêmica sobre a construção da Conlutas: por onde passava a unidade?

PAULO AGUENA

Os debates sobre a necessidade de romper com a CUT (Central Única dos Trabalhadores), ligada ao PT (Partido dos Trabalhadores), o partido de Lula, e construir uma nova alternativa para a classe trabalhadora dividiram opiniões na esquerda revolucionária, tanto no Brasil quanto em vários países da América Latina.

As correntes governistas, principalmente a Articulação (corrente majoritária no PT) e a corrente Sindical Classista (CSC, ligada ao PC do B, partido que também compõe a Frente Popular), por certo não tiveram acordo com essas orientações. Repetindo as frases elaboradas ao longo da história pelos velhos dirigentes reformistas, empunharam a bandeira da unidade. Logo trataram de lançar uma campanha de denúncia contra a divisão do movimento; taxaram a iniciativa de esquerdista e a amaldiçoaram com a praga do isolamento.

Não faltaram argumentos teóricos. Altamiro Borges (Miro), responsável pela revista *Debate Sindical*, da Corrente Sindical Classista, publicou no site *Vermelho* um artigo denunciando o PSTU como “divisionista”. Chegou a citar Trotsky para fundamentar a defesa da unidade. Seu objetivo, evidentemente, era fazer com que os trabalhadores vissem na iniciativa a tentativa de enfraquecer sua própria luta. Ao mesmo tempo, procurava atemorizar as forças de esquerda, visando afastá-las do intento. Essa campanha, de uma forma ou de outra, acabou influenciando a esquerda da CUT e gerou, a princípio, alguma confusão na vanguarda.

Mas em que residia a falácia do argumento da unidade? No fato de esvaziar o sentido que a palavra *unidade* tem para a classe trabalhadora.

A concepção marxista parte da importância da unidade dos trabalhadores para enfrentar os exploradores. As causas do rompimento do movimento sindical devem ser encontradas na política de colaboração de classes, no sacrifício dos interesses do proletariado pelos reformistas frente à burguesia.

Expliquemos melhor. Os revolucionários, por certo, dão uma enorme importância para a unidade da classe trabalhadora, condição indispensável para a vitória sobre a burguesia. Os trabalhadores entendem isso perfeitamente e, por essa razão, sempre aspiram à unidade. A unidade assim compreendida é um meio e não um fim em si mesmo¹. É um meio de desenvolver a luta de classes

1 Losovsky, Alexandre. A Concepção Marxista dos Sindicatos. “O programa de ação da internacional Sindical Vermelha”, Outubro, 1994, p. 106.

com o objetivo de derrotar a burguesia. Assim, de um ponto de vista geral, podemos dizer que se o socialismo é o fim, a unidade não é mais que um meio para realizar este fim, e nesse sentido os revolucionários estão a favor da unidade, a mais ampla e forte possível. No entanto, é grave equívoco transformar a unidade num princípio, num fim em si mesmo, em outras palavras, num fetiche.

Enquanto não perdem a maioria, os reformistas, sabendo da importância que a unidade tem para os trabalhadores, levantam essa bandeira bem alto com o objetivo de colaborar com a burguesia. Os revolucionários devem denunciar essa “unidade” cujo objetivo é a colaboração de classes, já que a verdadeira unidade só tem sentido se for para fazer avançar a luta dos trabalhadores. Todas as formas de unidade devem se basear no princípio da luta de classes: unidade de ação com fins e objetivos de luta mais imediatos; frente única de organizações com um programa e objetivos de mais longo prazo; fusão de organizações sindicais como expressão mais avançada de frente única; tudo isso só tem sentido, repetimos, se for sob a base de fazer avançar a luta dos trabalhadores.

Aproveitamos para esclarecer o PC do B sobre as verdadeiras posições de Trotsky. Como marxista, sem dúvida ele foi um defensor da unidade do movimento operário. Por exemplo, no início dos anos 30 foi um dos grandes defensores da unidade — sobre bases democráticas e leais — da CGT com a CGTU na França. Mas tomar esse exemplo para fundamentar a posição frente à questão da unidade é pura mediocridade. Já no famoso artigo “*A questão da unidade sindical*”, escrito em 1931, ele alerta que não se trata de transformar a defesa da unidade da CGT com a CGTU num fetiche, mas de não perder de vista as necessidades da classe operária.

Por isso, em outro artigo, intitulado “Os erros de princípio do sindicalismo”, escrito em 1929, dentre outros debates, Trotsky criticava o erro de transformar a unidade num princípio. Sabe-se que em 1915 ele apoiou a atitude de Monatte² de se retirar do Comitê Central da CGT devido à posição social-patriótica adotada pela central frente à Primeira Guerra. Trotsky elogiou sua atitude porque ele soube compreender que “*as tarefas históricas fundamentais do proletariado estavam acima da unidade com os chauvinistas e os lacaios imperialistas*”. Mais tarde, em 1922, como alternativa à reformista CGT foi fundada a CGTU, sob a direção dos comunistas-anarquistas e comunistas. Trotsky bradou: “a verdadeira unidade passa pela CGTU”.

Na verdade, esse fato não era mais que a expressão nacional de uma divisão que viria ocorrer em todo o movimento operário internacional a partir Primeira Guerra. Pode-se afirmar que mais de 90% da direção do movimento sindical mundial apoiou a guerra, ficando cada setor ao lado de sua burguesia nacional. Esse profundo giro à direita do reformismo não deixou outra alternativa senão a construção de uma nova direção à escala nacional e internacional para o movimento operário, que culminou com a fundação da Internacional Sindical Vermelha no início dos anos 20. Alertamos o PC do B que essa iniciativa — talvez a maior “divisão” do movimento sindical mundial até então conhecida — foi encabeçada, nada mais, nada menos, que pela Internacional Comunista. Portanto, a “unidade” defendida pelo PC do B estava em perfeita sintonia com a velha cantilena reformista.

2 Monatte, Pierre (1881-1960). Sindicalista revolucionário. Foi um dos primeiros a se opor à Primeira Guerra Mundial. Uniu-se ao PC Francês em 1923, para deixá-lo mais tarde.



Não é por outro motivo que a defesa dessa mesma “unidade” já havia sido utilizada no passado, no início da década de 80, pelos pelegos e stalinistas — incluindo o próprio PC do B — que estavam unidos em torno à Unidade Sindical, para tentar impedir a fundação da própria CUT. Na ocasião, o chamado “setor combativo”, formado pela ala dirigida por Lula e demais setores da esquerda, respondeu à altura ao afirmar que a “Unidade é pra lutar!”.

A verdade é que não havia razão para se confundir ou se amedrontar diante dos ataques dos atuais governistas. Como pudemos ver, por mais de uma vez a história já havia demonstrado como a bandeira da unidade pode ser usada contra os trabalhadores. A verdadeira unidade que interessa aos trabalhadores passava naquele momento — e ainda passa — pelo enfraquecimento da CUT e das demais entidades governistas e pela construção de uma nova alternativa. Somente através dela se poderá retomar a verdadeira unidade dos explorados contra os exploradores.

Era hora de fundar a Conlutas?

A discussão mais geral em torno da unidade, no entanto, não esgotava a questão. A maioria das forças da esquerda da CUT também se opôs à ruptura com a Central e a construção de uma alternativa, no caso a Conlutas. Para essas correntes, a hora não estava dada. Argumentavam que ainda não havia um ascenso sustentado que desse base à ruptura com a CUT e a fundação de uma nova entidade. Sob esse ponto de vista, a construção da Conlutas não passava de um projeto artificial a serviço do PSTU. A implementação de tal projeto o levaria inevitavelmente ao isolamento das massas. Em outras palavras, tratava-se de uma aventura. Desse modo, preferiam manter-se unidas em torno do projeto de disputa da direção por dentro da CUT, até que as condições estivessem maduras.

A despeito dessas objeções, a Conlutas foi fundada. Não como algo artificial a serviço do PSTU, mas como um instrumento de frente única com peso real nos movimentos sociais, cuja influência extrapola em muito o raio de ação do nosso partido. Longe de se isolar, a Conlutas ganha cada vez mais a adesão da vanguarda e amplia sua influência sobre camadas cada vez mais amplas de massas. Neste momento, ainda que de maneira errática e inconseqüente, setores cada vez maiores da esquerda já começam a rumar em direção à ruptura com a CUT. Alguns já ensaiam a construção de um novo projeto. Ora, que grande “ascenso sustentado” ocorreu nesse intervalo, soando a esperada hora da ruptura? Nenhum, é claro.

Esses fatos por si só jogam por terra todos os argumentos levantados no início dos debates pelos distintos setores da esquerda da CUT. Quais foram, portanto, os principais erros cometidos por esses setores? Por que seus argumentos se demonstraram falsos? Eis algumas das questões de suma importância para toda a esquerda revolucionária.

A própria vida tratou de demonstrar que a construção de uma alternativa não está condicionada à existência de um “ascenso sustentado”. Por certo que essa é uma das condições necessárias para a construção de uma alternativa



majoritária, o que, de fato, pelo nível do ascenso, não estava colocado na realidade. O que sim estava colocado — e a realidade o comprovou — era a possibilidade da *construção de uma alternativa*, ainda que minoritária. E hoje essa alternativa só não é superior justamente porque a maioria dos nossos críticos não se somou a ela.

Refém dos aparelhos construídos no passado, pressionada pelo peso do lulismo, imbuída de um pensamento rotineiro e burocrático, a maioria das correntes de esquerda não conseguiu interpretar o profundo significado das primeiras ações de massas empreendidas sob o governo Lula³. Hoje, pode-se objetar que o que estava em discussão não era a possibilidade de se construir ou não uma alternativa, mas justamente a de construir uma alternativa majoritária. “Afinal — pode-se perguntar —, “para que a pressa em construir uma organização minoritária quando o futuro apontava a possibilidade de se construir algo superior?” Essa forma de colocar a questão expressa um otimismo despossuído de base histórica e cheio de idealismo pueril. A burguesia e as direções contra-revolucionárias têm acumulado ao longo da história uma enorme experiência na arte de derrotar as revoluções. Sabem do perigo que significa a existência de uma direção revolucionária na hora dos grandes combates. Por isso, tentam impedir seu surgimento a todo custo e sempre promovem — às vezes abertamente, outras dissimuladamente — novas direções traidoras para que estejam à frente das organizações de massas. Em certas condições, nos momentos de reorganização do movimento de massas, particularmente quando o surgimento de novas organizações combina-se com o de novas direções, por uma série de circunstâncias, elas podem se encontrar impossibilitadas de realizar seu objetivo. Diante disso, os revolucionários podem aproveitar essa contradição para se alçar à direção das massas por intermédio de suas organizações.

Mas essas oportunidades são extremamente raras na história e aquelas que foram realmente bem aproveitadas podem ser contadas nos dedos. Desse ponto de vista, perder uma oportunidade presente em troca de uma suposta oportunidade futura mais ideal é correr um enorme risco, porque ela pode não se reabrir. Sob uma determinada correlação de forças atuam os partidos, o Estado, enfim, todo tipo de instituições e ideologias contra-revolucionárias. É uma luta encarniçada. E não é certo que os inimigos esperarão de braços cruzados as condições se tornarem cada vez mais ideais para a construção de novas alternativas. Neste sentido, é importante observar quão inteligente e aguda foi a iniciativa do governo Lula em acelerar a reforma sindical, logo após a greve do funcionalismo contra a reforma da Previdência. Tirando as conclusões da greve do ponto de vista da contra-revolução, seu objetivo era dotar o movimento sindical de uma estrutura ainda mais burocrática e atada ao Estado. Com isso buscava, por um lado, impedir a ocorrência de novas lutas e rebeliões contra a direção e, por outro, abortar uma nova reorganização do movimento de massas que resultasse na construção de novas organizações ainda menos controladas que as existentes e, ao mesmo tempo, no surgimento de uma nova direção.

Felizmente, por ora, seu projeto foi derrotado e o resultado foi o oposto do que pretendiam. O mais provável é que se não se aproveitasse a oportunidade aberta para lançar uma contra-ofensiva, apoiando-se na nova situação aberta a

3 Neste sentido, vide artigo sobre a Conlutas publicado na revista *Marxismo Vivo* n.º 11 que trata das bases objetivas do processo de reorganização.

partir da greve contra a reforma da previdência, o nosso temor de que a realidade pudesse não nos dar uma nova oportunidade fosse confirmado.

Mas além de contestar o argumento levantado pelos vários setores da esquerda desde esse ângulo, podemos fazê-lo também desde outro. A estratégia de se esperar um ascenso sustentado traz embutida a idéia de que em meio ao ascenso sustentado é mais fácil, ou melhor, serão encontradas condições mais propícias para a construção de organizações de massas e, principalmente, de uma alternativa de direção, já que em nosso caso essas duas tarefas se combinam na atual reorganização.

Esse é um raciocínio completamente simplista. Deixa-se de lado o fato de que durante as grandes batalhas os desafios aumentam, o tempo se encurta, os espaços diminuem e as oportunidades se abrem e se fecham com muito mais rapidez. As mudanças bruscas e os enfretamentos cada vez mais violentos entre as classes e seus agentes deixam as condições muito mais difíceis e não mais fáceis para a construção de direções alternativas.

Trotsky, atribuindo a causa da derrota da revolução espanhola à crise de direção aberta pela traição dos “socialistas”, stalinistas, anarquistas e do centrismo do POUM, buscava dar resposta à seguinte questão: por que o proletariado espanhol, apesar de ter empreendido as ações mais heróicas na guerra civil, não conseguiu forjar a tempo uma direção alternativa? Ele responde afirmando que a classe não pode improvisar uma nova direção se não herdou do período anterior sólidos quadros revolucionários capazes de aproveitar o colapso do velho partido dirigente. Improvisar essa direção estava acima das forças do proletariado. Essa tarefa exigia tempo — e tempo era o que havia de mais raro naquele momento.

Essa trágica experiência contraria sob outro ângulo o argumento brandido por vários setores de esquerda da CUT para se opor à ruptura da central e construir uma nova organização. Ao contrário do que pensam os companheiros, a história tem demonstrado que as condições para se obter uma vitória revolucionária começam a ser construídas na etapa que antecede os grandes enfrentamentos. E a tarefa mais importante de preparação da luta revolucionária pelo poder é ganhar a maioria das massas e de sua vanguarda, em outras palavras, construir a tempo uma direção alternativa majoritária. Nesse sentido, forjar uma direção alternativa, ainda que minoritária, no calor das primeiras lutas que antecedem as grandes batalhas é uma imensa vantagem. Ao invés de ser uma atitude aventureira e precipitada, trata-se na verdade, do ponto de vista revolucionário, de uma atitude sensata e cautelosa ■

Principais resoluções do Congresso que fundou a Conlutas

As resoluções do Conat foram muito importantes na medida em que armaram a Conlutas e os lutadores presentes ao Congresso para responder aos principais acontecimentos da luta de classes nacional e internacional. Ao mesmo tempo, permitiram dar um salto na organização da Conlutas a partir da decisão de transformá-la em entidade. Abaixo fazemos um breve resumo das principais resoluções adotadas.

PAULO
AGUENA

Internacional

No ponto internacional os delegados votaram — com todas as limitações impostas pelo tempo — resoluções que buscavam responder à guerra e à recolonização imperialista, bem como a alguns dos principais focos de conflitos à escala mundial. Assim, adotou-se posições contrárias à implantação da ALCA, ao pagamento das dívidas internas e externas dos países explorados e em defesa de suas das riquezas naturais — como é o caso do gás boliviano — e, por fim, contra as ocupações militares imperialistas como ocorre no Iraque e Haiti. Não se adotou posição sobre Cuba e Venezuela. Tampouco se tomou posição sobre o fim ou não do Estado de Israel, embora se tenha votado o apoio à luta do povo palestino. Por serem temas mais complexos, exigiriam uma discussão mais aprofundada e não havia acúmulo para isso.

Nacional

A discussão sobre a situação nacional teve suma importância ao fazer um balanço do governo Lula, caracterizá-lo como um governo de “Frente Popular”, ou seja, um governo de caráter burguês que tem à frente representantes dos partidos e organizações do movimento operário e popular, e que traem sua confiança. Esse debate foi importante porque estabeleceu um marco político comum para a fundação da Conlutas, havendo um amplo acordo nesse terreno.

Frente a isso foram aprovadas campanhas gerais e nacionais de fundamental importância como a campanha contra o pagamento das dívidas interna e externa, contra o projeto de lei do Super-simples¹ e a reforma sindical e trabalhista, pela anulação da reforma da previdência social e pela valorização do salário mínimo. Além dessas, foram votadas campanhas específicas, todas articuladas em torno a um Plano de Ação que buscava unir essas ações às lutas e campanhas salariais.

Sobre a tática eleitoral foram debatidas várias posições que em geral denunciavam a falsa polarização eleitoral entre a candidatura de Lula e Alckmin, ambas caracterizadas como burguesas do ponto de vista dos trabalhadores. Como alternativa havia várias propostas que iam desde a defesa da formação de uma Frente de Esquerda, Classista e Socialista pelos partidos de esquerda como o

1 Trata-se de um projeto de lei que retira direitos dos trabalhadores das pequenas e médias empresas. Sob muitos aspectos é uma antecipação da reforma trabalhista.

PSOL, PSTU e PCB — majoritária nos grupos de discussão — passando pelo voto nulo, denúncia do processo eleitoral, dentre outras. Ao final, adotou-se uma resolução de encaminhamento de que a Conlutas não deveria adotar uma posição sobre o tema, na medida em que a discussão ainda não havia amadurecido suficientemente na base. As entidades presentes, no entanto, estariam liberadas para continuar o debate e adotar uma posição frente ao tema.

A fundação da Conlutas

As votações sobre a fundação, caráter, princípios, programa e estatutos da Conlutas foram de fato as mais importantes e possuem maior valor histórico.

A decisão de fundar a Conlutas foi aprovada entusiasticamente pelo congresso, sendo aprovada de forma praticamente unânime. Essa votação demonstrou de forma inequívoca a justeza da proposta, revelando com clareza que ela expressava um processo objetivo de ruptura com a CUT e demais organizações governistas, como também — e nessa altura podemos dizer acima de tudo — a necessidade presente e futura de construir-se urgentemente uma nova alternativa para a luta dos trabalhadores.

O caráter da Conlutas

Outra discussão de suma importância foi a que se deu em torno ao caráter da Conlutas. A votação de que a Conlutas fosse uma entidade que englobasse o conjunto dos setores explorados e oprimidos da sociedade é inédita na história do movimento operário do país. Trata-se de uma superação da experiência da CUT, que até então era a mais avançada da classe trabalhadora brasileira. A decisão de fundar a Conlutas reflete as necessidades objetivas do movimento, que estavam limitadas pelas formas organizativas do passado e que agora se tornaram obsoletas.

As lutas sindicais já haviam demonstrado em todo o período anterior, de defensiva, os seus próprios limites. O corporativismo getulista² está sendo superado na prática, embora o movimento ainda não tenha plena consciência disso. Não foi por outro motivo que as manifestações através das quais a Conlutas vem se afirmando — como as marchas a Brasília — nada tinham de corporativismo. Pelo contrário, uniram todos os setores em torno a uma só luta.

As lutas do campo e do movimento popular, por sua vez, também foram evidenciando seus próprios limites ao longo dos anos, na mesma proporção em que foram se revelando o caráter anticapitalista das reformas agrária e urbana. Fica cada vez mais claro que para que estas reivindicações sejam atendidas não há outra alternativa senão enfrentar a propriedade privada capitalista cada vez mais concentrada. Diante disso, a aliança com os trabalhadores urbanos se faz cada vez mais necessária, sob pena das lutas serem — cedo ou tarde — sucessivamente derrotadas.

O movimento estudantil, por sua vez, começa a ver cada vez com mais simpatia a aliança com os trabalhadores (como já se expressava nas campanhas do próprio MST nas universidades), na medida em que vão se tornando um

2 Trata-se da atual estrutura sindical brasileira moldada ao longo dos anos 30 sob o governo de Getúlio Vargas.

aliado dos estudantes que pretendem derrotar os projetos de reforma neoliberal do ensino.

As lutas de raça e gênero, enfim, se vêem cada vez mais diante da necessidade de ganhar o conjunto dos trabalhadores para sua causa.

É essa necessidade de unir cada vez mais todos os setores explorados e oprimidos para enfrentar e derrotar os capitalistas que se encontra na base da fundação de uma entidade com o caráter da Conlutas.

A direção como uma Coordenação e o Encontro Nacional

A decisão da direção da Conlutas funcionar como uma Coordenação aberta constituída por representantes de entidades e não uma diretoria (ainda que votada proporcionalmente) foi outro importante acerto do Conat. Isso porque, por um lado, responde ao sentimento antiburocrático advindo da experiência de uma direção vertical como foi a CUT. Por outro, responde também à necessidade de se facilitar a incorporação de outros setores e entidades que ainda podem vir a aderir à Conlutas. Esse funcionamento proporciona a integração automática à direção e, por conseguinte, fortalece a unidade da própria entidade.

Outro acerto foi a decisão de se realizar um Encontro Nacional, no início do ano que vem, com outros setores que estiverem a favor de construir um plano de lutas unificado contra as reformas que serão encaminhadas pelo novo governo. Essa decisão demonstra a importância do papel que a Conlutas pode cumprir como um pólo unificador das próximas lutas.

Princípios, programa e estatutos

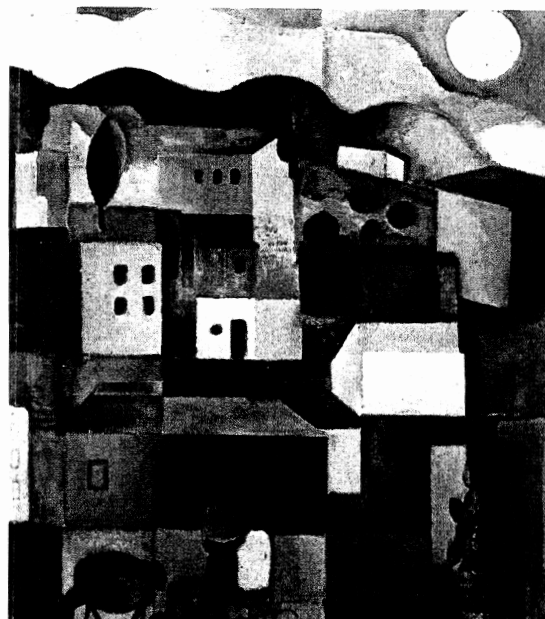
Os princípios votados resgataram valores fundamentais do movimento operário tais como a unidade para lutar, a independência frente aos governos, aos patrões e ao Estado, a autonomia frente aos partidos políticos e a solidariedade internacional entre os trabalhadores.

Por sua vez, o programa votado teve o caráter de ser um orientador das ações da Conlutas. Para isso procurou resgatar as principais e mais progressivas bandeiras de luta que o movimento operário acumulou em seus últimos 25 anos. Seria importante destacar que tanto no programa quanto nos princípios se resgatou a defesa do socialismo. Cabe lembrar que na CUT essa decisão só foi possível de ser adotada de forma clara em seu II Congresso, realizado em 1986. Já as demandas específicas, que exigiam uma discussão mais aprofundada como a questão agrária, a estrutura sindical e a questão sobre os setores oprimidos foram remetidas para seminários e encontros a serem realizados no ano que vem.

Nos estatutos encontra-se concretizada boa parte das discussões anteriores, além de outras de fundamental importância, como finanças, prazos congressuais, funcionamento das direções, grupos de trabalho e outras. Esse documento que sintetiza o que é a entidade, dando a ela uma primeira formatação, tem um inestimável valor histórico ■

CONCEPÇÕES DOUTRINÁRIAS, TÁTICAS
ULTIMATISTAS E POLÍTICAS SECTÁRIAS

As três tentações do ultra-esquerdismo



LASAR SEGAL

VALÉRIO
ARCARY

“Seria absurdo negar a existência de tendências sectárias em nosso meio. As discussões e cisões as colocaram a nu. Como poderia deixar de haver um elemento de sectarismo em um movimento ideológico irreconciliavelmente oposto a todas as organizações dominantes na classe operária, submetido a perseguições monstruosas? (...) Ainda que nomeie Marx em cada frase, o sectário é a negação direta do materialismo dialético, que sempre toma a experiência como ponto de partida. (...) O sectário não compreende a ação e reação dialética entre um programa acabado e a luta viva — isto é, imperfeita e não acabada — das massas. (...) O sectário vive em um mundo de fórmulas pré-fabricadas.”¹

Leon Trotsky

Um aspecto secundário, mas extravagante, do processo de reorganização sindical e política da esquerda brasileira aberto pela experiência em curso com a CUT e o PT, depois da eleição de Lula em 2002, foi o surgimento de uma constelação de quase uma dezena de pequenos agrupamentos de ultra-esquerda. Fato um pouco esdrúxulo, talvez, porque a vaga latino-americana de mobi-

1 Leon Trotsky, *Sectarismo, Centrismo e a Quarta Internacional*, in *Escritos*, Tomo VII, Volume 1, Bogotá, Pluma, p.229/230/231.

Valério Arcary, Professor do CEFET/SP, militante do PSTU, é autor de *As Esquinas perigosas da História, situações revolucionárias em perspectiva marxista*.

lizações revolucionárias, que já derrubou vários governos na Bolívia, Equador e Argentina, e derrotou um golpe de Estado na Venezuela, ainda não chegou ao Brasil. O recente Congresso da Conlutas foi uma oportunidade para a nova geração de ativistas poder realizar o seu próprio julgamento destes círculos políticos que não possuem implantação nacional e, portanto, são desconhecidos fora de São Paulo ou Rio de Janeiro e, curiosamente, Fortaleza.

O ultra-esquerdismo como fenômeno reativo

Uma explicação político-histórica mais geral para o aparecimento desta nova geração de militantes atraídos por posições de ultra-esquerda remete à impressionante degeneração do PT e de suas correntes internas, atreladas ao Governo Lula e às pressões do regime democrático-eleitoral, e sua espantosa adaptação às pressões do imperialismo. A irritação com o Governo Lula — e a repulsa que o PT do “mensalão” provoca — deixou uma parcela da vanguarda, muito justamente, encolerizada. Foi Lênin quem cunhou a famosa frase: “o anarquismo foi, com frequência, uma espécie de expiação dos pecados oportunistas do movimento operário”.² Não por acaso, portanto, são tantos, entre os melhores militantes socialistas, aqueles que estão inclinados pelo voto nulo em 2006. A tática abstencionista, contudo, desconsidera a experiência das amplas massas e responde a anseios legítimos que, hoje por hoje, são minoritários.

Um fenômeno semelhante, respeitadas as respectivas proporções, já tinha acontecido no Brasil nos anos sessenta, quando a contra-revolução em 1964 enterrou politicamente a estratégia de colaboração de classes do velho PCB diante do governo Jango, e o impacto da vitória da revolução cubana inspirou variadas rupturas guerrilheiristas no velho Partidão. Assim como um PCB esquálido — capaz da suprema infâmia de expulsar Prestes — manteve-se até o final dos anos oitenta, mas como um cadáver político insepulto, o PT de Lula se articula, febrilmente, para as eleições de 2006, mas sua ruína política é irreparável. A estratégia reformista de colaboração de classes não demonstrou viabilidade no Brasil: mais uma vez se confirmou que as classes proprietárias não têm disposição para concessões, a não ser quando acossadas pelo perigo da revolução.

A história, mais uma vez, se repetiu, mas no lugar da tragédia de 1964, com seus mortos, presos e exilados, e mais de vinte anos de situação reacionária sobre as massas, temos a comédia burlesca de 2005, com seus Delúbio's, Palocci's e Silvinhos's, e a desmoralização da geração militante dos anos oitenta. A capitulação de uns à burguesia potencializa a ultra-esquerda. Os dois movimentos são simétricos. Acontece que desta vez, felizmente, não aconteceu, apesar dos desencantos que o governo Lula deixa como rastro, uma derrota histórica. As lutas decisivas da revolução brasileira estão por vir.

Quatro peculiaridades estranhas

O fenômeno dos grupos de ultra-esquerda, alguns com denominações pomposas, se considerada sua implantação ainda raquítica — o Partido Operário

2 LENIN, Vladimir, *Esquerdismo, a enfermidade infantil do comunismo*, in Obras Escogidas, tomo III, Moscou, Editorial Progreso, 1966, p.367. Tradução nossa.

Revolucionário, POR; o Partido Operário Marxista, POM; a Liga Bolchevique Internacionalista, LBI; a Fração Trotskista, FT — possui quatro características peculiares, ou até esquisitas. Primeira: a evolução estranha da Causa Operária, a veterana entre as organizações da ultra-esquerda brasileira, mas que, surpreendentemente, nesta conjuntura de ruptura de grande parte da vanguarda e de setores de massas com a CUT e o PT, defende a opinião de que a CUT permanecerá o espaço privilegiado para construir a frente única de resistência ao neoliberalismo. A trajetória da Causa Operária nos últimos anos já era inquietante: nas eleições municipais de 2004, em várias cidades, foram apresentadas candidaturas que, para dizer o mínimo, não tinham qualquer pertencimento aos movimentos sociais.

A bizarra defesa da CUT por parte da Causa Operária e, também, da LOI, Liga Operária Internacionalista, um pequeno núcleo que rompeu com a antiga Convergência Socialista em 1994 porque não concordou com a sua dissolução para a fundação do PSTU, isolou ainda mais essas tendências do processo de reorganização. Afinal, grupos que insistiram em ganhar notoriedade pelas exaltadas críticas que dispararam durante anos, indiferenciadamente, tanto à Articulação, quanto às oposições de esquerda que resistiam na CUT, decidiram fazer a defesa da Central justamente agora, quando ela perdeu completamente sua independência face ao Estado. Uma posição próxima a esta: “construir a Conlutas como uma fração dentro da CUT”, embora tenha participado da Conlutas, foi a da LER — Liga da Estratégia Revolucionária — vinculada ao PTS da Argentina.

Segunda característica notável: a pulverização da ultra-esquerda em muitos pequenos grupos incipientes, ao ponto, em sua maioria, de serem incapazes de publicar uma imprensa regular. Terceira: alguns desses núcleos parecem estar realizando uma fusão teórico-programática, em proporções variadas, de marxismo e anarquismo, como o CPR (Coletivo do Pensamento Radical), o Espaço Socialista, a FOS (Frente Operária Socialista), num amálgama que ainda não parece muito claro. Por último, muitas delas têm presença, sobretudo, no movimento sindical de professores de São Paulo.

Por que os grupos ultras desrespeitam seus adversários na luta política?

A militância sindical e popular que assistiu ao congresso da Conlutas ficou perplexa com a violência oral dos grupos ultras, em especial contra o PSTU. A volúpia desmedida dos ataques ambicionava um apoio nas desconfianças que a maioria da vanguarda alimenta em relação à organização em partidos. Estas reservas são grandes, depois da terrível experiência com o PT. Na primeira sessão plenária do Conat, os líderes das correntes ultras esperavam um sucesso fácil com discursos antipartido de inspiração anarco-sindicalista. Não hesitaram em fuzilar a mesa dos trabalhos e a comissão organizadora, mesmo tendo se mantido à margem das tarefas de organização do Congresso, como burocratas. Desprezaram todas as dificuldades, do credenciamento à garantia do alojamento, da produção de relatórios ao serviço de tradução, que foram superadas,

exclusivamente, por trabalho voluntário. A aversão com o destempero oral e irresponsabilidade política dos grupos ultras deixou a maioria do Congresso, que os desconhecia, espantada e merece uma explicação.

O movimento operário e o movimento sindical no Brasil, assim como todos os outros movimentos sociais, agrários ou populares, têm os seus costumes, construíram uma tradição inspirada numa história e numa cultura. Não existiu nunca um movimento imaginário ou ideal, em que cada uma das tendências teria coerência interna entre teoria e prática, entre programa e política, entre princípios e métodos. Todas as correntes estiveram submetidas a pressões sociais favoráveis e hostis. Os revolucionários se apóiam na disposição de luta dos setores mais conscientes, e os reformistas, no estado de espírito dos setores mais atrasados. A história das organizações revolucionárias foi a história da sua capacidade de correção de seus erros oportunistas e ultra-esquerdistas. A massa dos trabalhadores aspira, ardentemente, à unidade para lutar, mas não gosta de direções monolíticas. Aprecia o debate, desde que seja objetivo, claro e respeitoso: os trabalhadores querem poder ouvir os argumentos e ter o direito de decisão sobre suas lutas e lideranças. Querem democracia para poder construir a unidade na luta.

As organizações revolucionárias tiveram que lutar arduamente pela defesa das liberdades democráticas nos sindicatos, inclusive nos que se reconstruíram, a partir dos anos oitenta, nos marcos da CUT. As críticas, todavia, exigem adjetivos para serem contundentes, e os mais comuns na história das organizações de esquerda foram as caracterizações recíprocas de *fatalistas* e *voluntaristas*, ou *oportunistas* e *esquerdistas* — quando o nível não cai. Sendo opiniões políticas, não deveriam ofender. Quando em uma polêmica alguém afirma que tal posição seria, grosso modo, oportunista ou esquerdista, não se afronta o caráter de ninguém, portanto, não se ofende a pessoa.

A acusação de burocrata, no entanto, é de outro quilate, é uma injúria, é uma afronta. As palavras têm gravidade. A burocracia sindical sempre foi uma casta privilegiada com interesses próprios, exterior ao proletariado. Retira seus benefícios do controle das organizações dos trabalhadores. A burocracia sindical é alimentada pelos patrões e pelo Estado. Interessa à burguesia que as lideranças que nascem em cada luta sejam corrompidas pelas pequenas vantagens pessoais. Os burocratas sindicais passam a ter um modo de vida de classe média alta, e os mais poderosos aspiram a ser burgueses. Mas os ultra-esquerdistas, que não estão entre os mais ponderados na escolha das palavras quando dirigem críticas aos outros, são infantilmente sensíveis às críticas que recebem. Manipulam a legítima desconfiança dos ativistas mais críticos, se entrincheiram nos sentimentos democráticos, porque ambicionam uma repercussão que sua política não pode conquistar.

Os milhares de ativistas que responderam ao apelo de fundação da Conlutas se uniram porque viveram a experiência prática do esgotamento da CUT e seus métodos. São conscientes de que a CUT se transformou num apêndice do Ministério do Trabalho do Governo do PT. Descobriram que o aparelho de Estado é tão poderoso que “estatizou” a CUT e manda no PT. A grande maioria dos que compareceram ao congresso da Conlutas desejam construir um

pólo de resistência, mas têm o temor de serem usados. Aprenderam, como militantes amadurecidos, que devem estar vigilantes no controle de suas organizações. Admitem que os militantes organizados em partidos são abnegados e têm muita iniciativa, mas querem decidir por si mesmos os seus destinos. Os grupos ultras tiveram como centro de sua tática se apoiar nessa justa atitude crítica, para fomentar a desconfiança na Conlutas, acusando-a de ser o braço sindical do PSTU, como a CUT foi o braço sindical do PT.

No seu afã fracional, os grupos ultras se esqueceram de que o antipartidarismo é uma ideologia reacionária. A rivalidade política é legítima, mas não deve ser feita sem limites. É a burguesia que envenena os trabalhadores e o povo contra a influência da política dentro do sindicalismo e dos movimentos sociais. Mas, ensina a história, se os trabalhadores renunciarem à política, ou seja, à luta por um programa para a revolucionarização da vida social, perdem o instinto de poder. A experiência política dos trabalhadores não se desenvolveu nunca, em país algum, sem um processo intenso de disputa da direção nas organizações em que se constrói a frente única. A polêmica política e a luta ideológica são parte inseparável do processo de seleção dos dirigentes das lutas operárias e populares. Em sociedades urbanizadas e industrializadas, onde se constituiu o moderno movimento operário e sindical, a luta entre partidos foi a forma mais democrática e madura do processo de escolhas políticas das massas, e de triagem para os que pretendem a sua representação.

Entretanto, um Congresso sindical e popular, como o da Conlutas, é um espaço no qual os militantes dos distintos partidos intervêm na condição de ativistas sindicais, ou seja, no exercício de um mandato de sua base, não de seu partido. A palavra e os tempos são divididos nas Plenárias, que precisam ter espaço para o debate e tempo para concluir votações, em função do apoio maior ou menor que as propostas receberam nos grupos — pelo regimento aprovado, aliás hiper-democrático, um mínimo de 10% —, e não em função da filiação partidária de quem as apresentou. O fato de que uma proposta fosse apresentada em um grupo de discussão por militantes de um partido, exercendo um mandato popular, não era garantia de que seria discutida na Plenária. Por uma razão simples: nenhum Partido tinha mandato de representação. Muito ofendidos, porque desejavam um ilimitado tempo de palavra que não correspondia às possibilidades do Congresso, os grupos ultras se dedicaram a tentar desmoralizar a própria Conlutas, cegos pelo ódio contra o PSTU. Ironia da vida: depois de incontáveis intervenções insuflando o antipartidarismo, esse desempenho expressou um nefasto descompromisso com o mandato que receberam em suas organizações de base, ou seja, foram vítimas da partidarização que pretendiam combater.

O renascimento do ultra-esquerdismo e seus limites

Nos últimos quinze anos, as idéias socialistas viram seu peso diminuir na sociedade, e as idéias revolucionárias perderam influência na esquerda mundial. Ainda assim, o primeiro processo não teve a mesma proporção do segundo. A simpatia pelo igualitarismo renasce entre os trabalhadores em cada luta de resis-



tência, como parte de uma experiência com o fiasco dos ajustes neoliberais. No entanto, a maioria das organizações inspiradas no marxismo, e delimitadas da social-democracia e dos PC's pró-Moscou, erguidas sob o impacto da vaga revolucionária pós-1968, continuaram se adaptando às pressões dos regimes democrático-liberais, mesmo quando as políticas neoliberais se esgotavam.

Ao mesmo tempo em que as pressões eleitoralistas devastavam as fileiras das organizações da esquerda revolucionária, uma nova geração despertou para a luta com simpatia pelo projeto da revolução, mas sofrendo importante influência do anarquismo. Esses dois processos não devem ser compreendidos isoladamente: a degeneração oportunista das organizações da esquerda mundial, em especial do PT brasileiro — incluindo dirigentes de grande parte das correntes internas e mesmo as tendências que reivindicavam o programa da revolução social —, teve conseqüências desmoralizadoras sobre os lutadores da geração formada nos anos oitenta. Isso explica a desconfiança extrema dos ativistas mais jovens, que se inclinam por políticas sectárias. A direitização despuddorada dos velhos dirigentes ajuda a compreender a esquerdização dos novos militantes.

O vocabulário dos esquerdismos contemporâneos é muito variado, mas pouco consistente. Procura inspiração, às vezes, em alguma tradição marxista, especialmente no trotskismo. As pressões da marginalidade social se manifestam em táticas sindicais ultras, que insistem em ações que não correspondem à disposição de luta da massa; políticas ultimatas que ignoram as opiniões predominantes dos trabalhadores; e concepções sectárias que obstaculizam a frente única em torno a campanhas, e qualquer unidade na ação. No Congresso da Conlutas, este repertório de ultra-esquerda se expressou, por exemplo, na defesa que alguns grupos, como a LBI, fizeram da greve geral — quando a construção de campanhas salariais unificadas até no funcionalismo público, já se demonstra um desafio complexo; na recusa insensata, por outros, como a LER, da campanha pela auditoria das dívidas interna e externa — quando a luta para ganhar a maioria da classe trabalhadora contra o pagamento das dívidas é uma batalha ideológica inteiramente por construir, e a auditoria tem uma evidente função educativa de demonstração de que a dívida já foi paga; e, finalmente, na proposta extravagante dos mais entusiasmados, do POM, que influencia a Associação de moradores Oeste de Diadema, de que a Conlutas, um embrião, hoje por hoje, minoritário de uma Central de sindicatos e movimentos populares, se afirmasse como uma organização de tipo soviético, mesmo não havendo ainda uma situação revolucionária no Brasil.

Alguns grupos ultra-esquerdistas, como a LER, nos recordam solenemente que a Conlutas é ainda muito minoritária; que agrupa, sobretudo, sindicatos do funcionalismo público; que a maioria das correntes da esquerda da CUT que estão considerando a ruptura com a central não compareceram ao Congresso. Entretanto, silenciam com toda a modéstia sobre o fato de que suas posições, somadas todas as correntes, não alcançavam sequer 100 delegados, ou seja, menos de 5% dos 2.729 delegados e 235 observadores, eleitos em assembléias freqüentemente maiores do que aquelas que estão elegendo delegados para o Congresso da CUT. Contrariada com a pequena receptividade de suas posições,

uma parcela da ultra-esquerda, em especial a LBI e o POM, se uniu em arrebatados discursos contra o que denunciaram como condução arbitrária da mesa do Congresso. Inconsoláveis com sua incapacidade de se fazer entender, passaram a exigir mais defesas para as suas propostas, fuzilaram o Congresso com sucessivas questões de ordem, e exauriram a paciência dos delegados com histéricas declarações de voto.

A luta pela organização independente é uma luta contra a influência que as idéias burguesas dominantes têm sobre o conjunto da sociedade, portanto sobre os próprios trabalhadores. Os ultimatas não compreendem ou não aceitam que as ações de massas são o terreno da experiência e, por isso, a melhor proposta não é, necessariamente, a mais avançada ou mais esquerdista, mas aquela que mobiliza as massas.

Todas as correntes revolucionárias da história sofreram pressões ultimatas

Um programa é a forma de traduzir a defesa de interesses. A primeira responsabilidade de um agrupamento socialista é procurar expressar a defesa dos interesses dos trabalhadores. Se os trabalhadores ou a juventude, ou qualquer outro segmento social duvida das suas forças, o esforço de uma política marxista é levantar o programa e a palavra de ordem para ação que melhor corresponda aos seus interesses, mas, ao mesmo tempo, que corresponda ao seu estado de espírito e à sua disposição de luta: a proposta mais revolucionária não é aquela “mais à esquerda”, mas aquela que coloca as massas em movimento.

Evidentemente não se deve concluir que tudo que mobiliza é progressivo, e, muito menos, revolucionário. Ao contrário, as massas podem se mobilizar por palavras de ordem reacionárias. A consciência dos trabalhadores oscila sempre como expressão da luta entre as idéias da classe dominante e as lições duras de suas experiências práticas de vida. Só para relembrarmos um exemplo, a mobilização de apoio ao Papa João Paulo II no estádio do Morumbi, no início dos anos oitenta, foi uma mobilização muito popular — Lula fez questão de lembrar que esteve presente nas cerimônias fúnebres do Papa polonês — porém ultra-reacionária e, com razão, a maioria da esquerda brasileira de então não caiu na armadilha. Quando Tancredo faleceu em 1985 ocorreram grandes manifestações em São Paulo e também em Minas (muitos se perguntavam se não teria sido assassinado). As massas comovidas saíram às ruas aos milhares para saudá-lo, mas foram ações dos setores mais atrasados e confusos.

No entanto, um passo em frente na direção da defesa dos interesses dos trabalhadores é uma escola de aprendizagem que supera muitos panfletos. Toda a tática política marxista consiste em descobrir uma via para a mobilização na direção da ruptura anticapitalista. Rosa Luxemburgo lutou toda a sua vida contra as pressões ultimatas, e é uma das ironias amargas da história que tenha sido derrotada pelas posições sectárias no congresso de fundação do KPD: umas das resoluções desse Congresso foi o abstencionismo eleitoral. Rosa tinha sido inimiga histórica do eleitoralismo do SPD, mas não confundia forma e

conteúdo: sabia que a presença em processos eleitorais não era nem um mal, nem um bem em si mesmo, mas uma tática que não podia depender das preferências dos socialistas, mas da experiência concreta de milhões de trabalhadores. Sendo, em geral, politicamente inofensivo em situações de refluxo, a influência do ultra-esquerdismo pode ser nociva em uma situação revolucionária e fatal, diretamente, em uma crise revolucionária, quando toda a sociedade gira à esquerda e a audiência para a política revolucionária aumenta ■

Economia: Estancamento global



GABRIEL
MASSA

A restauração capitalista nos ex-estados operários causou um “boom” de crescimento nos EUA, China, Índia e em outros países, com grandes lucros para as multinacionais na década de noventa, que, no entanto, não se generalizou a toda economia mundial nem se transformou numa nova onda de crescimento de longo prazo da economia imperialista.

Isto se deve, por sua vez, a que, além da restauração capitalista do leste, a queda do stalinismo gerou algo muito mais importante: **a derrota da ordem mundial baseada nos acordos de Yalta e Potsdam entre a URSS e os EUA**. Isto iniciou uma situação de ascensão revolucionária mundial com lutas das massas que, embora não se tenha chegado à tomada do poder pelos trabalhadores, produzem tal situação de instabilidade em nível mundial – e inclusive graves derrotas militares do imperialismo e seus serventes, como a que Israel acaba de sofrer no Líbano – que impede às multinacionais iniciar um processo de investimentos produtivos generalizados em todo mundo, com a incorporação de grandes massas de trabalhadores à produção, e assim lançar uma onda ascendente prolongada da economia mundial.

Como veremos, foi produzida uma combinação de fatores na realidade que não figurava nas hipóteses de ninguém. Salvo, como tantas vezes, nas do velho Trotsky...

Gabriel Massa
é jornalista e
membro da FOS
(Frente Operária
Socialista), da
Argentina

Ondas, ondas, ondas

Em meados dos anos noventa eu concordei com a definição de uma grande quantidade de autores marxistas de que, com a restauração capitalista dos países do Leste, em particular a URSS e a China, o capitalismo havia entrado numa “onda longa ascendente”. Graças ao aumento da exploração direta dos trabalhadores de todo mundo, e em particular dos países do leste, conseguido como resultado da contra-revolução econômica permanente dos anos setenta e oitenta e a restauração capitalista do Leste, o capitalismo entrava supostamente num período prolongado de crescimento com altas taxas de lucro.

Outra alternativa era considerar que se mantinha a crise crônica - ou onda longa descendente - da economia capitalista mundial originada nos anos sessenta.

As crises do sul da Ásia, da Bolsa Nasdaq e da economia americana em seu conjunto no fim dos anos noventa, que rapidamente limitaram o crescimento da economia global a níveis medíocres, demonstraram meu erro de acreditar que estávamos numa onda ascendente, onde as crises seriam breves e pouco importantes e os picos longos e muito elevados.

Então, a realidade é que seguimos no período de crise crônica aberta nos anos sessenta? A restauração capitalista e as conquistas da contra-revolução econômica não mudam nada essencial na economia e no mundo capitalista? Creio que a resposta é outra.

Trotsky define três - não apenas dois - tipos de ondas

Há um erro importante na “teoria das ondas longas” com a qual os trotskistas e outras correntes trabalham há décadas. Ela somente oferece duas alternativas: onda ascendente ou onda descendente.

A teoria das ondas longas de Trotsky, expressada da melhor maneira em seu trabalho de 1923, *“A curva do desenvolvimento capitalista”*, nos oferece uma explicação muito superior.

Referindo-se aos ciclos “curtos e automáticos” da economia capitalista, definidos por Marx, Trotsky diz: *“Os ciclos comerciais e industriais são de diferente caráter em diferentes períodos. A principal diferença entre eles está determinada pelas inter-relações quantitativas entre o período de crise e o de auge de cada ciclo considerado. Se o auge restaura, com um excedente, a destruição ou a austeridade do período precedente, então o desenvolvimento capitalista é ascendente. Se a crise, que significa destruição, ou pelo menos contração das forças produtivas, supera em intensidade o auge correspondente, então obtemos como resultado uma contração da economia. Finalmente, se a crise e o auge são equivalentes em intensidade, temos um equilíbrio temporário – um estancamento – da economia. Este é o esquema em sua forma mais rudimentar. Observamos na história que os ciclos homogêneos estão agrupados em série. Épocas inteiras de desenvolvimento capitalista caracterizam-se pela existência de um certo número de ciclos com auges claramente delineados e crises débeis de curta duração. Como resultado, ob-*

temos um agudo movimento ascendente da curva básica do desenvolvimento capitalista. **Obtemos épocas de estancamento quando esta curva, embora passando por oscilações cíclicas parciais, permanece aproximadamente no mesmo nível durante décadas.** E finalmente, durante certos períodos históricos, a curva básica, embora passando como sempre por oscilações cíclicas, inclina-se para baixo em seu conjunto, assinalando o declínio das forças produtivas. Assim é possível postular, a priori, que as épocas de enérgico desenvolvimento capitalista devem possuir formas – na política, nas leis, na filosofia, na poesia – claramente diferentes daquelas que correspondem às épocas de estancamento ou declínio econômico. **Além disso, uma transição de uma época deste tipo a outra diferente deve produzir necessariamente as maiores convulsões nas relações entre as classes e entre estados.** No Terceiro Congresso Mundial da Internacional Comunista nós insistimos sobre esse ponto na luta contra a concepção puramente mecanicista da atual desintegração capitalista. **Se a substituição periódica de auges “normais” por crises “normais” encontra sua projeção em todas as esferas da vida social, então a transição de uma época inteira de crescimento por outra de declínio, ou vice-versa, produz os maiores distúrbios históricos, e não é difícil demonstrar que em muitos casos as revoluções e guerras situam-se na linha fronteira de duas épocas diferentes de desenvolvimento econômico, por exemplo, a união de dois segmentos diferentes da curva capitalista”** (negritos do autor).

Se concordarmos com o critério de Trotsky, de que as grandes convulsões políticas e sociais mundiais estão associadas ao período de mudança de uma onda longa a outra, devemos perguntar-nos se isto é válido também para a grande explosão da revolução política que levou à queda do muro e da URSS entre o fim dos anos oitenta e início dos noventa e à queda de toda ordem mundial de Yalta e Potsdam. Produziu-se a mudança da onda, ou o critério de Trotsky está equivocado e continuamos na crise crônica – ou onda longa descendente - iniciada nos anos sessenta?

Minha resposta é que a combinação da queda da ordem de Yalta e Potsdam e o descontrole e o ascenso revolucionário mundial impulsionados por ela, com a restauração capitalista no leste, a continuidade da contra-revolução econômica permanente e a ofensiva recolonizadora do imperialismo, deram nascimento a uma nova onda longa do tipo que Trotsky define como de estancamento.

O que se viu na economia mundial e dos EUA entre o auge dos anos noventa, o declínio do início desta década e o novo auge a partir de 2002, é que foram movimentos de alta e baixa relativamente equilibrados. O que coincide com o critério assinalado por Trotsky para as ondas de estancamento. Mas para uma comprovação é necessário mais que um ciclo curto de dez anos.

Creio que há outros indicadores fundamentais que podem ajudar-nos a entender a situação.

Investimento, emprego e ondas longas

Sabemos que o que move os capitalistas é o objetivo de aumentar ou, pelo menos, evitar que seus lucros caiam. As distintas formas pelas quais os patrões

tratam de aumentar suas taxas de lucro – contrabalançando os fatores de crise e a queda tendencial da taxa de lucro – são um indicador decisivo do sinal das ondas longas capitalistas.

Uma das características fundamentais da onda ascendente do pós-guerra foi o investimento em grandes fábricas produtivas e a incorporação de grandes massas de novos trabalhadores à indústria e outros setores. O pacto contra-revolucionário entre o imperialismo e a burocracia stalinista dava garantias de estabilidade aos grandes empresários, que por isso se sentiam seguros para construir fábricas em todo mundo imperialista e colonial. Isto gerou processos muito importantes de industrialização na Europa ocidental e em países do mundo colonial como o Brasil, Coréia do Sul e outros, revertendo a imensa destruição de valor produzida durante a guerra.

Sobre esta base, centenas de milhares de trabalhadores dos países imperialistas e de algumas semicolônias privilegiadas conseguiram grandes melhorias em seu nível de vida. Tudo isso refletia a confiança dos empresários em investir e contratar mais trabalhadores para obter grandes lucros.

Em troca, a onda descendente – crise crônica – iniciada no final da década de 1960 esteve claramente marcada pelas características fundamentais das crises capitalistas, que se sintetizam na alta composição orgânica herdada do passado (da onda ascendente) e na necessidade da **destruição massiva de valor**. Havia enormes massas de capital sem lugar para investir com bons lucros. A regra dessas décadas foi o fechamento de grandes fábricas e as demissões em massa. Cresceram a especulação financeira e mecanismos de exploração dos países do mundo colonial como a dívida externa, não baseados no investimento e na produção, mas sim no crédito.

Isto se combinou com a incorporação de novas tecnologias racionalizadoras, em particular as de informática, que permitiram explorar muito mais aos trabalhadores empregados. O que preparou o terreno para que se desse um salto do que os capitalistas chamam “produtividade ou rendimento do trabalho” na década de noventa: a quantidade de unidades de qualquer produto que se tome como referência por hora trabalhada. Tal taxa deu um salto nos Estados Unidos, de um valor médio de 1,2 % nas décadas anteriores para um crescimento anual da taxa de produtividade maior que 2 % na década de 1990.

Em qualquer parte do mundo os trabalhadores e os povos conhecem na própria carne a origem desse salto: redução de pessoal com aumento brutal dos ritmos de produção, liquidação de conquistas, flexibilização do trabalho e incorporação crescente da informática e outras tecnologias, não em função de aliviar a carga de trabalho dos operários, mas de espremer-lhes até a última gota de mais-valia.

A partir da segunda metade da década de noventa e o início desta, o crescimento explosivo dos investimentos na nova indústria chinesa e nos setores de serviços da Índia são tomados pelo imperialismo como exemplos de que se voltou aos bons tempos graças à restauração capitalista.

Vejamos qual é a realidade. Segundo dados da ONU, entre 2003 e 2004, por exemplo, o emprego na Ásia do Pacífico aumentou apenas 1,6 %, 25 mi-

lhões de postos de trabalho, em comparação com o forte crescimento econômico de mais de 7 %. E hoje está claro que, apesar do grande crescimento da região na última década, os investimentos e os novos postos de trabalho criados não conseguem recuperar o nível de emprego dos tempos da onda ascendente da economia capitalista do pós-guerra.

Uma nota da agência de notícias IPS, de 23 de setembro de 2005, intitulada **“Metas do milênio-Ásia: a corrupção é o pior obstáculo”**, de Marwaan Macan-Markar dizia: *“China e Índia, os gigantes cujos registros determinam o êxito ou o fracasso coletivo da região, mostram a história de contradições que caracteriza a luta do continente asiático para conseguir os Objetivos do Milênio. Enquanto ambos os países registraram um crescimento econômico impressionante na última década, que contribuiu para tirar milhões da pobreza, imensas quantidades de pessoas seguem vivendo na pobreza extrema, condição que, segundo o Banco Mundial e outros organismos, significa viver com menos de um dólar por dia. De acordo com o Banco Asiático de Desenvolvimento, há 621 milhões de pessoas, ou quase 20 % da população da região, que sobrevivem com renda menor que essa. Dessa quantidade, 327 milhões vivem na Índia, 173 milhões na China e outros 77 milhões no resto da Ásia meridional. A desnutrição infantil é muito alta, com quase 47 % de crianças do sul asiático condenadas a esse destino, enquanto no sudeste asiático os menores desnutridos constituem 29 % do total. Em contraste, a África subsaariana, muito menos desenvolvida economicamente que a Ásia do Pacífico, tem 31 % de crianças desnutridas.”*

Evidentemente que estas cifras não são representativas da situação dos países imperialistas. Mas servem para ver que o que se apresenta como o maior milagre capitalista do momento, China, Índia e sua região, apesar de seu acelerado crescimento, não mostra um quadro qualitativamente distinto ao da região mais pobre do planeta, a África subsaariana.

Em síntese

O objetivo central dos capitalistas é aumentar de forma permanente sua taxa de lucro ou pelo menos evitar sua queda. Na onda ascendente do pós-guerra eles apoiaram-se fundamentalmente em grandes investimentos produtivos e na incorporação massiva de trabalhadores à exploração.

Na onda descendente, ou crise crônica, o instrumento foi sempre a contra-revolução econômica permanente, a destruição de conquistas, a flexibilização, a precariedade do trabalho, o saque pela dívida e de recursos naturais, as privatizações.

Hoje vemos, sem dúvida, uma dupla combinação: aumento de investimentos e do emprego - que não consegue recuperar as antigas taxas da onda ascendente, mas se mantém em equilíbrio com os fatores destrutivos do valor - com a continuidade da ofensiva imperialista saqueadora, precarizadora e flexibilizadora em todo o mundo.

A conclusão é, para mim, que **estamos vivendo uma onda longa de estancamento**. O capitalismo saiu da crise crônica mas não consegue relançar uma onda ascendente.

Militarismo global

Ao lado destes fatores, há outra característica fundamental do imperialismo que acompanha a curva de desenvolvimento capitalista. O imperialismo produziu o desenvolvimento mais colossal das forças de destruição. A destruição do valor nas crises como precondição para o lançamento de novas ondas ascendentes adquiriu expressão apocalíptica na Primeira e em particular na Segunda Guerra Mundial, com a bomba atômica e o genocídio nazista. No segundo pós-guerra, os EUA impuseram a corrida armamentista à URSS, fato que se manteve tanto na onda ascendente quanto na descendente. Hoje isto está claramente visível na política de guerra preventiva permanente de Bush e seus aliados.

Esta característica imperialista do desenvolvimento das forças destrutivas responde em primeiro lugar à tendência da destruição de valor como mecanismo de relançamento da economia para superar a crise. As bombas são fabricadas para a destruição. E o valor criado pelo trabalho incorporado nelas desaparece com sua explosão.

Mas o militarismo tem outras três funções fundamentais. Uma delas, obviamente, é derrotar os povos que resistem ao saque imperialista, como no Iraque e no Líbano.

Outra função chave, que caminha junto com a anterior, é subordinar a população, e em especial a classe operária, dos países centrais aos projetos imperialistas. Assim, Bush utilizou os ataques de 11 de setembro de 2002 para superar a chamada “síndrome do Vietnam”: o povo norte-americano se opunha às grandes ações armadas dos EUA desde a derrota naquele país asiático, em 1975. Bush aproveitou e promoveu habilmente o sentimento de medo e a rejeição ao terrorismo para obter apoio às suas agressões militares. E conseguiu a cumplicidade de um setor da aristocracia operária norte-americana, que tem acesso a empregos estáveis e com altos salários na indústria militar, na qual se aplicam centenas de bilhões de dólares anuais.

E aqui aparece a função restante: esse investimento multimilionário em meios de destruição em massa se transformou num recurso importantíssimo para sustentar o crescimento econômico. Não vou estender-me em argumentos nesse sentido. Basta dizer que, direta ou indiretamente, a indústria de guerra representa 15 % da economia ianque. Através do investimento de centenas de bilhões de dólares do estado norte-americano e dos contratos para a “reconstrução” do Iraque, empresas multinacionais realizam lucros monumentais. Um exemplo chave: desde o início da guerra do Iraque, a Boeing, grande fábrica de aviões dos EUA, saiu da crise que se arrastava há uma década, graças aos contratos para construir bombardeiros.

O mais importante é entender que o “militarismo global” de Bush, como expressão do desenvolvimento das forças destrutivas, está completamente integrado às condições de existência histórica e atual do imperialismo em geral e dos EUA em particular. Aparece em todas as ondas longas que têm ocorrido desde a Primeira Guerra Mundial, com um peso crescente na economia mundial (embora haja variação nas formas). Na prosperidade, queda ou estancamento, o imperialismo é sempre assassino.

Perspectiva

Para relançar uma onda ascendente da economia mundial, o imperialismo necessita infligir uma derrota decisiva às massas e impor uma nova ordem como a de Yalta e Potsdam. O pântano em que os EUA se meteram no Iraque e a recente derrota de Israel no Líbano demonstram que isso não está à vista. Por sua vez, as massas estão num grande ascenso revolucionário, mas a falta de uma direção revolucionária parece não ter uma solução em curto prazo.

O mais provável é que os fatores que determinam a existência da onda longa de estancamento se prolonguem no tempo, e que a economia mundial, atravessando momentos de crescimento e outros de queda e estancamento, mantenha um nível similar ao atual.

Isto significa que se deve esperar décadas até a próxima mudança da onda para que esteja colocada a luta pelo poder? De nenhum modo. A atual onda de estancamento está cheia de guerras, crises e revoluções. Não se pode descartar que neste caminho os revolucionários consigam dirigir as massas de algum país até a tomada do poder. E que desde ali impulsionemos a revolução mundial até derrotar o imperialismo muito antes que se esgote a onda de estancamento. O velho Marx dizia: *“Os filósofos se limitaram a interpretar o mundo de distintos modos; do que se trata é transformá-lo”*. A LIT-QI trabalha pela construção da direção revolucionária para a tomada do poder onde as circunstâncias ofereçam a possibilidade de transformar o mundo e acabar com as ondas longas de exploração capitalista e o militarismo imperialista genocida para sempre ■

A teoria do valor e as ondas longas

GABRIEL
MASSA

Os distintos níveis de análise da sociedade - a infraestrutura, isto é, a exploração da natureza pelo homem utilizando as ferramentas e máquinas; a estrutura, isto é, as relações entre as classes sociais acerca da propriedade dos meios de produção e troca; e a superestrutura, isto é, as instituições e ideologias referentes a elas - giram, para o marxismo, em torno de uma coluna central: **o homem**. Poderíamos dizer que, no capitalismo, a incorporação massiva de novos trabalhadores à produção em projetos de longo prazo é indicativo de uma onda ascendente e a expulsão de mão de obra e o aumento do desemprego por grandes períodos é indicativo de uma onda de declínio.

Na teoria marxista do valor este conteúdo humanista se expressa em suas premissas iniciais: **somente o trabalho humano cria valor e o valor dos produtos está dado pelo trabalho humano incorporado neles**. Este valor é medido pela **quantidade de tempo de trabalho (simples ou composto) incorporado a qualquer produto**. Pelo que se conclui que **a criação de um valor maior é resultado do emprego de mais trabalho humano**. E que isto pode ser conseguido **com mais horas de trabalho e aproveitamento do esforço dos que já estão empregados ou com a incorporação de mais trabalhadores à força de trabalho**.

O trabalho dos operários divide-se em duas partes. Há uma primeira parte que o marxismo chama de **trabalho necessário**, que cobre as necessidades dos operários e sua família. O que supera esse mínimo necessário é o **trabalho excedente**. A diferença entre o valor total produzido pelos trabalhadores com seu trabalho e a parte desse valor que fica com eles é o que se chama **mais-valia**.

A mais-valia é apropriada pelo patrão graças ao seu controle dos meios de produção e troca e por isso os trabalhadores são obrigados a trabalhar para ele. Para realizar materialmente a mais-valia, o patrão tem que vender a produção, e o dinheiro recebido é dividido numa parte para os trabalhadores, na forma de **salários** (que não cobrem todo o valor gerado pelo trabalho, mas apenas o que corresponde ao trabalho necessário), com outra parte paga os **investimentos** em matérias primas, instalações, máquinas e custos financeiros e, finalmente, para ele fica o **lucro**. O objetivo de todo patrão é, obviamente, aumentar permanentemente sua **taxa de lucros**, isto é, a parcela do valor criado pelos trabalhadores que fica com ele ao término de todo esse ciclo.

A crise e a “composição orgânica do capital”

Os capitalistas concorrem entre si no mercado. Para superarem uns aos outros, têm que investir cada vez mais em tecnologia e maquinaria, que reduzem os custos e melhoram a qualidade.

A relação entre o que o empresário investe em matéria prima, tecnologia e maquinaria, chamado capital constante e o capital total, isto é, incluindo o que gasta em salários, chamado capital variável, é o que Marx denomina **composição orgânica do capital** (a fórmula matemática com a qual Marx expressa esta relação é $C/(C+V)$, isto é, capital constante dividido pela soma do capital constante e o variável).

As máquinas e a tecnologia não produzem valor novo. Este é feito apenas pelo trabalho humano. Portanto, quanto mais peso tiver o investimento em instalações, tecnologia e maquinaria na composição orgânica – coisa imprescindível para competir – e menos peso tiver o trabalho representado pela massa salarial, menos valor novo e menos mais-valia serão produzidos. Chega um ponto (diferente para cada país e cada indústria, setor e empresa), em que a composição orgânica do capital é tão alta que os lucros tendem a desaparecer. Então os capitalistas deixam de investir e vem a crise. Há demissões em massa e fechamento de fábricas. Até que a destruição de valor por esta via leve a um patamar a partir do qual os capitalistas encontrem ramos nos quais voltem a investir com lucros altos.

Isto funciona automaticamente nos ciclos curtos (de aproximadamente dez anos) do capitalismo, nos quais se sucedem momentos de auge, estancamento e declínio ou crise. Mas, como disse Trotsky em *“A curva do desenvolvimento capitalista”*, no interior desses ciclos pode variar a extensão e a profundidade relativa dos períodos de auge, estancamento ou declínio.

Esta variação depende em parte de fatores técnicos internos à própria economia capitalista.

Mas, na escala de uma onda longa, a luta de classes tem uma incidência decisiva sobre os períodos de auge, estancamento ou declínio que pesarão mais.

Por exemplo, se num período de declínio os operários resistirem fortemente ao fechamento de fábricas e demissões em massa, estarão limitando a destruição de valor que o capitalismo necessita para relançar o crescimento com lucro e investimento em alta. Se, a partir dessa resistência à “destruição de valor”, os trabalhadores se elevarem a uma etapa revolucionária mundial com triunfos históricos (como a destruição do stalinismo e da ordem de Yalta e Potsdam), impedirão o lançamento de uma onda longa de crescimento pela burguesia. Se, apesar disso, a burguesia conseguir triunfos político-econômicos parciais, mas fundamentais (como a restauração capitalista), se dá uma saída intermediária na economia, uma onda longa de estancamento, como a que estamos vivendo hoje ■

A atitude do partido operário diante a religião



V. I. LENIN

O discurso do deputado Surkov na Duma do Estado durante o debate sobre o orçamento da Igreja, e a discussão em nossa minoria da Duma, ao examinar o projeto desse discurso — que publicamos a seguir —, levantaram um problema de enorme importância e atualidade. Não resta dúvida de que o interesse por tudo o que diz respeito à religião envolve agora amplos setores da “sociedade” e penetra nas fileiras dos intelectuais que estão próximos do movimento operário e em certos meios operários. A social-democracia* tem o dever inquestionável de esclarecer sua atitude diante da religião.

A social-democracia assenta toda a sua concepção do mundo no socialismo científico, ou seja, no marxismo. A base filosófica do marxismo, como disseram várias vezes Marx e Engels, é o materialismo dialético, que assumiu plenamente as tradições históricas do materialismo do século XVIII na

* Lênin refere-se ao Partido Social-democrata russo, que depois deu origem ao Partido Bolchevique — N.T.

Este texto foi escrito em 1909 e publicado pela primeira vez em *Proletari*, número 45, de 13 (26) de maio de 1909.

França e o de Feuerbach (primeira metade do século XIX) na Alemanha, do materialismo incondicionalmente ateu e decididamente hostil a toda religião. Recordemos que o livro *Anti-Dühring*, de Engels, que Marx leu ainda manuscrito, acusa o materialista e ateu Dühring de ser inconseqüente em seu materialismo e de haver deixado brechas para a religião e a filosofia religiosa. Recordemos que em sua obra sobre Ludwig Feuerbach, Engels o acusa de haver lutado contra a religião, mas não para destruí-la e sim para renová-la, para criar uma religião nova, “sublime” etc. A religião é o ópio do povo ¹. Esta frase de Marx é a pedra angular de toda a concepção marxista da questão religiosa. O marxismo considera sempre que todas as religiões e igrejas modernas, todas e cada uma das organizações religiosas, são órgãos da reação burguesa a serviço da defesa da exploração e do embrutecimento da classe operária.

No entanto, Engels também condenou as tentativas daqueles que, para serem “mais esquerdistas” ou “mais revolucionários” que a social-democracia, pretendiam introduzir no programa do partido operário o reconhecimento categórico do ateísmo como uma declaração de guerra à religião. Em 1874, ao referir-se ao famoso manifesto dos *comuneros blanquistas* emigrados em Londres, Engels chamava de estupidez sua histérica declaração de guerra contra a religião, afirmando que essa atitude era o melhor meio de despertar o interesse pela religião e dificultar sua verdadeira extinção. Engels acusava os *blanquistas* de serem incapazes de compreender que só a luta de classe das massas operárias, ao atrair amplamente os grandes setores do proletariado para uma prática social consciente e revolucionária, será capaz de livrar verdadeiramente as massas oprimidas do jugo da religião, enquanto que declarar como missão política do partido operário a guerra contra a religião é uma frase anarquista.² E em 1877, ao condenar sem piedade, no *Anti-Dühring*, as mais ínfimas concessões do filósofo Dühring ao idealismo e à religião, Engels condenava com não menos energia sua idéia pseudo-revolucionária sobre a proibição da religião na sociedade socialista. Declarar semelhante guerra à religião, dizia Engels, significaria “ser mais bismarckista que Bismarck”, ou seja, repetir a estupidez de sua luta contra os clérigos (a famosa “luta pela cultura”, *Kulturkampf*, ou seja, a luta mantida por Bismarck na década de 1870 contra o Partido Católico Alemão, o partido do “Centro”, mediante perseguições policiais ao catolicismo.³ A única coisa que Bismarck conseguiu com essa luta foi fortalecer o clericalismo militante dos católicos e prejudicar a causa da verdadeira cultura, pois colocou em primeiro plano as divisões religiosas ao invés das divisões políticas, distraíndo assim a atenção de alguns setores da classe operária e da democracia das tarefas essenciais da luta de classe e revolucionária para orientá-los para o anticlericalismo burguês mais superficial e enganoso. Ao acusar Dühring, que pretendia aparecer como ultra-revolucionário, de querer repetir de outra forma a mesma estupidez de Bismarck, Engels requeria do partido operário que soubesse trabalhar com paciência para organizar e esclarecer o proletariado, para realizar uma obra que conduz à extinção da religião, e não lançar-se à aventura de uma guerra política contra a religião.⁴

1 Ver K. Marx, “Introdução à crítica da filosofia do direito de Hegel”. (K. Marx e F. Engels, Obras Completas, vol.1.

2 Ver F. Engels, “A literatura de emigrado”. (K. Marx e F. Engels, Obras Completas, vol. XVIII.)

3 Refere-se a *Kulturkampf* (“Luta pela cultura”) que era como os burgueses liberais chamavam o conjunto de medidas legais adotadas na década de 70 do século XIX, pelo governo de Bismarck sob o rótulo de luta por uma cultura laica e com vistas a opor-se à igreja católica e ao partido do “Centro”, que davam apoio às tendências separatistas dos latifundiários e da burguesia dos pequenos e médios Estados do sudoeste da Alemanha. A política de Bismarck também visava a desviar da luta de classes uma parte da classe operária mediante a incitação ao fanatismo religioso. Na década de 80, a fim de unir as forças reacionárias, Bismarck aboliu grande parte dessas medidas.

4 Ver F. Engels, *Anti-Dühring*, terceira parte; O Estado, a família e a educação.

Este ponto de vista penetrou na social-democracia alemã, que se manifestou, por exemplo, a favor da liberdade de ação dos jesuítas, a favor de sua admissão na Alemanha e da abolição de todas as medidas de perseguição policial contra uma ou outra religião. “Declarar a religião um assunto privado”: este famoso ponto do Programa de Erfurt⁵ (1891) embasou essa tática política da social-democracia. Essa tática já se tornou rotina, chegou a criar uma nova distorção do marxismo no sentido contrário, no sentido oportunista. A tese do Programa de Erfurt começou a ser interpretada no sentido de que nós, os social-democratas, nosso Partido, considera a religião um assunto privado; que para nós, como social-democratas, como Partido, a religião é um assunto privado. Sem polemizar diretamente com esse ponto de vista oportunista, Engels achou necessário combatê-lo com energia, não de forma polêmica, mas de modo positivo. Ou seja: Engels o fez mediante uma declaração em que ressaltava que a social-democracia considera a religião como um assunto privado em relação ao Estado, mas de modo algum com relação a si mesma, com relação ao marxismo, com relação ao partido operário.⁶

Essa é a história externa das manifestações de Marx e Engels sobre a religião. Para quem enfoca com negligência o marxismo, para quem não sabe ou não quer meditar, essa história é um acúmulo de contradições absurdas e vaivéns do marxismo: uma espécie de amálgama de ateísmo “conseqüente” e “condescendências” para com a religião, vacilações “carentes de princípios” entre a guerra revolucionária contra Deus e a aspiração covarde de “adaptar-se” aos operários crentes, o medo de espantá-los etc., etc. Nas publicações dos charlatões anarquistas é possível encontrar vários ataques dessa índole ao marxismo.

Mas quem é capaz de focar com um mínimo de seriedade o marxismo, de se aprofundar em suas bases filosóficas e na experiência da social-democracia internacional, verá com facilidade que a tática do marxismo diante da religião é profundamente conseqüente e que Marx e Engels pensaram bem; verá que o que os diletantes ou ignorantes consideram vacilações é uma conclusão direta e inquestionável do materialismo dialético. Seria um erro crasso pensar que a aparente “moderação” do marxismo diante da religião se explica por simples razões “táticas”, pelo desejo de “não espantar” etc. Pelo contrário: a linha política do marxismo está indissoluvelmente ligada a seus princípios filosóficos também nesta questão.

Marxismo é materialismo. Por essa razão, o marxismo é um inimigo tão implacável da religião quanto o materialismo dos enciclopedistas do século XVIII⁷ ou o materialismo de Feuerbach. Isso é inquestionável. Mas o materialismo dialético de Marx e Engels vai mais longe que os enciclopedistas e Feuerbach ao aplicar a filosofia materialista à história e às ciências sociais. Devemos lutar contra a religião. Esse é o ABC de todo materialismo e, portanto, do marxismo. Mas o marxismo não é um materialismo que se detém no ABC. O marxismo vai mais longe. Afirma: é preciso saber lutar contra a religião, e para isso é necessário explicar, do ponto de vista materialista, as origens da fé e da religião entre as massas. A luta contra a religião

5 O Programa de Erfurt, da social-democracia alemã, foi aprovado em outubro de 1891 no congresso de Erfurt para substituir o Programa de Gotha de 1875, e representou um passo adiante em relação a este último porque nele se repudiava as exigências lassalleanas. No entanto, também continha graves erros; não tratava da teoria da ditadura do proletariado, das exigências de derrubar a monarquia e fundar a república democrática. Em junho de 1891, Engels criticou o projeto desse programa. (K. Marx e F. Engels, “A crítica do projeto de programa do Partido Social-democrata de 1891”, Obras Completas, vol. XXII.)

6 Refere-se à “Introdução” de F. Engels ao folheto de K. Marx *A guerra civil na França*, 3ª edição alemã.

não pode se limitar nem se reduzir à pregação ideológica abstrata; é preciso vincular essa luta à atividade prática concreta do movimento de massas, que tende a eliminar as raízes sociais da religião. Por que a religião persiste entre os setores atrasados do proletariado urbano, entre as vastas camadas semi-proletárias e entre a massa camponesa? Pela ignorância do povo, respondem o burguês progressista, o radical ou o burguês materialista. Portanto, abaixo a religião e viva o ateísmo!, a difusão das concepções ateístas é nossa principal tarefa. O marxista diz: não é assim. Essa posição é uma ficção cultural superficial, burguesa, limitada. Essa opinião não é profunda e não explica as raízes da religião de um modo materialista, e sim, idealista. Nos países capitalistas contemporâneos, essas raízes são, principalmente, sociais. A raiz mais profunda da religião em nossos tempos é a opressão social das massas trabalhadoras, sua aparente impotência total frente às forças cegas do capitalismo, que a cada dia e a cada hora causa aos trabalhadores sofrimentos e martírios mil vezes mais terríveis e selvagens que qualquer acontecimento extraordinário, como as guerras e os terremotos. “O medo criou os deuses”. O medo à força cega do capital — cega porque não pode ser prevista pelas massas do povo —, que a cada passo ameaça o proletário ou o pequeno proprietário com a perda, a ruína “inesperada”, “repentina”, “casual”, transformando-o em mendigo, em indigente, lançando-o à prostituição, à morte pela fome: eis aqui a raiz da religião contemporânea que o materialista deve levar em conta antes, se não quiser morrer como aprendiz de materialista. Nenhum folheto educativo será capaz de arrancar a religião do seio das massas oprimidas enquanto as massas não aprenderem a lutar unidas e organizadas, de modo sistemático e consciente, contra as raízes da religião, contra o domínio do capital em todas as suas formas.

Então, a conclusão disso tudo é que o folheto educativo anti-religioso é nocivo ou supérfluo? Não. A conclusão é bem diferente. A conclusão é que a propaganda atéia da social-democracia deve estar subordinada à sua tarefa fundamental: o fortalecimento da luta de classes das massas exploradas contra os exploradores.

Quem não tenha refletido sobre os princípios do materialismo dialético, ou seja, da filosofia de Marx e Engels, talvez não compreenda (ou, pelo menos, não compreenda de imediato) esta tese. Perguntará: como é possível subordinar a propaganda ideológica, a pregação de certas idéias, a luta contra um inimigo da cultura e do progresso que persiste há milhares de anos (ou seja, contra a religião) à luta de classes, à luta por objetivos práticos determinados no terreno econômico e político?

Esta objeção está entre as que são feitas diariamente contra o marxismo e testemunha a total incompreensão da dialética de Marx. A contradição que lança na perplexidade aqueles que pensam assim é uma contradição real da própria vida, uma contradição dialética e não verbal ou inventada. Separar com uma barreira absoluta, intransponível, a propaganda teórica do ateísmo, a destruição das crenças religiosas entre certos setores do proletariado, e o êxito, a marcha, as condições da luta de classes desses setores significa pensar de modo não-dialético, converter em barreira absoluta o que é ape-

7 Enciclopedistas: grupo de ideólogo-civilizadores franceses do século XVIII, que se uniram para publicar a *Encyclopédie ou dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers* (1751-1780) e por isso se denominam assim. Seu organizador e editor chefe foi Denis Diderot. Os enciclopedistas estavam categoricamente contra a igreja católica, a escolástica e o privilégio do sistema feudal, e desempenharam um papel nada insignificante na preparação ideológica da revolução burguesa na França de fins do século XVIII.



nas uma barreira móvel e relativa; significa desvincular, por meio da violência, o que está indissolúvelmente ligado na vida real. Vejamos um exemplo. O proletariado de determinada região e de determinado ramo industrial se divide, suponhamos, em um setor avançado de social-democratas bastante conscientes — que, naturalmente, são ateus — e em outro setor de operários bastante atrasados, ainda vinculados ao campo e aos camponeses, que acreditam em Deus, freqüentam a igreja e inclusive estão sob a influência direta do padre local, que cria uma organização operária cristã. Suponhamos, também, que a luta econômica nessa localidade tenha levado à greve. O marxista tem o dever de colocar em primeiro plano a vitória do movimento grevista, de opor-se decididamente à divisão dos operários entre ateus e cristãos e de combater essa divisão. Nessas condições, a pregação ateísta pode ser supérflua e nociva, não do ponto de vista das considerações dos filisteus de que não se deve espantar os setores atrasados ou perder votos nas eleições, mas do ponto de vista do progresso efetivo da luta de classes que, nas circunstâncias da sociedade capitalista moderna, levará os operários cristãos à social-democracia e ao ateísmo cem vezes melhor que a mera propaganda atéia. Nesse momento e nessa situação, o pregador do ateísmo só favoreceria o padre e os padres, que só querem substituir a divisão dos operários segundo sua intervenção no movimento grevista pela divisão em crentes e ateus. O anarquista, ao pregar a guerra contra Deus a todo custo, ajuda, de fato, os padres e a burguesia (da mesma forma que os anarquistas sempre ajudam, de fato, a burguesia). O marxista deve ser materialista, ou seja, inimigo da religião; mas deve ser um materialista dialético, ou seja, não deve colocar a luta contra a religião no terreno abstrato, puramente teórico, de pregação sempre igual, mas de modo concreto, sobre a base da luta de classes que se trava de fato e que educa as massas melhor do que tudo. O marxista deve saber levar em conta toda a situação concreta, encontrando sempre o limite entre o anarquismo e o oportunismo (esse limite é relativo, móvel, variável, mas existe), e não cair no “revolucionarismo” abstrato, verbal e, na verdade, vazio do anarquista, nem no oportunismo do pequeno-burguês ou do intelectual liberal, que teme a luta contra a religião, esquece essa tarefa, se resigna com a fé em Deus e não se orienta pelos interesses da luta de classes, e sim pelo mesquinho e mísero cálculo de não ofender, não afastar ou assustar, prendendo-se à máxima ultra-sábia de “vive e deixa viver” etc., etc.

Desse ponto de vista, é preciso resolver todas as questões parciais relativas à atitude da social-democracia diante da religião. Por exemplo, pergunta-se com freqüência se um sacerdote pode ser membro do Partido Social-democrata e, em geral, responde-se de modo afirmativo incondicional, invocando a experiência dos partidos social-democratas europeus. Mas essa experiência não é fruto apenas da aplicação da doutrina marxista ao movimento operário, e sim também das condições históricas especiais do Ocidente, que não existem na Rússia (mais adiante falaremos delas); de modo que a resposta afirmativa incondicional é, nesse caso, errônea. Não se pode declarar de uma vez para sempre e para todas as situações que os sacerdo-

tes não podem ser membros do Partido Social-democrata, mas tampouco se pode estabelecer de uma vez para sempre a regra contrária. Se um sacerdote vem até nós para realizar uma ação política conjunta e cumpre com probidade o trabalho do partido, sem combater seu programa, podemos admiti-lo nas fileiras social-democratas: nessas condições, a contradição entre o espírito e os princípios de nosso programa, por um lado, e as convicções religiosas do sacerdote, por outro, poderia continuar sendo uma contradição pessoal sua, que só afeta a ele, já que uma organização política não pode investigar seus militantes para saber se não existe contradição entre suas concepções e o programa do partido. Mas é claro que um caso como esse poderia ser uma exceção inclusive na Europa, mas na Rússia já é muito pouco provável. E se, por exemplo, um sacerdote entrasse no Partido Social-democrata e começasse a fazer, como ação principal e quase única, a pregação ativa das concepções religiosas, o partido, sem dúvida teria que expulsá-lo de suas fileiras. Devemos não só admitir, mas atrair sem falta para o Partido Social-democrata todos os operários que conservam a fé em Deus; nos opomos categoricamente a que se faça qualquer tipo de ofensa a suas crenças religiosas, mas os atraímos para educá-los no espírito de nosso programa e não para que lutem ativamente contra ele. Admitimos dentro do partido a liberdade de opinião, mas até certo limite, determinado pela liberdade de organização: não somos obrigados a marchar ombro a ombro com os defensores ativos de opiniões que sejam repudiadas pela maioria do partido.

Outro exemplo. Podemos condenar por igual, em todas as circunstâncias, os militantes do Partido Social-democrata por declarar “o socialismo é minha religião” e defender opiniões de acordo com essa declaração? Não. O desvio do marxismo (e, em conseqüência, do socialismo), neste caso, é claro; mas a importância desse desvio, seu peso específico, por assim dizer, pode ser diferente em diferentes circunstâncias. Uma coisa é quando o agitador, ou a pessoa que intervém diante das massas operárias, fala assim para que o compreendam melhor, para começar sua explanação ou apresentar com maior clareza seus conceitos nos termos mais populares entre uma massa pouco culta. Mas outra coisa é quando um escritor começa a pregar a “construção de Deus”⁸ ou o socialismo dos construtores de Deus (no espírito, por exemplo, de nossos Lunacharski e Cia.). Na mesma medida em que, no primeiro caso, a condenação seria injusta e inclusive uma limitação inadequada da liberdade do agitador, da liberdade de influência “pedagógica”, no segundo caso, a condenação por parte do partido é indispensável e obrigatória. Para uns, a tese de que “o socialismo é uma religião” é uma forma de passar da religião ao socialismo; para outros, do socialismo à religião.

Vejam agora as condições que deram origem, no Ocidente, à interpretação oportunista da tese “declarar a religião como assunto privado”. Nisso influíram, naturalmente, as causas comuns que dão origem ao oportunismo em geral, como sacrifício dos interesses fundamentais do movimento operário em prol das vantagens momentâneas. O partido do proletariado exige do Estado que declare a religião um assunto privado; mas

8 Construção de Deus: corrente religioso-filosófica hostil ao marxismo, aparecida no período da reação stolipiniana entre uma parte dos intelectuais do Partido, que se desviaram do marxismo depois da derrota da revolução de 1905-1907. Os construtores de Deus (Lunacharski, Bazárov e outros) pregavam a criação de uma religião nova, “socialista”, tentavam reconciliar o marxismo com a religião. Em uma época, Máximo Gorki se uniu a eles. A reunião da redação ampliada do *Proletari* condenou essa corrente e em uma resolução especial declarou que a fração bolchevique não tinha nada em comum “com tal desvio do socialismo científico”.

não considera, absolutamente, “assunto privado” a luta contra o ópio do povo, a luta contra as superstições religiosas etc. Os oportunistas distorcem a questão, como se o Partido Social-democrata considerasse a religião um assunto privado!

Mas, além da habitual deformação oportunista (não explicada em absoluto durante os debates que nossa minoria manteve na Duma ao analisar a questão da religião), existem condições históricas especiais que suscitaram, se me permitem a expressão, a excessiva indiferença atual dos social-democratas europeus diante da questão religiosa. São condições de dois gêneros. Primeiro, a tarefa da luta contra a religião é historicamente uma tarefa da burguesia revolucionária, e a democracia burguesa do Ocidente, na época de suas revoluções ou de seus ataques ao feudalismo e ao espírito medieval, a cumpriu (ou cumpria) de forma considerável. Tanto na França como na Alemanha existe a tradição da guerra burguesa contra a religião, guerra iniciada muito antes de aparecer o socialismo (os enciclopedistas, Feuerbach). Na Rússia, de acordo com as condições de nossa revolução democrático-burguesa, também esta tarefa recai quase inteiramente sobre os ombros da classe operária. Em nosso país, a democracia pequeno-burguesa (populista) não fez muito a respeito (como crêem os *kadetes centurionegrístas* de novo tipo ou os *centurionegrístas kadetes* de Veji⁹); de fato, fez muito pouco em comparação com a Europa.

Por outro lado, a tradição da guerra burguesa contra a religião criou na Europa uma deformação especificamente burguesa dessa guerra por parte do anarquismo que, como explicaram os marxistas várias vezes, se situa no terreno da concepção burguesa do mundo, apesar de toda a “fúria” de seus ataques à burguesia. Os anarquistas e os blanquistas nos países latinos, Most (que, aliás, foi discípulo de Dühring) e Cia. na Alemanha e os anarquistas da década de 80 na Áustria levaram ao extremo o discurso revolucionário em sua luta contra a religião. Não é de estranhar que, agora, os social-democratas europeus caiam no extremo oposto dos anarquistas. Isso é compreensível e, até certo ponto, legítimo; mas nós, os social-democratas russos, não podemos esquecer as condições históricas especiais do Ocidente.

Segundo, no Ocidente, depois das revoluções burguesas nacionais, depois de haver sido implantada a liberdade de consciência mais ou menos completa, a questão da luta democrática contra a religião ficou tão relegada historicamente a segundo plano pela luta da democracia burguesa contra o socialismo, que os governos burgueses tentaram conscientemente desviar a atenção das massas do socialismo, organizando “cruzadas” liberais contra o clericalismo. O Kulturkampf na Alemanha e a luta dos republicanos burgueses da França contra o clericalismo também tinham esse caráter. O anticlericalismo burguês, como meio de desviar a atenção das massas operárias do socialismo, precedeu no Ocidente a difusão, entre os social-democratas, de sua atual “indiferença” diante da luta contra a religião. E também isto é compreensível e legítimo, porque os social-democratas precisavam opor ao anticlericalismo burguês e bismarckiano justamente a subordinação da luta contra a religião à luta pelo socialismo.

9 *Veji* (“Jalones”): publicação dos kadetes; surgiu em Moscou na primavera de 1909 com artigos de N. Berdiáev, S. Bulgákov, P. Struve, M. Guerchenzon e outros representantes da burguesia liberal contra-revolucionária. Nos artigos sobre os intelectuais russos, os “vejistas” tentavam difamar as tradições democrático-revolucionárias da Rússia, difamavam o movimento revolucionário de 1905 e agradeciam ao governo czarista por ter salvo a burguesia “com suas baionetas e prisões”. A publicação chamava os intelectuais a se colocar a serviço da autocracia. Lenin comparava o programa de Veji, tanto em filosofia como em ensaios, com o de *Moskovskie Viédomosti*, jornal das Centúrias Negras, chamava a publicação de “enciclopédia da apostasia liberal”, que “é uma torrente contínua de lodo reacionário, vertido sobre a democracia.”

Na Rússia, as condições são completamente distintas. O proletariado é o dirigente de nossa revolução democrático-burguesa. Seu partido deve ser o dirigente ideológico na luta contra tudo o que é medieval, incluindo a velha religião oficial e todas as tentativas de renová-la ou fundamentá-la novamente ou sobre uma nova base etc. Por isso, se Engels corrigia com relativa suavidade o oportunismo dos social-democratas alemães — que haviam substituído a reivindicação do partido operário de que o Estado declarasse a religião um assunto privado, definindo eles mesmos a religião como assunto privado para os próprios social-democratas e para o Partido Social-democrata —, é lógico que a aceitação desse desvio alemão pelos oportunistas russos mereceria uma condenação cem vezes mais dura por parte de Engels.

Ao declarar, da tribuna da Duma, que a religião é o ópio do povo, nossa minoria atuou de modo completamente justo, sentando com isso um precedente que deverá servir de base para todas as manifestações dos social-democratas russos sobre a religião. Deveria ter ido mais longe, elaborando com mais detalhes as conclusões ateístas? Cremos que não. Isso poderia ter gerado o perigo de que o partido político do proletariado inflasse a luta anti-religiosa, poderia ter levado a apagar a linha divisória entre a luta burguesa e a luta socialista contra a religião. A primeira tarefa da minoria social-democrata na Duma *centurionegrista* foi cumprida com honra.

A segunda e talvez a principal tarefa dos social-democratas — explicar o papel de classe cumprido pela Igreja e o clero ao apoiar o governo centurionegrista e à burguesia em sua luta contra a classe operária —, também foi cumprida com honra. É claro que sobre este tema se poderia dizer muito mais, e as intervenções posteriores dos social-democratas saberão completar o discurso do camarada Surkov. No entanto, seu discurso foi magnífico e sua difusão por todas as nossas organizações é um claro dever do partido.

A terceira tarefa consistia em explicar com toda minúcia o sentido justo da tese que com tanta freqüência é deformada pelos oportunistas alemães: “declarar a religião um assunto privado”. Por desgraça, o camarada Surkov não o fez. Isso é de se lamentar, porque na atividade anterior da minoria, o camarada Belousov cometeu um erro nessa questão, que foi depois apontado em *Proletari*. Os debates na minoria demonstram que a discussão em torno do ateísmo a impediu de ver como expor corretamente a famosa reivindicação de declarar a religião um assunto privado. Não acusaremos apenas o camarada Surkov desse erro que é de toda a minoria. Mais ainda: reconhecemos francamente que a culpa corresponde a todo o partido por não haver explicado suficientemente essa questão, por não haver inculcado suficientemente na consciência dos social-democratas o significado da observação de Engels aos oportunistas alemães. Os debates na minoria demonstram que isso foi, justamente, uma compreensão confusa da questão e não falta de desejos de respeitar a doutrina de Marx; por isso, estamos seguros de que esse erro será corrigido nas próximas intervenções da minoria.

Clássicos do marxismo

Em resumo, repetimos que o discurso do camarada Surkov é magnífico e deve ser difundido por todas as organizações. Ao discutir o conteúdo desse discurso, a minoria demonstrou que cumpre com seu dever social-democrata. Só nos resta torcer para que no jornal do Partido apareçam com mais frequência informações sobre os debates no seio da minoria, para aproximá-la do Partido, para divulgar o intenso trabalho efetuado pela minoria e estabelecer a unidade ideológica na atuação de ambos ■

Guerra Civil Espanhola: uma revolução silenciada



PICASSO

FELIPE
ALEGRÍA

Nos 70 anos da Revolução Espanhola, **Marxismo Vivo** recomenda uma obra excepcional, que acaba de ser publicada e exige a atenção de todos aqueles que lutam nas fileiras da classe operária mundial e necessitam, portanto, conhecer em detalhes a visão dos marxistas sobre os grandes acontecimentos da luta de classes.

Una revolución silenciada, obra coordenada por Felipe Alegría, traz importantes contribuições para esclarecer o que foi a guerra civil na Espanha em 1936. Em seus oito capítulos, o leitor encontra análises fundamentais e imprescindíveis para entender o que foi essa grande luta da classe operária espanhola e mundial pelo socialismo. O problema da República espanhola ou o problema nacional, a atualidade da revolução, a questão da Frente Popular, o papel do stalinismo, do anarquismo e do POUM (Partido Operário de Unificação Marxista). O livro traz textos de historiadores trotskistas, como Félix Morrow, autor de *La Guerra Civil en España*, publicado em 1936, de um dos mais importantes historiadores da Revolução Russa, Pierre Brué, e de León Trotsky, que se dedicou a estudar com atenção o processo e o desenrolar da revolução espanhola como parte da luta mundial da classe operária pelo socialismo. O livro traz também textos de José Moreno Pau, Inmaculada Ledesma,

Felipe Alegría
é membro da
direção do PRT
da Espanha

Angel Luís Parras, João Galvão e Roberto Laxe, pesquisadores marxistas e membros do PRT (Partido Revolucionário dos Trabalhadores), seção da LIT-QI da Espanha.

Prólogo da obra

Este ano se cumprem simultaneamente o 75º aniversário da II República espanhola e o 70º aniversário do golpe militar fascista que abriu as portas para a guerra civil. Não é estranho portanto que 2006 tenha sido batizado como o “ano da memória histórica”.

São sem dúvida muitos e muito diferentes os estímulos para lançar luz sobre o passado. Um desses grandes estímulos é a homenagem às vítimas do terror franquista e a reabilitação de sua memória, abrir as fossas comuns e dar nome aos assassinados. Esse é justamente o objetivo do movimento pela recuperação da memória histórica que surgiu no final dos anos 90.

Esta tarefa, no entanto, acaba dando nome aos verdugos, exigindo a restituição dos direitos pisoteados e questionando a impunidade dos herdeiros do franquismo. Por isso, à medida que foi crescendo o interesse por esse movimento ou que setores cada vez mais amplos de jovens vão assumindo a reivindicação republicana, entraram em cena as forças interessadas em impor limites à memória histórica.

Em primeiro lugar, claro, os herdeiros do franquismo, agrupados no Partido Popular. Para eles – como defendem os Rajoy, Aznar e Acebes –, remexer no passado é “reabrir irresponsavelmente velhas feridas”. Mas, como não vão protestar esses “democratas” que, 70 anos depois, continuam negando-se a condenar o golpe militar de Franco e os crimes da ditadura? Como não vão gritar os que fizeram fortunas e conquistaram sua posição no calor do espólio e do terror franquista?

Ainda que a gritaria reacionária, como em outros tantos assuntos, acaba dando um falso tom progressista a aqueles que, nas fileiras do governo e do PSOE, se uniram para “recuperar a memória” com o único propósito de glorificar o atual estado de coisas. Para eles, como para os dirigentes da IU e do PCE que os seguem, a grande virtude da II República não seria outra que servir de “antecedente” ao atual regime monárquico, que apresentam como uma democracia modelo e um exemplo dos “valores republicanos”.

Mas, podem falar em rigor de “memória histórica” aqueles que, em nome da “reconciliação nacional” e de uma raquítica “democracia” tutelada, fizeram um pacto com os herdeiros do franquismo para manter a impunidade de seus crimes, a manutenção de seus principais aparatos de estado (exército, forças policiais, aparato jurídico...), a preservação dos grandes interesses econômicos encobertos atrás da ditadura ou a continuidade dos privilégios da Igreja católica? Frente ao cinismo de uma esquerda oficial perfeitamente instalada e satisfeita, é preciso esclarecer que não pode haver recuperação da memória histórica sem questionar os pactos da Transição.

A memória é seletiva e a memória política mais ainda. Por isso, penetrar na memória histórica é também ir mais além da Transição. Durante décadas a

memória histórica (incluindo aqueles que foram mais longe) nunca alcançou uma parte essencial dos acontecimentos de 1936 a 1939. Foi um cineasta britânico, Kent Loach, quem, com seu filme *Terra e Liberdade*, teve, em meados dos anos 90, o enorme mérito de divulgar para uma ampla audiência uma visão distinta da guerra civil: a visão dos operários e milicianos que entregavam sua vida na luta contra o fascismo, não em nome da democracia parlamentar, mas da revolução social.

Era uma visão que entrava em choque com a que prevalecia entre a maioria da esquerda, que reduzia o sangrento choque da guerra civil a um mero conflito entre democracia e fascismo e que negava a própria existência de uma revolução. O filme de Loach gerou um enorme debate, com páginas diárias em *El País* e com um Santiago Carrillo (o campeão da “reconciliação nacional” desde 1956) disposto a justificar todos os crimes stalinistas da época 1936-39.

Dizia um dos dirigentes mais importantes da Revolução de Outubro de 1917, León Trotsky, que o traço mais característico e indiscutível das revoluções é a intervenção direta das massas, a escala de milhões, nos acontecimentos históricos. As mesmas massas que, em tempos de normalidade, se distinguem por sua apatia e por seu distanciamento da vida política, que deixam os assuntos públicos em mãos de “profissionais”, nas etapas de efervescência revolucionária irrompem em todas as esferas da vida, rompem as velhas barreiras que as separam da política e se mostram dispostas a tomar o destino em suas mãos, a avançar em direção a um novo regime social.

Em 18 de julho de 1936 a contra-revolução deu um golpe militar fascista destinado a derrotar os trabalhadores e camponeses pobres e suas organizações, e com isso manter os privilégios de capitalistas e latifundiários que a II República era já incapaz de garantir. Os trabalhadores e camponeses, por sua vez, eram cada vez mais conscientes de que a II República era incapaz de satisfazer suas reivindicações mais importantes. Em 19 de julho os operários armados derrotaram o golpe militar fascista na maioria do território republicano e iniciaram uma autêntica revolução política e social.

O presente livro pretende aprofundar os fatos que marcam a revolução e a guerra civil e tirar conclusões políticas que sirvam para o presente. Começa com uma breve cronologia e um glossário com o objetivo de ajudar os leitores/as menos familiarizados com esses fatos históricos a entender o tema. Nas páginas deste livro pretendemos analisar e mostrar alguns dos temas mais cruciais do processo revolucionário: as características e limites da II República espanhola; o alcance e a profundidade da revolução que ocorreu; os diversos governos de Frente Popular e sua responsabilidade na derrota da revolução e da guerra civil; as tarefas democráticas inconclusas (as nacionalidades e as colônias); o papel das organizações políticas, desde o stalinismo até o anarquismo governamental, o papel do POUM ou os fatos dramáticos de maio de 1937, que liquidaram o processo revolucionário.

A estrutura temática do livro inclui em cada passagem uma apresentação política sobre cada tema, junto com uma seleção de textos de diferentes autores, que narram e analisam o desenrolar dos acontecimentos.



Não foi nosso objetivo, nem por um momento, limitar o trabalho deste livro a uma ótica histórica. Para os marxistas, as revoluções sempre foram o laboratório mais completo para observar os fenômenos sociais e políticos e tirar as lições para o presente e o futuro. Por isso, as apresentações políticas que acompanham cada tema pretendem situar as reflexões à luz das tarefas revolucionárias atuais.

Queríamos poder abordar outros temas de enorme interesse, como a luta das mulheres, a batalha de gênero no calor da guerra e da revolução. Infelizmente não houve tempo e fica a tarefa para uma próxima edição ou desenvolvimento do trabalho.

Finalmente, só nos resta desejar que, seja qual for a opinião que o conteúdo deste livro mereça por parte do leitor/a, tenha valido a pena sua leitura ■

ISSN 1806-1591



Marxismo Vivo



ISSN: 1806-1591